

# **A Política Externa de Angola Durante a Administração Neto**

**Miguel Alexandre Costa**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais  
Especialidade Relações Internacionais**

Miguel Alexandre Costa – A Política  
Externa de Angola Durante a  
Administração Neto - 2017

**Julho, 2017**

**Versão corrigida e melhorada após a defesa pública**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Daniel Marcos.

*“Não podem ser ditas sempre palavras muito agradáveis. Qualquer responsável tem de ser justo. E às vezes é difícil tomar posições justas, exactamente porque de vez em quando não queremos ferir ninguém. E quando não queremos ferir ninguém tomamos posições injustas” (A. A. Neto, 1979).*

*À minha mãe*

## **Agradecimentos**

Antes de mais agradeço à Deus o todo-poderoso que me proporcionou forças para o alcance deste objetivo.

Uma palavra de apreço ao meu orientador o Professor Doutor Daniel Marcos que depois de o solicitar não hesitou em orientar este trabalho. Agradeço sua paciência, orientação e sugestões. Um especial agradecimento vai para os professores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do departamento de Ciência Política e Relações Internacionais com destaque para os Professores Tiago Moreira de Sá, Manuel Canaveira, Carlos Gaspar e Ana Santos Pinto.

Ao meu pai Filipe Epuka Costa, à minha amada esposa Sandra Lemos Paulo Costa ao meu filho Nataniel Epuka Paulo Costa, aos meus irmãos e grandes companheiros de luta que sempre me encorajaram a continuar; Cesaltino Gouveia Catolo, Tiago Cangombe António, Octávio Afonso João, Hélder Rodrigues Maiunga, Moisés de Castro, Antunes Rafael Pinto, Inocêncio Tchiculundunda, aos grandes companheiros de luta em Lisboa; Tarcísio Afonso Tchivole, Carlos Domingos “Imo”, Salomão Tchipeco, a Maria Laranjeira e à Verónica pelos seus prestimosos auxílios.

Por último, mas não menos importante, ao professor Melquiades de Kerlan, ao senhor Dala do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA em Luanda, às funcionárias da biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade da Mandume e a todos que direta ou indiretamente têm estado comigo nos bons e nos maus momentos.

## **A Política Externa de Angola Durante a Administração Neto**

Miguel Alexandre Costa

### **Resumo**

Angola alcança a sua independência numa altura muito conturbada no que à política internacional diz respeito, fase da bipolaridade durante a Guerra Fria, período em que o mundo se encontrava dividido em dois grandes blocos antagónicos liderados pelos EUA e URSS respetivamente.

O período da Guerra Fria coincidiu com o processo de descolonização europeia em África, onde as duas superpotências se confrontavam ideologicamente e intervinham influenciando o curso de vários conflitos em quase todos os continentes. No caso concreto de Angola, com o surgimento de três movimentos para a libertação de Angola, atraiu as forças externas, fazendo regionalizar e internacionalizar o conflito.

O MPLA, com ajuda da URSS, Cuba e de alguns países africanos, proclama a independência de Angola. Alcançada a independência, a guerra continuou sob forte influência externa e o governo levou a cabo uma política externa no sentido do reconhecimento da sua independência, para a salvaguarda da sua segurança interna bem como para colocar o país nas principais organizações regionais, continentais e internacionais. Assim à luz da análise da política externa, esta investigação procura compreender as opções de política externa do governo de Angola, liderado por António Agostinho Neto após a independência, mais concretamente entre 1975 a 1979.

**PALAVRA-CHAVE:** Angola, Luta para Independência, Guerra Fria, Política Externa.

## **A Política Externa de Angola Durante a Administração Neto**

Miguel Alexandre Costa

### **ABSTRACT**

Angola reaches its independence at a very troubled time in what concerns international politics namely a phase of bipolarity during Cold War, a period in which the world was divided into two major antagonistic blocs led by the USA and the USSR respectively.

The Cold War period was coincidental with the process of European decolonization in Africa, where the two superpowers confronted each other ideologically and intervened by influencing the course of various conflicts on almost every continent. In the concrete case of Angola, with the emergence of three movements for the liberation of Angola, the country attracted external forces, leading towards a regionalization and internationalization of the conflict.

With the help of the USSR, Cuba and some African countries the MPLA, proclaims the independence of Angola. After independence, the war continued under strong external influence and the government carried out a foreign policy to recognize its independence, to safeguard its internal security and to place the country in the main regional, continental and international organizations. Thus, in light of the analysis of foreign policy, this research seeks to understand the foreign policy options of the Angolan government, led by António Agostinho Neto after independence, more specifically between 1975 and 1979.

**KEYWORDS:** Angola, Struggle for Independence, Cold War, Foreign Policy.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	4
1.1. Teorias das Relações Internacionais .....	4
1.1.1. Teoria Realista .....	4
1.2. Análise de política externa .....	7
1.2.1- Processo de tomada de decisão em política externa .....	9
1.2.2. Modelos teóricos .....	10
1.3. A Bipolaridade do Sistema Internacional, suas consequências para África.....	15
1.3.1. O conjunto de independências .....	20
CAPÍTULO II - O PROCESSO PARA AINDEPENDÊNCIA DE ANGOLA .....	23
2.1. Surgimento dos movimentos de libertação.....	24
<i>MPLA</i> .....	25
<i>FNLA</i> .....	26
<i>UNITA</i> .....	27
2.1.1. Conflito entre os principais movimentos de libertação .....	28
2.2. O Regime Salazarista, políticas para manutenção das colónias. ....	31
2.2.1. O exército português face as ações armadas dos movimentos de libertação.....	33
2.3. O Impacto do 25 de Abril para a independência de Angola.....	36
2.3.1. Os acordos de Alvor .....	38
2.3.2. O Governo de Transição .....	39
2.4. A internacionalização do conflito angolano .....	41
2.5- A proclamação da independência .....	49
2.5.1. O reconhecimento da independência.....	51
CAPÍTULO III - ANGOLA APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	52
3.1. Órgãos do Estado .....	53
3.2. O primeiro Governo de Angola .....	55

3.3. Caraterísticas do Estado angolano nesta fase .....	58
3.4. A política externa de Angola .....	67
3.4.1. Idearia da política externa.....	67
3.4.2. A política externa de Angola na busca do reconhecimento internacional.....	68
3.4.3. Principais linhas da política externa de Angola nesta fase.....	72
3.4.4. Processo decisório na política externa de Angola.....	82
3.4.5. Papel do Presidente na política externa de Angola .....	84
3.4.5.1. Visitas de Estado, realizadas pelo Presidente da República .....	87
3.4.6. O papel do poder judicial e legislativo.....	89
3.4.7. O papel de outros atores políticos na formulação da política externa.....	90
3.5. António Agostinho Neto, personalidade e legado .....	92
Conclusão .....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

## **Lista de Abreviaturas**

ANC- African National Congress  
BOSS - Bureau of State Security  
CDIH- Centro de Documentação e Investigação Histórica  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas.  
ELF- Estados da Linha da Frente  
ELNA- Exército de Libertação Nacional de Angola  
EUA- Estados Unidos da América  
FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola  
FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola  
FNLC - Front National pour la Libération du Congo  
GRAE- Governo Revolucionário de Angola no Exílio  
MIA- Movimento para a Independência de Angola  
MINA- Movimento para a Independência Nacional de Angola  
MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola  
NATO- North Atlantic Treaty Organization  
ONU- Organização das Nações Unidas  
OUA- Organização de Unidade Africana  
PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PCA- Partido Comunista Angolano  
PCP – Partido Comunista Português  
PDA- Partido Democrático de Angola  
PIDE- Polícia Internacional de Defesa de Estado  
PLUAA- Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola  
PPD – Partido Popular Democrático  
PS – Partido Socialista  
RPA - República Popular de Angola  
SADF- South African Defense Forces  
SDECE - Services de Documentation Extérieure et Contre-Espionnage  
TAAG- Transportes Aéreos de Angola  
UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola  
UPA- União dos Povos de Angola  
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## INTRODUÇÃO

O processo de luta para a independência de Angola tornou-se num dos mais atípicos se comparado ao conjunto das ex-colónias portuguesas em África; grande persistência do colonizador, forte repressão da PIDE, surgimento de três movimentos de libertação, MPLA, FNLA e UNITA, que cedo atraíram a intervenção externa, por coincidir com o auge do período da Guerra Fria entre o bloco Ocidental e o do Leste, mais concretamente na fase da *détente*. FNLA e UNITA com o apoio dos EUA e de alguns países africanos, África do Sul, Zaire e Zâmbia respetivamente, confrontaram o MPLA apoiado também por alguns países africanos, pela URSS e Cuba.

Os confrontos decorreram com o propósito de se dominar a capital e consequentemente proclamar a independência a favor de qualquer uma das forças beligerantes. O auxílio da Cuba e da URSS foi fundamental para o domínio da capital bem como para o alcance da independência a favor do MPLA.

Alcançada a independência, os outros movimentos com o apoio externo envidaram todo esforço de forma a derrubar o governo do MPLA ou pelo menos forçá-lo a negociar. Este, por sua vez, em função desta ameaça interna/externa procurou desenvolver uma política externa para garantir a legitimidade de seu governo, bem como, lutou para a salvaguarda da sua integridade territorial.

Assim o presente trabalho pretende desenvolver o tema: **A Política Externa de Angola, Durante a Administração Neto (1975-1979)**; fase da vigência do primeiro governo independente de Angola, ou seja, período compreendido entre o alcance da independência de Angola até a morte do presidente António Agostinho Neto.

Esta abordagem reveste-se de capital importância, pois trata-se de um tema que apresenta uma escassa bibliografia, isto é, poucos trabalhos foram elaborados de modo a explicar e caracterizar este período peculiar e decisivo para afirmação de Angola como estado soberano. Vem em parte dar resposta a uma das grandes preocupações de Guedes (2011:21), de que *“infelizmente a evolução geral da política externa de angolana é um domínio muito mal conhecido e ainda menos investigado”*.

Neste trabalho procura-se responder as seguintes perguntas de investigação: Em que se baseava a política externa de Angola após o alcance da independência? Como se procedia a formulação da mesma ao longo da administração Agostinho Neto? Que estratégia Angola tomou para se inserir nos principais órgãos regionais, continentais e internacionais, após a independência? Que papel o presidente bem como outros atores, desempenharam para a formulação da política externa de Angola neste período?

O presente trabalho tem como objetivos:

- Identificar e analisar a essência das linhas de força que a política externa de Angola adotou no período imediatamente a seguir ao alcance da independência.
- Apontar as estratégias usadas pelo país para o seu reconhecimento nos diferentes órgãos, regionais, continentais e internacionais fundamentalmente; nos ELF, OUA e ONU.
- Analisar as dinâmicas de ordem interna e externas na formulação da política externa angolana, bem como o papel do presidente e de outros atores não estatais nestas dinâmicas.

O conhecimento é obtido a partir de uma determinada metodologia, ou seja, a partir de um sistema de regras e procedimentos em que se baseia a pesquisa (Moreira, 2007: 13-14). Neste trabalho procurou-se selecionar uma metodologia que se adequasse ao tema da pesquisa de modo a se alcançarem com eficácia os objetivos. Assim o método qualitativo de caráter descritivo foi o mais adequado, onde recorreu-se a análise interpretativa de abordagem histórica na medida em que este trabalho seguiu uma lógica cronológica de acontecimentos, em que se procurou explicar as peripécias da luta de libertação de Angola e no pós independência, as especificidades da política externa de Angola e a sua contextualização no âmbito da política internacional.

Quanto as fontes, recorreu-se às primárias, por meio da consulta de documentos oficiais relevantes produzidos pelo Comité Central do MPLA, bem como no essencial da legislação que orientou a jovem nação. Também se recorreu as fontes secundárias, livros diversos, jornais e revistas, que abordam o tema em causa em diferentes perspetivas; sem se esquecer dos acessos eletrónicos como (portais noticiosos, motores de busca, etc).

As fontes primárias consultadas, muitas delas por se tratarem de documentos autênticos, em alguns casos limitamo-nos a descreve-las “à letra”. Relativamente as fontes secundárias, foi onde imperou uma maior análise crítica, pelo fato de se tratar de textos produzidos por diversos autores que abordaram a questão em diferentes perspectivas.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes fundamentais.

Na primeira parte, descreve-se a teoria realista que achamos adequada para esta abordagem, posteriormente trata-se da análise de política externa, modelos de análise, meandros de formulação, ou seja, o processo de tomada de decisão em política externa. Finalmente aborda-se a Bipolaridade do Sistema Internacional, suas consequências para África.

Na segunda parte do trabalho, faz-se uma abordagem histórica das peripécias da luta para a independência de Angola; a forma como os nacionalistas organizaram-se, suas ações bem como a resposta do colonizador face as ações dos nacionalistas. Destaca-se por outro lado a influência do 25 de Abril para o processo de independência de Angola, a influência dos países africanos, Ocidentais e do Leste no apoio aos movimentos de libertação; bem como as principais confrontações que culminaram com a independência de Angola.

Na terceira parte do trabalho, apresenta-se um quadro geral do estado do país após a independência nos vários domínios, fundamentalmente suas dificuldades e as estratégias gizadas pelo governo para mitigar tais dificuldades. Apresenta-se por outro lado os elementos essenciais que caracterizaram o plano político, económico e social do país durante o processo de implementação do socialismo. Finalmente são analisados os meandros da política externa de Angola deste período crucial para a sobrevivência do novo governo, sua formulação, papel do presidente, dos outros atores estatais e dos não estatais.

## CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1.1. Teorias das Relações Internacionais

As teorias das relações internacionais revestem-se de capital importância para a análise e compreensão dos fenómenos internacionais, que surgem por meio da inevitável interacção entre os estados e servem de rumo a seguir para várias abordagens no campo da análise das relações internacionais. Burchill (2005: 30) define teorias como balizas, lentes ou filtros que nos orientam, essenciais para a compreensão de um determinado fato.

Assim para o estudo em causa, importa descrever o essencial da teoria realista para melhor se compreender o fenómeno da Guerra Fria, Bipolaridade e Détente, fase em que se enquadra a independência e a vigência do 1º Governo independente de Angola.

#### 1.1.1. Teoria Realista

O realismo clássico surge após a Segunda Guerra Mundial como alternativa à teoria Idealista tida como utópica pelos realistas, em função da forma como projetavam o cenário político internacional no século XX. O realismo surge como resultado dos trabalhos desenvolvidos por Eduard Carr e por Han Mongerthau que criticavam o idealismo pacifista.<sup>1</sup> Kenneth Waltz constitui-se num dos expoentes máximo da escola realista moderna, ao introduzir uma das variantes fundamentais do realismo, o neo-realismo<sup>2</sup>. A escola realista clássica vai buscar os seus principais fundamentos teóricos aos seus predecessores com destaque a Tucídides, Maquiavel, Kautilya, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, Hegel, Max Weber e Carl Schmitt (Castro, 2012: 314).

Para além destes, destacam-se também Reinhold Niebuhr, Raymond Aron, John Herz que contribuíram para ação argumentativa desta escola.

---

<sup>1</sup> Das várias obras essenciais do realismo destacam-se: *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*, e *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*, de Eduard Carr e Han Mongerthau respetivamente.

<sup>2</sup> Na obra *Theory of international Politics* (1979), Waltz, formulou uma Teoria das Relações Internacionais, que serviu de base para posteriores discussões na área das em Relações Internacionais.

Ao contrário dos idealistas, pacifistas e utópicos que descreveram um mundo que se desejava criar, os realistas por sua vez descreveram um mundo que de fato existe (Dougherty e Pfaltzgraff Jr, 2003: 81). Na obra *Theories of International Relations*, Jack Donnelly (2005), ressalva que a conjunção egoísmo, anarquia e os imperativos decorrentes da política de poder entre estados, constituem-se nos elementos de base na argumentação realista. Esta corrente transporta um conjunto de pressupostos hobesiano de pessimismo antropológico a respeito da natureza humana, onde os estados a semelhança dos indivíduos são essencialmente entes egoístas, pressupostos que acabam por se repercutir na forma como os estados agem, se relacionam e formulam os seus interesses.

Para os realistas, o egoísmo inerente à natureza humana, geralmente resulta em conflitualidade. Morgenthau citado por Dougherty e Pfaltzgraff Jr (2003: 81), observa que “*Os homens não lutam porque possuem armas. Possuem armas porque consideram necessário lutar*”. Já Waltz (1991b: 35), entende que “*o conflito e guerra estão enraizados na natureza humana*”.

A escola realista difere-se de outras em função dos seguintes fundamentos ou concepções:

*Concepção estatocêntrica*: o realismo clássico considera os estados como atores principais das relações internacionais e são vistos como elementos unitários que tendem a maximizar o poder e minimizar ao máximo as suas perdas. O realismo advoga que nas relações internacionais, a política de poder levada a cabo pelos estados tem como finalidade a satisfação do interesse nacional (Burchill, 2005: 29). O interesse nacional é considerado elemento fundamental para a busca pela sobrevivência de cada estado, sendo que qualquer outro objetivo está em concordância com a sobrevivência do mesmo no sistema.

Ainda dentro da escola realista, o neo-realismo apesar de admitir a existência de atores não-estatais na política internacional, não atribui a estes uma relevância similar à dos estados. Waltz (2002: 132) salienta que “*Os estados não são e nunca foram os únicos actores internacionais. Mas, de qualquer forma, as estruturas são definidas não por todos actores que florescem dentro delas mas pelos mais importantes*”, no caso pelos estados.

*Conceção anárquica:* para os realistas a anarquia existe, na medida em que não existe na arena internacional uma autoridade suprema sobre os estados, capaz de estabelecer regras a serem cumpridas, sendo neste caso o sistema internacional caracterizado pela anarquia. John Herz (1976: 10) argumenta que a anarquia assegura a centralidade da luta pelo poder, mesmo na ausência da agressividade ou fatores semelhantes.

Os realistas apresentam uma clara distinção entre as particularidades da política interna e política externa. De acordo Waltz (2002), ao contrário dos sistemas políticos internos caracterizados por um sistema ordenador centralizado e hierárquico, onde o estado promove uma relação hierárquica entre os membros da comunidade política, no sistema internacional é a anarquia que impera. Nesta lógica todos os estados acabam por se tornar iguais e a característica anárquica do sistema internacional consubstancia-se na ideia de que não existe leis ou um estado supranacional capaz de manter a ordem no sistema internacional; como refere Sarfati (2005: 147), em última instância, na política internacional “*ninguém manda em ninguém*”.

A anarquia, para os realistas permite e até incentiva a expressão dos piores aspetos da natureza humana (Donnelly, 2005: 31). Assim, é em função desta insegurança do sistema de múltiplas soberanias, que coloca aos estados a necessidade da busca pelo poder de modo a salvaguardarem os seus interesses. Para Aron, na obra *Paz e Guerra entre as Nações* (2002), esta postura dos estados surge numa lógica de prudência, com o intuito de preservarem as suas independências, evitando a todo custo ficarem à mercê daqueles estados com força superior.

Para esta escola, o poder é fundamental para a estabilidade internacional, que depende em última análise das instituições baseadas no próprio poder. Waltz (2002), introduz o princípio da balança do poder, como mecanismo para regular o conflito internacional, isto é o equilíbrio das capacidades de forma que a maior força de um estado seja compensada pelo aumento da força de um outro ou pela extensão das alianças entre estados.

Descorando a unipolaridade e a multipolaridade, os neo-realistas são partidários da bipolaridade como sendo o sistema mais estável pelo fato de fazer surgir uma

balança de poder. Como reafirmou Waltz, “*O sistema bipolar tem durado três décadas porque nenhum terceiro estado tem sido capaz de desenvolver capacidades comparáveis às dos Estados Unidos e da União Soviética*” (2002: 223). Esta tese é contemporizada por outro neo-realista, John Mearsheimer (2001: 5), que vê a bipolaridade como sendo eficaz para a balança do poder, descrevendo a multipolaridade como sendo bastante propensa a guerra e encarando a hegemonia de novos estados no jogo do poder mundial como fator de perturbação à ordem e a paz mundial na sua tentativa de alterarem o *status quo*. Boa parte dos principais atores internacionais não se sentem satisfeitos com a atual distribuição do poder mundial, por este fato lutam para a alteração do *status quo* e estes são denominados por revisionistas, pelo fato de pretenderem reinterpretar e modificar a política internacional (Waltz, 2002).

Os realistas excluem por completo as questões éticas na política internacional em ambiente de anarquia, que para eles devem dar lugar a “razão de Estado”, ou seja, que os princípios morais e compromissos jurídicos internacionais não poderiam ser aplicados às ações dos estados (Morgenthau, 1948). Para Arte e Waltz (1983), citado por Donnelly, (2005: 49), destacam que os estados em ambiente de anarquia não podem dar-se ao luxo de serem morais. A possibilidade de um comportamento moral repousa sobre a existência de um governo eficaz que pode impedir e punir ações ilegais<sup>3</sup>.

Em suma os realistas argumentam que os estados como atores principais das relações internacionais buscam maximizar seu poder. Estes tendem a balancear o poder e movem-se pelos seus próprios interesses e pela busca da segurança. Conceitos como cooperação e os compromissos jurídicos internacionais são secundários tendo em conta as características anárquicas do sistema internacional.

## **1.2. Análise de política externa**

A abordagem teórica de análise de política externa, como outras teorias ligadas a análise das Relações Internacionais, teve a sua origem no período imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial. É importante analisar e compreender a política

---

<sup>3</sup> Tradução livre do autor. No original: “States in anarchy cannot afford to be moral. The possibility of moral behavior rests upon the existence of an effective government that can deter and punish illegal actions”.

externa na medida em que se constitui numa componente central para uma melhor compreensão da política internacional.

A problemática de perceber se a política externa está ligada apenas a elementos do âmbito externo ou se deve incorporar elementos de ordem doméstica, levou a acesos debates entre as diferentes escolas das relações internacionais. Para Mendes (2014), na tradicional análise, a política externa era um campo de análise que fazia parte das Relações Internacionais e a política interna era considerada como um campo de análise da Ciência Política. Como se pode constatar, nas análises tradicionais sobre a política externa dos estados, fundamentalmente na escola realista, existia uma barreira clara entre dinâmicas de política interna e a política externa.

James Rosenau (1966, 1969) citado por Freire e Vinha (2011:13), numa clara tendência de incorporar elementos de ordem externa e interna na definição de política externa, ressalta que a política externa implica uma relação bi-direcional entre as dimensões internas e externas. Como se pode apreender não é possível compreender o contexto internacional sem uma política externa assente em fatores domésticos, resultando assim numa clara interdependência entre as dinâmicas internas e externas. A política externa, apesar de se dirigir ao exterior, tem também uma essência interna.

Sem procurar consenso a política externa é definida como «*o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções*» (Freire e Vinha, 2011: 18). Aqui a definição de política externa distancia-se da concetualização meramente estatocêntrica e racionalista.

De acordo Raimundo (2011: 139), a análise de política externa enquanto subdomínio das relações internacionais procura explicar ou entender a política externa de uma forma menos agregada, abre mais espaço para a consideração do papel do agente, considera o processo de formulação da política externa como mais importante do que a análise dos seus resultados.

### **1.2.1. Processo de tomada de decisão em Política Externa**

A tomada de decisão em política externa, refere-se às escolhas individuais, de grupo, de coligações, que afetam as ações de um país no cenário internacional. Escolhas que vão desde dramáticas às moderadas, tudo em função do contexto em que elas são tomadas, mormente em contexto de guerra, de paz, na formação de alianças, no estabelecimento de relações diplomáticas, na ratificação de acordos, em fim em todos os contextos em que os interesses de um estado estejam em causa (Mintz e DeRouen, 2010: 3).

Na mesma senda Mendes (2014) define a tomada de decisão em política externa como um processo onde os decisores para além de influenciarem os cenários interno e externo, são igualmente afetados por um conjunto de influências relacionadas com o seu ambiente institucional.

Em política externa, a tomada de decisão não é descrita como uma tarefa fácil em função das incertezas que caracterizam o cenário internacional a julgar pelas agendas e estratégias que cada um dos atores traça para alcançar os seus objectivos e que podem colidir com os interesses de outrem. Assim, ela é caracterizada como de alto risco e de enorme incerteza.

As decisões de política externa são muitas vezes tomadas sob restrições de tempo e informação. O tempo é um dos elementos essenciais a se ter em conta no processo de tomada de decisão na medida em que as decisões nem sempre são tomadas com uma margem de tempo confortável e informação suficiente. É o stress e a celeridade que muitas vezes caracterizam este processo, principalmente em períodos de tensão internacional ou em relações bilaterais entre atores políticos (Freire e Vinha 2011: 28, Mintz e DeRouen 2010: 169).

Para se perceber melhor uma tomada de decisão em política externa é fundamental compreender como ocorre o seu processo de formulação; para Mendes (2014) *“o porquê de uma decisão não pode ser desligado do seu como”*. A tomada de decisão “definitiva” é antecedida por uma série de decisões, que se constituem numa verdadeira sequência de aprendizagem em que erros cometidos servem de lições a posterior.

A formulação da tomada de decisão em política externa consiste em quatro fases ou componentes: 1- identificação do problema de decisão, 2- busca de alternativas, 3- escolhada alternativas, 4- execução das alternativas, (Robinson e Snyder, 1965) citado por Mintz e DeRouen (2010: 4). Esta sequência serve de “filtro” para se selecionar os interesses mais importantes a partir das dinâmicas internas e externas, emergindo assim a política externa de um determinado estado ou ator não estatal.

Importa ainda ressaltar que o processo de tomada de decisão, depende de um conjunto de fatores burocráticos das organizações bem como do comportamento individual dos decisores. De acordo Mintz e DeRouen (2010), tais fatores têm que ver com o ambiente de decisão, fatores psicológicos, internacionais e fatores ou influências domésticas. Já para Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003: 704-706), o processo de tomada de decisão consiste simplesmente no ato de escolher entre opções alternativas, num claro ambiente de incerteza, em que os decisores atuam num contexto de um ambiente que inclui, o nível interno e o nível externo, em que as decisões são moldadas pelo meio social ou pelo contexto em que operam os decisores.

A tomada de decisão em política externa é tipicamente realizada em um ambiente interativo, ou seja, envolve um oponente, um aliado ou ambos. Assim de acordo Mintz e DeRouen (2010: 169-170), as decisões em política externa podem ser dirigidas por um único líder (por exemplo, o presidente), um grupo (por exemplo, o Congresso) ou uma coligação (por exemplo, na democracia parlamentar). A partir desta análise de Mintz e DeRouen, remete-nos na necessidade de uma melhor compreensão dos modelos teóricos de análise de tomada de decisão, que grosso modo resultam em decisões individuais e decisões coletivas.

### **1.2.2. Modelos teóricos**

A literatura apresenta um leque de modelos essenciais para uma boa análise de política externa. De acordo Freire e Vinha (2011), estes modelos não são necessariamente excludentes, havendo consenso na bibliografia relativamente à interação destas diferentes abordagens numa explicação compreensiva dos processos.

***O modelo do ator racional***, coloca os estados como atores principais, que agem de forma racional, calculando os custos e benefícios das escolhas políticas que fazem, ou seja, a racionalidade proporciona a maximização da utilidade, o que significa que os atores selecionam a alternativa que fornece maior quantidade de benefícios (Mintz, e DeRouen Jr., 2010: 58).

Este modelo, de acordo Freire e Vinha (2011: 25), parte do princípio tradicional de que os estados são agentes unitários na formulação e execução da política externa, apresentando uma clara dicotomia entre a política externa e a política interna. Os cálculos estratégicos sobre segurança nacional são os princípios determinantes das escolhas dos decisores políticos, decorando o tipo de governo, características da sociedade, bem como as condições económicas.

Mintz, e DeRouen Jr. (2010: 57), citando, Allison, (1971), definem a racionalidade como uma escolha consistente e maximizadora de valores dentro de restrições específicas. Esta escolha criteriosa de alternativa resulta na teoria da utilidade esperada, que permite ao tomador de decisão a escolha de diferentes alternativas e classificar a melhor preferência para se atingirem os objectivos preconizados. Espera-se também que o ator racional seja capaz de identificar, seleccionar as consequências das escolhas num esforço para maximizar a satisfação.

Este modelo em primeira instância aproxima-se ao realismo clássico e de suas variantes, porém os institucionalistas liberais por sua vez, compactuam com o essencial deste modelo, *“enquanto o actor racional procura maximizar os objectivos estratégicos nacionais; as organizações comportam-se de acordo com os procedimentos operacionais estandardizados; e as burocracias envolvem-se em compromissos, negociações, coligações e competição”* (Freire e Vinha, 2011: 25).

***Modelo burocrático ou de organizações burocráticas***: Neste modelo reconhece-se que a maior parte das decisões dos líderes são tomadas em contextos organizacionais, em função da dependência das várias áreas que compõem as organizações. Vertzberger (2002), citado por Freire e Vinha (2011:26) salienta que, *“o que distingue as organizações burocráticas é exactamente a sua dependência em procedimentos que auxiliam na coordenação e na execução de tarefas específicas”*.

As organizações burocráticas no decurso da resolução dos problemas que lhe são colocados, procuram evitar ao máximo as incertezas, agem em função aos padrões estandardizados, no quadro de normas e rotinas conhecidas. Em função das rígidas balizas das organizações burocráticas, os líderes por sua vez, apenas conseguem influenciar o comportamento das organizações, em momento de ocorrência de grandes crises (Dougherty e Pfaltzgraff Jr., 2003: 727).

As instituições restringem as alternativas nas escolhas dos líderes, criando constrangimentos no espaço de manobra dos mesmos. Assim no processo de tomada de decisão *“Os decisores dependem de conselheiros, chefes de departamentos e de agências governamentais e do seu pessoal burocrático para obterem informações fundamentais relativamente às decisões da política externa, o que não invalida que em muitos casos haja discordância na interpretação das informações e acontecimentos”* (Freire e Vinha, 2011: 26).

As organizações burocráticas, são de capital importância na medida em que moldam as perspectivas dos dirigentes políticos e da opinião pública, inerentes a política externa, podendo mesmo influenciar o curso dos acontecimentos. As burocracias tendem também a melhorar a eficiência e a racionalidade, conferindo responsabilidades, definindo regras e divisão de atribuições de modo a se evitar duplicidade de tarefas para as mesmas pessoas. Ainda permitem o planeamento a longo prazo e os meios de os alcançar.

A par das organizações burocráticas, há muito que se reconheceu o papel dos pequenos grupos na influência dos líderes em processos de decisão e na implementação da política externa.

**Modelo de pequenos grupos:** os grupos influenciam fortemente os líderes no processo de tomada de decisão, estes variam de tamanho, composição, importância e funções. Freire e Vinha citando (Vertzberger, 2002), destacam que os pequenos grupos dispõem de algumas características comuns: *“partilham uma série de valores, atitudes e crenças elementares; a maioria dos membros partilha de uma ligação efectiva; e dividem os papéis formais e informais entre si”*.

Os pequenos grupos procuram quase sempre buscar consensos, com base na censura de uma variedade de alternativas que lhe são colocadas. A unanimidade entre os

integrantes do grupo é um dos fatores fundamentais para a coesão do grupo e para a obtenção dos consensos que se desejam. Para Mintz, e DeRouen Jr. (2010: 44), na procura de unanimidade, o grupo dispõem de mecanismos de auto-censura e sentimentos de invulnerabilidade, não tolerando pontos de vista contrários, chegando mesmo a criar medidas punitivas para os seus membros.

Contudo, não significa que no seio do grupo não possam existir divergência entre os membros, mas existem formas de se ultrapassar as contendas. Em primeira instância, os principais decisores no grupo podem impor a sua preferência, caso tenham poder para tal. Outra forma de resolução acontece quando existe uma maioria de elementos a favor de uma determinada interpretação, em que os elementos minoritários aceitam a decisão da maioria (Freire e Vinha, 2011).

O pensamento em grupo, obtém-se quando os membros do grupo passam a ignorar informações que não estão em conformidade com a posição da maioria (Mintz, e DeRouen Jr., 2010:44).

Em função da complexidade da política internacional, os pequenos grupos oferecem várias formas de apoio aos decisores, fundamentalmente ao nível emocional, podendo ter efeitos significativos no conteúdo e na qualidade das decisões que são tomadas. Assim uma das dinâmicas mais significativas é a do *groupthink*. *Groupthink*, trabalha para análise de temas candentes, operando acima do nível do grupo que definem e moldam o seu papel. Variam de composição e dependem de fatores políticos e institucionais.

O *groupthink* apresenta como característica fundamental, uma avaliação racional como forma de ignorar informações contraditórias. De acordo Freire e Vinha (2011: 29) “os vários participantes das deliberações que levam a escolhas políticas, muitas vezes definem temas e favorecem alternativas políticas que reflectem a sua afiliação organizacional ou grupo. Assim, os integrantes do grupo emitem as suas soluções em função da sua área de actuação ex: os diplomatas profissionais tipicamente favorecem soluções diplomáticas para os problemas, enquanto os agentes militares favorecem a opção militar”.

**O papel dos líderes no processo de decisão:** Este modelo destaca que o comportamento dos estados na arena internacional é também influenciado pelo papel

dos mais altos oficiais dos governos nacionais, influência que depende das características dos líderes e o tipo de liderança que exercem. E quando a política de uma determinada liderança deixa marcas, ou seja, quando é clara e rotineira acaba por ser ligada aos nomes dos respectivos líderes por exemplo, Doutrina Monroe ou Doutrina Brejnev (Freire e Vinha, 2011: 30). Ainda de acordo as mesmas autoras, existem amplas divergências entre aquilo que os líderes muitas vezes fazem e aquilo que é esperado deles. Os líderes individuais, apesar da influência que têm sobre as tomadas de decisões, os seus papéis muitas das vezes são assombrados por um leque de constrangimentos políticos, psicológicos e circunstanciais que limitam o seu controlo sobre os eventos.

As características do líder, suas crenças, valores, influenciam em certa medida na forma como lida com situações que enfrenta em opções de política externa (Mintz e DeRouen, 2010: 18). Para Freire e Vinha (2011), a legitimidade da liderança pelo povo aumenta principalmente em regimes autoritários, por outro lado em fases em que o líder assume a liderança pela primeira vez, após um acontecimento dramático, como o assassinio do seu antecessor por exemplo, ou em fase de uma crise nacional. Estas revelam-se como circunstâncias propensas ao aumento do controlo do líder, onde a liderança centra-se quase exclusivamente no topo e os líderes estão protegidos de amplas críticas públicas. Assim “*Os líderes, e o tipo de liderança que exercem, moldam o modo como é feita a política externa e o conseqüente comportamento dos Estados na política internacional*” (Idem: 30).

Freire e Vinha sublinham ainda que a grande discussão sobre o papel do líder prende-se com o fato de se perceber se é o momento que faz a pessoa, ou se é a pessoa que faz o momento. No entanto, o impacto pessoal do líder varia com o contexto e muitas vezes o contexto é mais influente que o líder. Outra questão prende-se em saber se são os tempos que conduzem à emergência de grandes líderes, ou se grandes pessoas seriam líderes determinantes independentemente do tempo?

Raimundo (2012) em recensão da obra, *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*, de Freire et al, 2011, resume os modelos teóricos de análise as relações internacionais, em que o primeiro modelo corresponde à abordagem tradicional que vê a política externa como o produto de um cálculo racional dos estados, visando maximizar os ganhos para o interesse nacional, colocando o estado como ator

principal e unitário. O segundo realça a influência que os procedimentos operacionais e interesses específicos de diferentes burocracias podem ter na condução da política externa. O terceiro modelo centra-se nas dinâmicas e potenciais efeitos de processos de decisão em grupos restritos. O último modelo aborda a forma como a política externa pode ser moldada pelas características pessoais e tipo de liderança de certos decisores individuais.

Mendes (2014) vê a necessidade de conciliar a teoria a fatos concretos, por entender que a realidade aperfeiçoa a teoria. Nesta ordem de ideias para o estudo em causa, os modelos burocráticos, de pequenos grupos e de líder; parecem melhor se adequar para análise das particularidades da política externa de Angola durante o seu primeiro governo, na medida em que, no processo da formulação da política externa de Angola durante o primeiro governo, existia um leque de padrões de orientações gizadas pelo Comité Central do MPLA para o seu cumprimento. Existia um grupo próximo do principal decisor, constituído por ministros, comissários políticos, militares, conselheiros que influenciavam a tomada de decisão do líder, sem se esquecer das decisões que o próprio líder tomava de quando em vez sem consultar as burocracias existentes.

### **1.3. A Bipolaridade do Sistema Internacional, suas consequências para África**

Após a Segunda Guerra Mundial, sem a existência de um inimigo comum, a aliança das Nações Unidas não sobreviveu à sua própria vitória (Gaspar 2002: 1). Com esta ruptura as principais potências vencedoras da II Guerra Mundial (EUA e URSS), viram-se na necessidade de reverem o modelo de ordenamento da política internacional, resultando num conjunto de confrontações ideológicas, associadas a um considerável aumento armamentista, lutas por domínio de zonas estratégicas, sem se registarem, porém, quaisquer confrontações diretas entre ambos. Estes acabaram por ser os principais elementos que caracterizaram a Guerra Fria.

De acordo Tucker (2008: 17), a Guerra Fria foi a rivalidade que se desenvolveu entre as duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos, depois da segunda Guerra Mundial, com vista a procurar, cada uma, preencher o vazio hegemónico deixado pela derrota da Alemanha e do Japão. Os líderes de cada lado acreditavam que eram forçados a expandir sua hegemonia pelas ações “agressivas” do outro.

A Guerra Fria, formalmente, teve início com o discurso pronunciado pelo presidente dos Estados Unidos Harry Truman ao Congresso, a 12 de Março de 1947, que no essencial, defendia o auxílio dos EUA aos povos livres que fossem ameaçados pela agressão totalitária soviética, tanto de procedência externa como por parte das minorias armadas internas (Vicentine e Pereira, 2012: 189, Tucker, 2008: 21). Ainda no mesmo discurso, que depois ficou conhecido como Doutrina Truman ou do *containment*<sup>4</sup>, o presidente americano pedia autorização ao Congresso para enviar tropas à Grécia, onde se desenrolava uma guerra civil de forma a se impedir a vitória da facção comunista.

O discurso do presidente Truman teve como base o “*Long Telegram*”, do diplomata George Kennan, vice-chefe da missão diplomática dos EUA em Moscovo, que alertava ao governo americano, sobre o compromisso dos líderes soviéticos com a ideologia marxista, cujos ditames não previam nenhuma possibilidade de “coexistência pacífica permanente” com o mundo ocidental/capitalista. Afirmava que a ideologia marxista-leninista continha elementos messiânicos que potenciavam a natural tendência do povo russo e seus aliados para a expansão territorial e que a única maneira de deter o contágio comunista, era de fortalecer as instituições ocidentais, aplicando uma contra-força apropriada quando necessário e esperar que o sistema soviético implodisse com seu próprio peso. Em suma, apelava a contenção dos soviéticos (Eisenhower, 2008: 6, Pierpaoli Jr, 2008: 484-485, Tucker, 2008: 2365-2365,).

Afirmava por outro lado que, os Estados Unidos possuíam opções viáveis quando se tratava da União Soviética. A política soviética, segundo ele, era normalmente oportunista e altamente sensível à lógica da força, significando que os líderes soviéticos recuariam quando encontrassem oposição firme e os Estados Unidos deveriam ter fé em seus próprios princípios (Pierpaoli Jr, 2008: 485). O telegrama de Kennan forneceu ferramentas necessárias para uma análise minuciosa do comportamento soviético, bem como forneceu estratégias diplomáticas para lidar com o comunismo. O documento circulou extensivamente dentro da burocracia da política externa americana.

---

<sup>4</sup> A política da Contenção ou *Containment*, no essencial consubstanciava-se no combate ao comunismo à escala mundial.

Depois do “Longo Telegrama”, a política norte-americana mudou completamente em relação a Moscovo; em vez de cooperação, a doutrina Truman falava de contenção. Para Paul G. Pierpaoli Jr (2008: 484-485) é impossível compreender as origens e o curso da Guerra Fria sem compreender a política ou doutrina de contenção.

A par do Longo Telegrama, não menos importante foi o célebre discurso “*Iron Curtain*” “Cortina de Ferro” de Wilston Churchill então primeiro ministro da Inglaterra, que alertava aos seus aliados do mundo ocidental para uma crescente influência soviética no Leste europeu e apelava a necessidade de se travar tal avanço (Tucker, 2008: 20, Silva e Gonçalves, 2010: 113-114).

Os EUA e a URSS, adversários da Guerra Fria, construíram modelos institucionais baseados na bipolaridade em que o globo ficou dividido em dois pólos, por um lado pela hegemonia capitalista liderada pelos EUA, e por outro lado a hegemonia socialista soviética. De acordo (Vicentine e Pereira, 2012: 183), a Segunda Guerra Mundial marcou a formação de um sistema mundial bipolar, caracterizado pelo antagonismo entre o capitalismo e o socialismo. Diante do antagonismo de interesses, ambas potências delinearum um conjunto de pressupostos ideológicos de pendor expansionistas tidos como fundamentais para a liberdade dos povos. Estes pressupostos eram tidos em conta na definição das suas políticas interna e externa com o fito de se atingirem grandes áreas do globo, ou seja, implantar em outros países os seus sistemas políticos e económicos.

Os EUA, tinham como princípio a expansão e defesa da democracia assente no respeito aos direitos fundamentais do homem, baseados na carta da ONU, já a URSS, privilegiava a institucionalização de um novo sistema socioeconómico, isto é o socialismo ancorado nos princípios de igualdade entre todos homens (Tucker, 2008: 17-19). Para além da Europa, as duas potências expandiram sua influência também em zonas periféricas dos seus interesses vitais, onde África não fugiu à regra.

Fruto do reforço das suas zonas de influência, em resposta imediata as necessidades da Europa saída da II Guerra Mundial, os EUA gizaram o Plano Marshall com o objectivo de promover a reconstrução económica e política da Europa, um programa claramente orientado para conter a influência soviética e mantê-la fora da Europa Ocidental (Pierpaoli Jr, 2008: 484, Tucker, 2008: 22). Assim, em 5 de Junho de 1947 era anunciado o Plano Marshall, num discurso proferido pelo Secretário de Estado

Marshall na Universidade de Harvard, plano resultante da concretização da Doutrina Truman.<sup>5</sup>

Em 1949, a URSS também gizou um programa estratégico de apoio aos seus aliados, para que estes não se sentissem atraídos pelo plano ocidental, criando o conselho de assistência mútua económica (CAME ou COMECON), integrando os planos de desenvolvimento e lançando as bases de um mercado comum dos países socialistas. Stalin, para além de criar o COMECON, foi mais longe ao ponto de proibir a participação de qualquer país de influência soviética no Plano Marshall (Silva e Gonçalves, 2010, Vicentine e Pereira, 2012).

Fruto da acérrima corrida armamentista das superpotências, colocando exércitos e armamentos em países aliados, tidos como estratégicos para as suas ações, em muitos casos próximos dos países inimigos, criaram-se condições objetivas para a formação de organizações militares pró-americanas e soviéticas. Em 4 de Abril de 1949, era assinado o Pacto do Atlântico Norte em Washington, ou seja, formalizou-se a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com os EUA a ocupar um lugar de destaque (Ball, 2008: 1509-1510, Tucker, 2008: 26). A defesa da democracia, liberdade e o Estado de Direito, eram princípios defendidos pela organização. Com respaldo no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, a autodefesa e segurança coletiva dentro da área do Atlântico Norte, constava do artigo 5º do pacto, estabelecendo que se uma ou mais nações signatárias fossem submetidas a um ataque armado, tal ataque seria considerado ataque para todas as nações do pacto (Ball, 2008: 1509-1510).

A par da criação da OTAN, assistiu-se também a formação da Aliança político-militar entre a União Soviética e os seus aliados da Europa Oriental, aliança multilateral de amizade, cooperação e assistência mútua. A 14 de Maio de 1955 em Varsóvia, Polónia, era institucionalizado o sistema de alianças da Europa Oriental, conhecida por Pacto de Varsóvia. Neste pacto, os estados signatários também comprometeram-se a defenderem-se mutuamente se um ou mais dos seus membros fossem atacados (Nuenlist, 2008: 2225-2229).

Com a criação das agências de assistências aos estados de cada bloco (Este-Oeste), bem como as organizações político-militares (OTAN e Pacto de Varsóvia), os

---

<sup>5</sup> Ainda de acordo Pierpaoli Jr, o plano de Marshall teve como principal arquiteto George Kennan.

blocos atingiram um poder bélico sem precedente, pairando o medo de uma mútua destruição no seio dos blocos durante a Guerra Fria.

Em conformidade a Carlos Domingos (2006); a Guerra Fria pode ser dividida em três partes ou períodos: Confrontação (1947-1969), período que vai desde o anúncio do *containment* até ao pós crise dos mísseis em Cuba; Détente (1969-1979), do pós crise dos mísseis em Cuba até a invasão do Afeganistão pela União Soviética e Nova Confrontação ou Nova Guerra Fria (1979-1989), período compreendido entre a invasão do Afeganistão a queda do muro de Berlim.

Assim, importa descrever e perceber melhor o período da détente, pelo fato da abordagem deste trabalho estar inserido nas balizas temporais da mesma. A détente foi um período caracterizado pelo desanuviamento, relaxamento da tensão entre os EUA e a URSS, onde o controlo armamentista e o diálogo fluente entre as partes permitiram o desenvolvimento de instituições internacionais (Mendes, 2012: 13). Coral Bell, citado por Tiago Moreira de Sá (2011: 51) descreve a détente como a “*redução deliberada e consciente da tensão na balança de poder Leste – Oeste*”.

Para Silva e Gonçalves (115) a política da détente entre as duas superpotências assentava em regras fundamentais: paridade mútua; diálogo direto; controle dos armamentos; não ingerência no interior dos blocos e manutenção da competição ideológica. Por outro lado destaca a garantia dos principais líderes no sentido de se privilegiar o diálogo em detrimento das armas. Já Mougel e Pacteau (2009) a détente não tinha como finalidade a alteração do sistema mundial, mas sim a manutenção do *status quo*, de modo a se evitar qualquer caminho que catapultasse para uma Terceira Guerra Mundial.

Sem alterar substancialmente a lógica da bipolaridade, na década de 1950, mas concretamente em Abril de 1955, representantes de vinte e nove estados pertencentes aos países do terceiro mundo ou países em desenvolvimento, realizaram uma conferência em Bandung na Indonésia, onde estabeleceram as diretrizes para o não-alinhamento, ou seja, surge o bloco dos estados auto-proclamados de neutros ou não-alinhados. Das grandes diretrizes, para além de entenderem que não deviam alinhar com nenhum dos blocos antagónicos (Este e Oeste), de acordo White (2008: 1500-1503)

privilegiaram também o anti-colonialismo, anti-racismo, ao desenvolvimento económico e, sob a influência dos Estados árabes, opuseram-se ao anti-sionismo.

A URSS e os EUA, acabaram por tirar partido do neutralismo do não-alinhamento. De acordo Tucker (2008: 32), pelo fato do movimento dos não-alinhados, condenar o colonialismo e o imperialismo, acabou por ser benéfico para a URSS. White (2008: 1503), considera que embora os políticos norte-americanos na década de 1950 tenham considerado o neutralismo como uma ajuda aos soviéticos, as sucessivas administrações americanas, mantiveram fortes relações com muitos países não-alinhados.

### **1.3.1. O conjunto de independências**

Alcançado o equilíbrio entre as superpotências na Europa durante a Guerra Fria, assistiu-se a um deslocamento do conflito para o Terceiro Mundo (Silva e Gonçalves, 2010: 115). Assim a propalada política de coexistência pacífica, desanuviamento, entre os estados no quadro da Guerra Fria, mais concretamente na fase da *détente*, carregava consigo um conjunto de subjetividade, a julgar pelas várias confrontações, muitas delas violentas, noutras partes do mundo, ou seja, na periferia dos interesses estratégicos das grandes potências (Garthoff, 1994: 4).

Nas possessões europeias, da Ásia e África, a partir da década de 40, assistiu-se ao surgimento de movimentos de libertação, que em muitos casos acabaram por ser influenciados e apoiados pelas duas superpotências (EUA e URSS). Vicentine e Pereira (2012: 194), descrevem que; *“Essa gigantesca convulsão do mundo afro-asiático é fundamental para a compreensão da Guerra Fria, pois após 1949 a Europa torna-se um cenário relativamente estabilizado quanto às áreas de influência e da política bipolar”*.

O movimento de descolonização no Terceiro Mundo no pós Segunda Guerra Mundial, começou na década de 50 na Ásia Oriental e Meridional. Na África começou pelos países do Norte, ou seja, na região do Magreb nos finais da década de 50, posteriormente, passou para a África subsaariana com uma série de independências na década de 60 sendo este o período que mais países africanos alcançaram as independências.

O rol de independências em África, foi de certo modo influenciado pelas convulsões do Magreb, que tiveram como epicentro o Egipto, onde o conteúdo nacionalista seguiu uma matriz árabe de perfil reformista. A presença inglesa semicolonial no Egipto formalmente independente, despoletou uma série de revoltas anticoloniais que culminaram com o golpe militar de 1952 que depôs o rei Faruk, tornando-se o Egipto numa república com Gamal Abdel Nasser. Com Nasser no poder a questão do controlo do canal de Suez esteve no cerne do conflito com a Inglaterra antiga colonizadora, bem como com a França, Israel. Rapidamente se assistiu a intervenção das duas superpotências, EUA e URSS no conflito, resultando na Crise de Suez. Para Tucker (2008: 35), Nasser com a retirada dos britânicos e franceses, resultante da luta que levou a cabo, se viu como herói no mundo árabe. A Grã-Bretanha foi a principal perdedora da questão Suez, marcando por outro lado o fim dela como potência mundial.

A Crise de Suez influenciou o despoletar de manifestações anticoloniais na Tunísia, Argélia, Marrocos e em outros países africanos. Estes países do Magreb, depois de independentes, influenciaram e apoiaram as independências de outros países africanos, na medida em que serviam de asilo, fornecedores de apoio logístico e de armas bem como de centros de treino para muitos movimentos de libertação da África subsariana. O caso Suez por outro lado, permitiu a URSS aumentar a sua influência na região do Magreb, implementando, no âmbito da sua política externa, uma diplomacia mundial com programas de ajuda ao nacionalismo do Terceiro Mundo (Vicentine e Pereira, 2012: 194-206).

A descolonização da África, no início dos anos 1960, deixou de fora os chamados bastiões brancos do Sul do continente, ou seja, as colónias portuguesas, os regimes de minoria branca da Rodésia (Zimbabwe) e da África do Sul, cujos processos de emancipação foram mais violentos e radicais, estendendo-se até a década 90 (Polley, 2008: 1547).

O conjunto de independências que se registavam na Ásia e em África, isto é com a retirada das potências colonizadoras, fez com que se envidassem esforço para “ocupação dos espaços vazios”<sup>6</sup> para as duas superpotências durante a Guerra Fria. Maxwell (1980: 515), analisando o caso africano, sublinha que, obtido o equilíbrio das

---

<sup>6</sup> Espaços vazios, não na perspectiva de uma nova colonização, mas na procura do alargamento das zonas de influencia das superpotências.

potências na Europa, as grandes potências viraram-se para a África, tendo mesmo se interrogado se não se tratava de uma nova “partilha da África”.

Os conflitos entre os EUA e URSS, no processo de expansão da sua influência internacional, durante a Guerra Fria, mais concretamente na fase da *détente*, em África em particular assistiram-se a um conjunto de ações que catapultaram em verdadeiros conflitos armados em plena Guerra Fria do género *Proxy War* (Guerra por procuração). O termo *proxy war* é tipicamente associado ao período da Guerra Fria, consubstanciado no confronto entre as duas grandes potências, utilizando os *proxies*, atores substitutos, que poderiam ser estados ou entidades não estatais, de forma a se evitar um confronto direto entre as duas potências. De acordo com Brewer (2011: 140) citando Herman Cohen (2001: 241), define a *proxy war* como um conflito interno, orquestrado e apoiado quase que inteiramente por atores externos.

O uso de terceiros na confrontação entre as grandes potências, surge com o fito de se reduzir o risco de um conflito direto, ou seja, o risco de uma guerra de mútua destruição, atendendo ao arsenal nuclear que possuíam. *Proxy war*, tiveram lugar em muitos países do terceiro mundo onde Angola não fugiu à regra<sup>7</sup>.

Os EUA apesar de possuírem certa influência sobre às potências colonizadoras europeias em África e pelo apoio que prestava em alguns movimentos de libertação, foi a URSS que tomou uma posição firme para a libertação de África e para a expansão da sua influência. A União soviética considerava as colónias como o pilar da subsistência do capitalismo e que a perda das mesmas significaria o colapso total da ordem capitalista mundial, ou seja, o derrube do capitalismo no Terceiro Mundo daria lugar ao comunismo (Campos, 1996).

A emergência e afirmação dos movimentos de libertação em África, coincidiu com a ascensão da União Soviética como potência mundial (Reader, 2002: 617), os soviéticos consideravam como justas as lutas dos movimentos de libertação nacional e que mereciam todo apoio dos povos da URSS. Os meandros deste apoio, constavam da constituição da URSS de 1977 no seu artº 28, “*A política externa de URSS é orientada no sentido de assegurar [...] o apoio a luta dos povos pela libertação nacional e pelo*

---

<sup>7</sup> As particularidades sobre a *Proxy war* travada em Angola, é descrita minuciosamente no II capítulo, no tema sobre a Internacionalização do conflito angolano.

*progresso social, a prevenção das guerras de agressão, a obtenção do desarmamento geral e completo e a permanente aplicação prática do princípio da coexistência pacífica entre estados com regimes diferentes” (Borissov e Libman , 1988: 306).*

A influência socialista não se resumia apenas às colónias, nos países colonizadores surgiram desde cedo partidos com orientação marxista. Assim a influência comunista aos movimentos de libertação, grosso modo partiu dos países colonizadores (Ki-Zerbo, 1972: 161). Para o caso de Angola, a influência do Partido Comunista Português, acabou de certa forma por contribuir para a criação do Partido Comunista Angolano na década de 40 que, em conjugação com outras organizações, dariam lugar a criação do MPLA. A década de 60 assistiu a criação de outras formações nacionalistas e é sobre a génese e desenvolvimento do nacionalismo angolano que o capítulo a seguir trata.

## CAPÍTULO II - O PROCESSO PARA A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

### 2.1. Surgimento dos movimentos de libertação

O desejo de se ver livre do jugo colonial nunca ficou descartado no seio do povo angolano que de geração a geração, se transmitia a necessidade da liberdade. Assim, com a integração de angolanos no exército colonial para o cumprimento do serviço militar em várias frentes, bem como a constatação feita por estudantes na metrópole, estes ao observarem *in loco* as fragilidades do colonizador em vários domínios, quebraram o mito da superioridade e da invencibilidade, percebendo que era possível vencer o colonizador (Valentim, 2005, Carreira, 1997, Van-Duném, 2008).

Como um dos elementos discriminatórios, a educação para os nativos na administração colonial, foi confiada aos missionários, protestantes e católicos<sup>8</sup>, responsabilidade plasmada no Artigo 66 do Estatuto Missionário, de 5 de Abril de 1941, “*o ensino especialmente aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares*” (Muaca, 2001: 120).

Nas missões, nesta altura, os missionários para além de ensinarem a ler e a escrever aos nativos, ensinavam a moral e a ética com base em histórias bíblicas, recorrendo a recitações, teatro, ilustrando Moisés a libertar o seu povo da escravidão do Egipto, Josué a tomar a terra dos Filisteus, Sansão e David usando estratégias guerreiras para formarem o país hebreu (Chicoado, 2007: 53). Era notória a intenção de despertar nos nativos a necessidade de se libertarem do jugo colonial, estratégia que se julga ter surtido o efeito desejado, a julgar pelo número de ex-alunos destas missões que acabaram por integrar e liderar os principais movimentos que lutaram para a libertação de Angola.

Não menos importantes para Angola, foram as atividades desenvolvidas pelos movimentos pan-africano e messiânicos africanos com destaque, ao Kimbanguismo, movimento de Kimpa Vita, Tokoísmo, que de forma explícita apelavam ao povo para a luta de libertação, sem se esquecer também, das constantes revoltas nos campos de produção de café e de algodão, dos panfletários, apesar da dura repressão do regime colonial.

---

<sup>8</sup>As missões protestantes que se instalaram no Norte, Centro e Sul de Angola, com missionários dos EUA e do Canada, não recebiam qualquer apoio do governo português, ao contrário das missões católicas que eram parceiras privilegiadas do estado colonial.

A constituição de associações culturais era um dos únicos “privilégios” que o colonizador atribuía aos nativos.<sup>9</sup> Desta feita, a partir da década de 40, foram criadas associações com destaque; a Liga Nacional Africana, Anangola, Sociedade Cultural de Angola, Grupo Bota-Fogo, que desenvolviam suas atividades nas principais cidades de Angola, onde nas suas canções, parábolas e panfletos, devido a presença dos informadores da PIDE, emitiam mensagens principalmente em línguas africanas da necessidade da independência (Van-Duném, 2008). Os movimentos literários terão jogado também um papel de relevo no despertar do nacionalismo, ao enunciarem e problematizarem a identidade africana, juntamente com uma noção de consciência nacional (Gomes, 2009: 63)

No âmbito da realização das atividades culturais, muitos destes agrupamentos culturais em última instância realizavam também atividades políticas, contribuindo decisivamente para a formação de diversas organizações de índole política

### ***MPLA***

Por comungarem de forma geral dos mesmos ideais, o MINA, PLUA, PCA e MIA, pequenos conjuntos políticos clandestinos, entenderam conjugar esforços e formar um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola, que se concretizou com a criação do Manifesto a 10 de Dezembro de 1956. O Manifesto marca a “*transição de um modelo associativo de reivindicação nacionalista para um modelo de cunho cada vez mais revolucionário*” (Idem: 67).

Estes movimentos (MINA, PLUA, PCA e MIA) perceberam que só se alcançaria a vitória através de uma frente única de forças anti-coloniais, sem se ter em conta a situação social dos indivíduos e confissão religiosa. Surge assim o MPLA a 10 de Dezembro de 1956 como corrente de pensamento político, mas não como organização convenientemente estruturada, tanto no interior como no exterior de Angola. De acordo Henderson (2001: 302), “*O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) surgiu na fusão de pequenos movimentos nacionalistas angolanos, como foi o caso do PCA, PLUAA e outras organizações*”.

---

<sup>9</sup> De referir que as atividades destas associações eram rigorosamente vigiadas pela PIDE, ou seja, em quase todas as atividades estavam os agentes da polícia secreta para identificarem tentativas de atos subversivos.

O MPLA adquiriu maior consistência depois de se instalar na Guiné Conakry, com a criação do seu primeiro comité directório constituído por: Mário Pinto de Andrade – Presidente e Responsável pelas Relações Exterior, Viriato da Cruz, Secretário-Geral e por sinal o seu principal idealista, Lúcio Lara, responsável pelos assuntos de Defesa e Segurança, Eduardo Macedo dos Santos com o pelouro dos Serviços Sociais, Hugo de Menezes, Informação e Cultura, Luís de Azevedo e Matias Migueis (Van-Duném, 2008: 183).

Com a eleição de António Agostinho Neto em Junho de 1962 para a presidência do MPLA na I Conferência Nacional, a organização ganhou uma outra dinâmica, conduzindo a luta armada que culminou com a assinatura dos Acordos de tréguas, Acordos de Alvor e conseqüentemente com a proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975. De acordo Dalila Mateus (2007: 28), Viriato da Cruz então presidente do MPLA retirar-se-ia da presidência devido ao rótulo de partido dos brancos que se atribuía ao MPLA neste período, “*Viriato da Cruz propunha um recuo táctico dos não negros nos órgãos da direcção, sacrificando-se a si próprio para dar o exemplo*”. Rótulo que era fundamentalmente atribuído pela FNLA com o intuito de descredibilizar, ao qualificar a liderança do MPLA como não africana (Mabeko-Tali, 2000: 89).

Das ações perpetradas pelo MPLA, maior destaque recai ao 4 de Fevereiro de 1961, onde um grupo de nacionalistas realizou ataques as cadeias de São Paulo e a casa de Reclusão em Luanda, causando grandes preocupações ao regime colonial.

### ***FNLA***

Com a fusão da UPA e o PDA surge, a 27 de Março de 1962, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), cujo principal mentor foi Álvaro Holden Roberto (N'ganga, 2008: 136, Roberto, 1999: 19, Valentim, 2005: 104). A FNLA tem a sua origem na região Norte de Angola onde partilhava uma vasta fronteira terrestre com o vizinho Congo (Leopoldville), contando com um forte apoio deste país nas suas ações contra o regime colonial.

Um dos grandes feitos desta força política foi sem sombra de dúvida a criação do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio)<sup>10</sup>, que se auto proclamou legítimo representante do povo angolano nas lides internacionais. O Governo de Angola no Exílio, trabalhou no sentido de obter apoio de outros países africanos para o combate ao colonialismo português em Angola. Kamabaya recorda que “*Assim, quando a OUA foi formada em 1963 foi este governo estabelecido no Congo que foi reconhecido pela África como o Governo legítimo de Angola com o seu santuário no Congo recém-independente*” (2007: 100).

Álvaro Holden Roberto foi dos nacionalistas mais influentes além-fronteira, tendo sido mesmo aquele que em mais conferências participou tanto em África como no resto do mundo, denunciando as atrocidades do colonialismo português e apelou a necessidade da luta armada para o alcance da independência, com destaque a Primeira e Segunda Conferência de Todos os Povos de África, realizadas no Ghana (1958) e Tunis (1960) e tantas outras.

No conjunto das ações desencadeadas pela UPA/FNLA destaca-se o 15 de Março de 1961, ação que provocou baixas consideráveis não só as forças portuguesas, mas também para as populações civis, chegando mesmo a ser considerada como um ato terrorista pelas autoridades portuguesas (Jaime e Barber, 1999: 227-228, Henderson, 2001: 306).

## **UNITA**

A UNITA é formada numa altura de uma efervescência nacionalista sem precedente não só em Angola como em outras colónias ultramarinas. Este fato tornou “fácil” a sua criação, na medida em que foi formada em grande medida por nacionalistas provenientes de outros movimentos com destaque para a FNLA, trazendo consigo grande experiência política e de guerrilha.

Jonas Malheiro Savimbi então Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE e Secretário-Geral da FNLA na Conferência da OUA em Julho de 1964 no Cairo (Egipto), teceu duras críticas a Álvaro Holden Roberto numa declaração por si

---

<sup>10</sup> Lembrar que nesta altura este governo tinha como secretário-geral, Jonas Malheiro Savimbi, que 4 anos mais tarde viria a fundar a UNITA.

apresentada criando desta forma condições objetivas para o seu afastamento (Valentim, 2005: 107).

Assim dois anos depois dos pronunciamentos no Cairo, Jonas Savimbi e seus compatriotas provenientes maioritariamente da FNLA, fundam aquela que seria a terceira força política de Angola, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), mais concretamente no dia 13 de Março de 1966, na localidade do Muangai, proximidades do rio Lungué-Bungo na atual província do Moxico. “*Ao Dr. Jonas Malheiro Savimbi coube a glória de ter conseguido juntar e moldar estas vontades todas, tornar um sonho em realidade e criar novos entusiasmos e novas esperanças nas fileiras do Movimento de Libertação UNITA*” (Idem: 147).

Das ações desencadeadas pela UNITA, maior realce recai sobre o ataque realizado a 25 de Dezembro de 1966 a Vila Teixeira de Sousa<sup>11</sup>, o que fez repensar as estratégias colonialistas de defesa, na medida em que se percebeu que os ataques vinham de qualquer lado.

Ao contrário de outras ex-colónias portuguesas em África, Angola foi aquela que não conseguiu constituir uma frente única para a libertação, ator que serviria de interlocutor único reconhecido internacionalmente. Surgiram sim três frentes de libertação que cedo catapultaram em conflitos que se arrastariam até o pós-independência, colocando os atores estatais e organizações internacionais divididas quanto a escolha do legítimo representante do país a nível internacional.

### **2.1.1. Conflito entre os principais movimentos de libertação**

O percurso do nacionalismo angolano é caracterizado pela fragmentação dos movimentos de libertação, fator que catapultou rapidamente em conflito entre eles. Em outras colónias, no caso concreto da Guiné-Bissau, apesar da relativa polarização das forças anti-coloniais, Chabal (2002: 6) descreve que foi possível a mobilização das forças políticas em torno de uma visão comum para a independência, alcançando-se consensos que permitiram uma certa unificação. Para Angola, Carneiro (1999: 231)<sup>12</sup> salienta por exemplo que “*A UNITA defrontava mais o MPLA do que o exército*

---

<sup>11</sup> No Leste de Angola, na atual província do Moxico localidade do Luau.

<sup>12</sup> Comandante português que chefiou o corpo de comandos no Leste de Angola. No governo de Transição para a independência de Angola foi Secretario-Geral.

português. [...], também a FNLA defrontava mais o MPLA do que o exército português”.

Para Jorge Valentim, (2005: 99), as razões que estiveram na base da não unificação dos movimentos residiram no fato de os dirigentes dos movimentos não terem a dimensão exata da grandeza da tarefa que levavam a cabo, que necessitava do esforço de todos e não só de alguns. Destaca ainda que o fato de os principais líderes dos movimentos, Neto do MPLA, Holden da UPA/FNLA e Savimbi da UNITA, conhecerem-se apenas no auge da luta para a independência, foi um dos fatores impeditivos para a unificação dos mesmos e dos seus respetivos movimentos. Este fato, ficou demonstrado nas declarações de Holden Roberto (1999: 18) que destacou “*Para mim foi um espanto ter-me encontrado com Lúcio Lara. Não se ouvia falar de outro movimento fora da UPA e encontrei-me com ele na Tunísia. Eles pediram-me uma cooperação, uma união, mas eu não os conhecia.*”

Motivações raciais e tribais são levantadas também por alguns autores; Pélissier e Wheeler, (2009), Malaquias, (2000). De acordo Mateus, num dos documentos em posse da PIDE podia se ler, “*A UPA não é obra de brancos, nem foi criado em Portugal ou em Luanda. Foi fundada por nós, filhos do reino de Congo, em Angola (...) Nesta associação não foi nem poderá ser admitido qualquer branco*” (2004: 244). Para George Wright (2001: 43), o fracasso da não unificação deve-se, sobretudo, ao fato de os dirigentes dos diferentes movimentos não querem comprometer os seus próprios poderes, enraizados em diferenças de ordem ideológica, social e de classe.

As clivagens entre as várias forças políticas em Angola, satisfaziam grandemente o regime colonial na medida em que evitava a criação de uma frente única capaz de criar maiores dificuldades ao regime. A PIDE estimulava por seu turno este conflito, ao enviar panfletos hostis com a assinatura de um movimento para o outro de formas a provocar ira, como aconselhava o subdelegado da polícia no Luso; “*Seria oportuno o lançamento de panfletos do MPLA nas áreas da UPA, a denunciar o sucedido e a declarar “guerra de morte” a todos elementos da UPA que forem encontrados*” (Mateus, 2004: 198).

O poderio militar de cada um dos movimentos constituiu-se também num dos fatores para o conflito. Nos finais da década de 60 até a primeira metade da década de 70, os conflitos giravam em torno do MPLA e da FNLA. Nesta fase, a UNITA não tinha

expressividade, mantendo-se na periferia desta confrontação<sup>13</sup>. Porém, a partir do momento que a UNITA é incluída no financiamento americano, isto é, a partir de Julho de 1975, começam as fortes clivagens entre a UNITA e o MPLA. A influência externa no conflito entre os movimentos, encontrou uma conjuntura interna frágil, dividida e controversa, o que facilitou grandemente as ações das grandes potências e de outros estados no conflito angolano.

Escassas foram as iniciativas por parte dos líderes dos principais movimentos para a constituição de uma frente única ou para o fim das hostilidades. Mabeko-Tali (2000), destaca uma série de tentativas de Viriato da Cruz e depois de Agostinho Neto na perspectiva de mobilizar os movimentos para uma frente comum, iniciativas que foram sempre inviabilizadas pelo líder da FNLA Holden Roberto. Entre o MPLA e a UNITA destaca-se o Acordo do Lwena de 17 de Dezembro de 1974, em que se estabelecia uma concertação conjunta para a luta de libertação, mas que seria violado meses depois. Outras mas não promovidas pelos líderes dos movimentos, destacam-se os encontros de Kivu, Mombaça, Alvor e o de Nakuro.

Os movimentos de libertação confrontaram-se com duas realidades de luta, uma virada para o colonizador e outra virada para a conflitualidade entre eles, visando a procura de hegemonia face aos outros. Em função desta fragilidade, Pezarat Correia (1999: 212) ressalva que Angola, *“era dos três teatros das operações – Guiné, Moçambique e Angola - aquele onde a situação era menos desfavorável a Portugal”*.

Apesar da ausência de um consenso entre os movimentos sobre um projecto comum de construção de estado, era reconhecida a existência de um inimigo comum o “colonizador”. Se por um lado os nacionalistas angolanos engajavam-se para a luta de independência, Portugal arranjava também artifícios constitucionais e mecanismos de repressão para garantir uma soberania plena aos seus territórios além-mar. Assim, procurou reforçar cada vez mais o seu poder nas colónias combatendo os movimentos de libertação e procurou legitimar na comunidade internacional, as colónias como parte integrante de Portugal.

---

<sup>13</sup> No processo de procura de protagonismo a UNITA celebra um acordo com o exército português que resultou na conhecida “Operação Madeira”, em que a UNITA em troca de munições e outras benesses fornecia às Forças Armadas Portuguesa informações sobre as bases do MPLA e da FNLA.

## 2.2. O Regime Salazarista, políticas para manutenção das colónias.

A necessidade da manutenção das colónias para Portugal, decorria da política de defesa da sua soberania e emergiu como um dos principais baluartes da sua política externa durante o século XIX e século XX, como uma das dimensões da vocação atlântica de Portugal. Esta estratégia da política externa portuguesa deste período, assentava em duas vertentes; a primeira, contra as ambições expansionistas das outras potências coloniais e a segunda, a partir de 1945, contra as aspirações nacionalistas dos movimentos de libertação (Marcos, 2010: 141).

Em 14 de Dezembro de 1955 Portugal, torna-se membro em pleno direito da ONU. De acordo Mendes (2012: 32-33), a entrada na ONU, foi pensada estrategicamente por Portugal, com a finalidade de não causar qualquer distúrbio ao regime. A questão colonial foi um dos pressupostos mais importantes, ou seja, a entrada às nações unidas foi com o propósito de legalizar a soberania portuguesa sobre as colónias. Para a mesma autora este propósito acabou por produzir resultado diferente, marcou o início do confronto com as nações unidas sobre colónias que só termina em 1974, com a transição democrática.

Como membro em pleno direito da ONU, à pergunta a cerca das colónias sob sua jurisdição não escapou ao crivo dos integrantes daquela organização, principalmente do conjunto dos países afro-asiáticos, já independentes. E como era de esperar, o governo português declarava “*Portugal não era responsável por qualquer território a que fosse aplicável o artigo 73 da Carta; Portugal não administrava territórios não autónomos, ou seja, não possuía colónias; os territórios ultramarinos portugueses faziam parte integrante do Estado português de acordo com a constituição política*” (Magalhães, 1996: 14).

Os movimentos de libertação dos territórios colonizados, serviam-se dos países afro-asiáticos membros da ONU de forma a se fazerem ouvir na grande tribuna dos povos. Ainda na ONU, de 1960 a 1973, foram enumeras as condenações a política colonial portuguesa. De acordo Magalhães, (1996: 33), sem contar as numerosas resoluções aprovadas nas agencias especializadas da ONU, nos seus órgãos centrais foram aprovadas 173 resoluções condenando a política ultramarina portuguesa.

Ignorando toda pressão interna e externa para a autodeterminação das colónias, como Holden Roberto (1999) chamou o “*Império do silêncio*”, o regime colonial em resposta ao levantamento de 4 de Janeiro, 4 de Fevereiro e de 15 de Março de 1961 em Angola, arquitetou uma série de medidas e ações que resultaram numa repressão sem precedente, contra os movimentos revolucionários, dando-se assim início à guerra colonial em Angola. De acordo Carreira (1997: 59), “*Salazar, [...] enviou para Angola diverso tipo de tropa, desde soldados e comandos a agentes de polícia, bem como armamento variado, com o objectivo de «calar» a rebelião angolana*”.

Os métodos da PIDE, traduziam bem a brutalidade do regime colonial, que consistiam essencialmente em prender, investigar, castigar e condenar todos aqueles que praticassem “atividades subversivas” contra o regime salazarista. De lembrar que o decreto-lei nº 39749 de 9 de Agosto de 1954, legitimava a ação da PIDE para lá da metrópole, ou seja, para às províncias ultramarinas (Medina 2005: 38, Mateus, 2004: 24).

Em Angola, nos centros urbanos multiplicaram-se os informadores, vulgo “bufos”, recrutados entre os autóctones com a finalidade de prestarem informações à polícia, acerca de indivíduos que possuíssem ligações ou que eram suspeitos de pertencerem a qualquer movimento de libertação nacional, que depois de serem considerados suspeitos, eram sistematicamente vigiados e perseguidos para se encontrarem possíveis colaboradores. A perturbação das emissões de rádios estrangeiras e dos movimentos e a violação de correspondência eram, também, práticas constantes que resultavam em buscas, revistas, rusgas e conseqüente interrogatório acompanhado geralmente de tortura.

Quanto aos julgamentos, poucos foram os casos de indivíduos que a sua condenação obedeceu aos trâmites judiciais exigidos, ou seja, a maioria das prisões de nacionalistas era consumada por simples medidas administrativas da polícia colonial. Depois de condenados eram encaminhados para prisões e campos de concentrações de Angola e Cabo Verde ou nas prisões da metrópole, a julgar pela “perigosidade” do preso (Medina, 2005 e Mateus, 2004).

### **2.2.1. O exército português face as ações armadas dos movimentos de libertação**

Em função das ações dos movimentos nas colónias principalmente em Moçambique e Angola, durante os 13 anos que se desenrolou a guerra colonial, houve a necessidade de se reorganizar e adaptar o exército português às táticas de guerra subversiva utilizada pelos guerrilheiros nas colónias. A título de exemplo, em resposta a esta necessidade, o governo português chegou de enviar uma delegação à Argélia com o intuito de estudar o fenómeno da subversão (Alves, 2010: 18).

Durante o período da vigência da guerra colonial, em Angola para o combate aos guerrilheiros vulgo “terroristas”, foram treinadas e enviadas, tropas e grupos especiais: flechas, catangueses, brigadas da PIDE/DGS para o apoio a informação e agrupamento de apoio aéreo. De acordo Gomes (1999: 287), em Angola na década de 60 em diante, o exército português passou de 7 mil homens para 60 mil.

A PIDE/DGS desempenhou um papel importante no fornecimento de informações ao exército colonial, que passou a colaborar estreitamente com os serviços de informação sul-africano BOSS (Bureau of State Security) numa perspetiva conjunta de combate aos movimentos independentistas de Angola e do Sudoeste africano. Para além da BOSS, a PIDE tinha relações excelentes com a CIO (*Central Intelligence organization*) da Rodésia do Sul, para troca de informações das ações dos movimentos beligerantes da região (Mateus, 2004: 359). É nesta teia de forças que os movimentos das diferentes colónias da África Austral tiveram de lhe dar durante os vários anos de luta.

A Cooperação que Portugal mantinha com a França e a República Federal da Alemanha na década de 60, acabou por ser fundamental para os apoios financeiros e militares que Portugal necessitava para os conflitos em Angola, Guiné e Moçambique. Por outro lado, o governo português estabeleceu ainda acordos militares de assistência mútua e económicos com alguns países da África Austral, principalmente com a antiga Rodésia do Sul e com a República da África do Sul (Marcos, 2007; Barroso, 2012; Monteiro, 2013). É de destacar ainda a aquisição de desfolhante, napalm, a partir dos EUA, África do Sul e Israel, material utilizado particularmente em Angola para o combate aos movimentos de libertação (Mateus, 2004: 100-101, Carneiro, 1999: 233).

Devido ao apertado cerco engendrado pela PIDE, a luta clandestina foi a melhor estratégia que os movimentos encontraram, utilizando a guerrilha associada a tática de guerra subversiva<sup>14</sup>. Como era de esperar no início da luta, os guerrilheiros estavam ainda desorganizados, com pouca disciplina militar, constituídos por dissidentes da tropa colonial e outros formados no exterior, que ensinavam alguma tática militar aos outros guerrilheiros. O armamento era obsoleto a maioria desviado e capturado do exército português e outro obtido a partir de países amigos (Traça, 2013: 48).

Os países do Magreb foram os que deram o apoio primário bélico aos movimentos de libertação de Angola, que de acordo com Traça, a Argélia foi o primeiro estado a fornecer armamento e equipamento as forças do MPLA, constituído por; “*carabinas Mauser, pistolas Paralellum, pistola metralhadoras PM40 e PM41, metralhadoras MG-42 (Borsig) e granada de mão*” (Idem: 54). Posteriormente como se sabe, o maior incremento armamentista veio da URSS e de Cuba.

Já para a FNLA os primeiros apoios bélicos vieram da Tunísia, como resultado de uma promessa do então presidente tunisino Bourguiba, apoio que teve passagem pelo Congo Kinshasa, que por meio dos capacetes azuis que ali se encontravam em missão de *peace keeping*, e que se foi paulatinamente introduzindo para Angola (Roberto, 1999: 17).

O teatro das operações em Angola, eram essencialmente as zonas em que a incidência da administração colonial era fraca, especificamente à Norte e Leste<sup>15</sup> de Angola, regiões próximas das fronteiras com o Zaire, Congo e Zâmbia respetivamente, dois países na altura independentes e favoráveis a independência de Angola (Traça, 2013).

As frentes Norte e Leste, eram zonas privilegiadas para os guerrilheiros instalarem as suas bases e constituírem campos de treino. Os autores dividem-se quanto a complexidade das duas zonas descritas anteriormente. Se para Pinto (2011) citado por Fonseca (2012: 11), a zona Leste constituía-se num espaço bastante difícil para as tropas portuguesas devido a vegetação, constituída fundamentalmente por chanas cuja altura

---

<sup>14</sup> Uma das características da guerra subversiva é a inexistência de uma linha de contacto entre as forças beligerantes, como acontece na convencional.

<sup>15</sup> Para o MPLA a necessidade de considerar estas zonas como estratégicas, surge na sequência de uma estratégia de Agostinho Neto com o lema «Todos para o interior», que visava empreender uma ação mais direta ao exército colonial, com a palavra de ordem «Vitória ou Morte».

do capim podia variar entre dois a cinco metros, associadas as picadas de difícil leitura, para Correia (1999: 214) é a zona Norte devido a floresta densa que impossibilitava a extensão da malha da tropa portuguesa na região. Em função da complexidade do teatro das operações, no Leste e Norte de Angola, a tropa colonial utilizou os nativos para servirem de guias, assim formaram-se os *Flechas*; grupo constituído por autóctones (Bosquimanes, posteriormente bantu), que tinham a finalidade de reconhecimento (Mateus, 2004: 70).

Na sequência da estratégia da contra-subversão o exército português, numa coordenação civil-militar, passou a criar condições para a conquista das populações a seu favor, tentando a todo custo satisfazer as necessidades básicas da população mormente no campo da educação, saúde e comércio, que eram deficitárias principalmente no Leste e no Norte de Angola. Esta estratégia tinha no fundo a finalidade de tornar os guerrilheiros fracos, pois é ali onde encontravam homens para engrossar as suas fileiras, fonte da sua logística e informação. Fonseca (20012: 29) citando Frank Kitson (1971: 29) descreve que “*O essencial para a vitória na guerra moderna é o apoio incondicional da população*”.

Com as estratégias de contra-subversão, pretendia-se que as populações colaborassem com o exército português e as que não colaborassem, sofriam consequências severas, por exemplo a política de terra queimada<sup>16</sup>. Para os guerrilheiros, se por um lado era vedado o apoio interno, do exterior vinha apoio logístico, pelo fato de o teatro das operações desenrolar-se em zonas fronteiriças como já se frisou.

A guerra colónias desenvolvida contra os movimentos de libertação da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, para além de ceifar vidas dos guerrilheiros afetos aos movimentos de libertação, ceifou também vidas de muitos militares e colonos, fato que criou forte descontentamento no seio das colónias e na sociedade portuguesa em geral. Assim, apesar da forte repreensão do regime, tanto nas colónias como na metrópole, em Abril de 1974, dava-se a reviravolta, a queda do regime do Estado Novo.

---

<sup>16</sup> Técnica que consubstanciava-se em queimar a produção e colheita das populações de forma a negar por outro lado ao inimigo fontes de alimento. Em Angola destaca-se a utilização de armas químicas (desfolhantes), com a finalidade de destruir culturas, por meio da dispersão de um pó químico.

### 2.3. O Impacto do 25 de Abril para a independência de Angola

Em 1968, com Salazar fora do jogo político em Portugal, cogitava-se uma possível abertura do regime para a democracia e para autodeterminação das colónias africanas. Porém, com Marcelo Caetano no poder, assistiu-se a uma clara continuidade da política de Salazar, influenciado por setores mais conservadores do regime e pelas constantes hesitações deste em proceder possíveis alterações ao regime (Magalhães, 1996).

O prolongar da guerra colonial, criou descontentamento e desgaste no seio das forças armadas e na população portuguesa em geral, devido a recusa do regime em aceitar uma solução política para o problema colonial. Para além da guerra colonial, associava-se a ausência de liberdades fundamentais, abusos da Polícia de Internacional de Defesa do Estado (PIDE), bem como uma acentuada derrocada económica. Assim a 25 de Abril de 1974, por ação dos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA), os capitães, deu-se a Revolução dos Cravos, que viria a alterar profundamente a política interna e externa de Portugal, abrindo caminho para a descolonização (Correia, 1999: 219 Valentim, 2005: 217, Gomes, 2009: 59).

No que diz respeito as colónias africanas, Correia (1999: 211), destaca ainda que o MFA é que integrou Portugal no processo da descolonização, por outro lado, enfatizando o papel dos movimentos de libertação em África, sublinha que “... *a descolonização não começa com o 25 de Abril, a descolonização é um processo que vem antes, Portugal é que só apanhou o comboio da descolonização a 25 de Abril. [...] os protagonistas da descolonização não são os colonizadores, os protagonistas da descolonização são os colonizados, e eles já estavam a conduzir a sua luta, eles já estavam a descolonizar antes de nós*”.

Como um dos sinais evidentes da mudança de regime em Portugal, a partir 26 de Abril de 1974, vários presos políticos começaram a ser libertos das prisões, com destaque para as de Peniche e Caxias. Assistiu-se ao regresso dos líderes políticos da oposição no asilo, ato que se registaria também nas colónias africanas. No caso de Angola de acordo Pissarro (2005), nas prisões de Luanda foram libertados 85 presos políticos e 1200 em São Nicolau (actual Benteaba-Namibe).

O 25 de Abril para as colónias portuguesas em África, constituiu-se num marco fundamental para as independências, na medida em que até Março 1974, nunca se tinham dado passos significativos por parte de Portugal para a libertação das colónias. Antes da revolução de Abril, não se adivinhava uma mudança brusca do regime de Caetano. A notícia do 25 de Abril apanhou de surpresa os líderes dos movimentos de libertação das colónias. No caso de Angola, ainda de acordo Pissarro, dá-se numa altura em que Agostinho Neto presidente do MPLA, se encontrava no Canadá, a fim de mobilizar apoio ocidental para o seu movimento.

Em termos gerais, a revolução do 25 de Abril foi um dos movimentos mais importante da história recente de Portugal e das colónias, ao devolver a liberdade, a paz ao povo português e aos povos dos territórios ultramarinos. Os movimentos de libertação das colónias e o MFA, foram os pilares fundamentais para a prossecução das independências dos territórios africanos, na medida em que estavam comprometidos com a independência. Sobre a relevância do MFA para a independência de Angola, Agostinho Neto, a quando da assinatura dos Acordos de Alvor, classificou-o como: “*Quarto Movimento de Libertação*” (Maxwell, 2006: 148).

O programa do MFA resumia-se numa política de três “D”: Descolonizar, Democratizar e Desenvolver; (Gomes, 1999: 292). Assim, com aprovação da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho, foram reconhecidos os direitos dos povos das colónias à independência, criaram-se as condições objetivas para o reconhecimento dos movimentos de libertação e traçaram-se os caminhos para a tão almejada independência das colónias africanas. De acordo Catarina Gomes (2009: 60), para o MFA a escolha dos interlocutores para independência das colónias, não constituiu imbróglio nenhum, pois considerava os movimentos de libertação das colónias como, os interlocutores “naturais” para o processo.

Para Angola apesar do quadro difícil, da existência de três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), a vontade de se alcançar e conceder a independência por parte dos movimentos e do MFA, falou mais alto. A conjugação de esforços do MFA e dos três movimentos, culminou na necessidade de se sentarem a mesma mesa para se discutirem os meandros que conduziriam a independência de Angola, esforços que, culminaram com os Acordos de Alvor.

### **2.3.1. Os acordos de Alvor**

Uma das premissas fundamentais para a assinatura dos acordos era a necessidade da cessação das hostilidades entre o exército colonial e os movimentos de libertação, processo que resultaria na assinatura de acordos de tréguas; com a UNITA a 14 de Junho de 1974, FNLA a 12 de Outubro de 1974, e finalmente com o MPLA a 21 de Outubro de 1974. Com estes acordos criaram-se condições para a instalação de delegações oficiais dos movimentos principalmente em Luanda, a partir de Novembro de 1974 (Van-Duném, 2008).

Com o cessar das hostilidades criaram-se as condições para a assinatura dos acordos para a independência. Antes dos Acordos de Alvor, entre 3 e 5 de Janeiro de 1975, realizou-se, em Mombaça (Quênia), um encontro entre os três movimentos (MPLA, FNLA e UNITA), resultando em consensos que seriam negociados com Portugal em Alvor (Gomes, 2009: 107).

De 10 a 15 de Janeiro de 1975, na região do Algarve Portugal, reuniram-se os representantes do Estado Português, constituídos por: Costa Gomes como presidente provisório de Portugal, Mário Soares, ministro dos negócios estrangeiros, Melo Antunes e Rosa Coutinho e dos representantes dos três Movimentos de Libertação Nacional, encabeçados por; António Agostinho Neto - MPLA, Álvaro de Holden Roberto - FNLA e Jonas Malheiro Savimbi - UNITA. Assinou-se assim o célebre Acordo de Alvor, que estabelecia a fórmula pela qual Angola se tornaria independente (Valentim, 2005: 233-236).

No essencial os Acordos previam, o reconhecimento dos três principais movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), como os únicos e legítimos representantes do povo angolano, a continuidade da soberania portuguesa em Angola até a data estabelecida para a independência, indicação do 11 de Novembro de 1975 como data para a proclamação da independência, consideração de Angola como entidade una e indivisível, a formação de um Governo de Transição integrado por representantes de todos movimentos e de Portugal, realização das eleições gerais para Outubro e a consequente formação de uma Assembleia Constituinte para a elaboração da Constituição da futura República, e das demais leis (Freitas, 1975, Valentim, 2005, Maxwell, 2006).

Apesar de os acordos terem decorrido num clima cordial, de acordo Valentim, (2005: 238-241)<sup>17</sup>, muitos assuntos essenciais, para a robustez do processo, não foram convenientemente resolvidos. Matérias ligadas ao funcionamento do governo de transição, os meandros do processo eleitoral, bem como a formação de um exército único. Transparecia claramente que cada movimento possuía uma carta na manga que utilizaria na *hora H*, de formas a surpreender e assumir unilateralmente o poder.

Os acordos de Alvor, decorreram num contexto em que todos movimentos de libertação tinham ansiedades hegemónicas de tomarem o poder unilateralmente com suporte externo, ou seja, vão ao Alvor já com um plano B; sendo este que falou mais alto, a julgar pelas sucessivas violações do mesmo por parte dos movimentos, principalmente nas suas tarefas dentro do Governo de Transição.

### **2.3.2. O Governo de Transição**

A luz dos Acordos de Alvor é criado o Governo de Transição para Angola, que tomaria posse em Luanda a 31 de Janeiro de 1975. Governo que foi encabeçado por um Alto-Comissário português, António Silva Cardoso, por um colégio presidencial constituído por integrantes dos três movimentos de libertação, Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento (MPLA), José N'Dele (UNITA) e Johnny Eduardo (FNLA). Por outro lado criaram-se pastas ministeriais, que seriam dirigidas por representantes dos três movimentos e de Portugal.

Portugal chegou de dirigir os ministérios da economia, dos transportes e telecomunicações e das obras públicas habitação e urbanismo; o MPLA, os ministérios, do planeamento e finanças, indústria e energia, informação e o da justiça; a FNLA, ocupou os ministérios da agricultura, da saúde e serviços sociais, do comércio e turismo e do interior; a UNITA, os ministérios do trabalho e segurança social, educação e cultura e dos recursos naturais (Van-Duném, 2008: 187-204).

---

<sup>17</sup> Valentim descreve um episódio que achou caricato ao assistirem António Agostinho Neto a pedir a Jorge Ornela Sangumba da delegação da UNITA, para lhe servir uma bebida, com muito carinho e risos a mistura, o que se achava improvável, inesperado de se ver.

A violação dos acordos por parte dos movimentos era como que sistemática, tendo Luanda como o epicentro das clivagens entre os três movimentos. De Fevereiro a Junho de 1975, a FNLA e a UNITA, procuram confrontar o MPLA de forma a possuírem um maior protagonismo na capital, zona de maior influência do MPLA e por se tratar da cidade mais populosa do país, tendo em atenção as eleições que se avizinhavam para Outubro. Em outras cidades do país aumentavam os conflitos entre os movimentos com acusações mútuas e a tentativa do MPLA expandir sua influência em zonas de maior protagonismo da FNLA (Norte do país) e da UNITA (Centro e Sul do País) e a tentativa destes expulsá-lo das suas zonas de maior protagonismo.

Apesar da inquestionável importância dos Acordos de Alvor, para o processo de independência de Angola, estes, revelaram-se incapazes de produzir um consenso efetivamente partilhado entre os movimentos de libertação (Gomes, 2009: 106). Para Shubin (2008: 38), o governo de transição era problemático desde o início, não só porque consistia em forças que haviam sido rivais durante muitos anos, mas também pela interferência estrangeira, já para Valentim (2008: 246), o facto de os próprios líderes dos movimentos não integrarem o Governo de Transição, no sentido de se sentirem diretamente implicados no processo, foi uma das causas do fracasso dos Acordos de Alvor.

Face aos constantes atropelamentos dos Acordos de Alvor<sup>18</sup>, o Governo de Transição, revelou-se impotente em conter a onda de violências que se registavam em quase todo país. Sob iniciativa do presidente queniano Jommo Kenyata, convocou-se a Cimera de Nakuro, de 16 a 21 de Junho de 1975, numa tentativa de se respeitarem as cláusulas de Alvor, bem como reforçar-se a necessidade da criação de um exército único, capaz de assegurar o clima de instabilidade que se registava neste período (Gomes, 2009: 111, Valentim, 2005). Tentativa que não surtiu o efeito desejado, a julgar pelos objetivos de cada movimento em tomar o poder de forma unilateral.

O Governo de Transição não foi capaz de elaborar a lei eleitoral, constituir a Assembleia Constituinte, tão pouco elaborar a constituição. Perante aos constantes incumprimentos dos Acordos de Alvor, *“em Agosto desse ano, o V Governo Provisório*

---

<sup>18</sup> A falta de auto-responsabilização de alguns ministros, deslocações de ministros para dentro e fora do país sem a autorização do governo, falta de eficácia das decisões do governo, clara demonstração da tendência partidária pelos servidores públicos, falta de obediência hierárquica entre o colégio presidencial e os ministros.

*de Portugal suspende o Acordo de Alvor no respeitante aos órgãos de governo de Angola. E com Alvor morto, a guerra civil agudiza-se”* (Gomes, 2009: 111).

Em função do processo de transição para a democracia em Portugal, Vladimir Shubin (2008: 43) destaca que Portugal “não teve tempo para Angola”, estava muito mais ocupado com seus próprios problemas internos. Assim a medida em que se aproximava a data da independência, Angola, transformava-se paulatinamente numa espécie de tabuleiro das forças implicadas na Guerra Fria. Foi justamente a internacionalização do conflito angolano, que ditou a forma e os protagonistas da independência.

#### **2.4. A internacionalização do conflito angolano**

Durante o período da Guerra Fria, três regiões em África mereceram algum destaque quanto ao envolvimento das duas superpotências nos respetivos conflitos: no Corno de África<sup>19</sup>; Zaire (atual República Democrática do Congo)<sup>20</sup>; e na África Austral, mais concretamente em Angola onde as superpotências travaram uma *Proxy War* (guerra por procuração) e em outros conflitos intrincados entre independência e liberdade, em Moçambique, Namíbia, Rodésia (Zimbabwe) e na África do Sul (Hentz, 2008: 68).

A competição geopolítica entre os Estados Unidos e a URSS no Corno de África, reveste-se de grande importância por se tratar da primeira intervenção das duas superpotências no continente africano. Intervenção que girou em torno do conflito etíope-somalis, importante para a compreensão dos meandros da Guerra Fria na periferia dos grandes interesses estratégicos das superpotências. Destacar que desde 1953 os EUA marcavam já uma presença notável no Corno de África mais concretamente na Etiópia, onde forneciam apoio financeiro conducente a sua estratégia

---

<sup>19</sup> O Corno de África é composto pela Etiópia, Somália e Djibuti. Região que se revelou importante para a geopolítica da Guerra Fria, próxima ao Oriente Médio, zona de convergência entre o mar vermelho e o oceano Índico. O estreito de Bab-el-Mandeb o Golfo de Aden são pontos importantes para a passagem do petróleo do Médio Oriente.

<sup>20</sup> O Zaire alcança a sua independência com Patrice Lumumba a ocupar um lugar de destaque, este com fortes tendências esquerdistas, pro-comunista, fato que fez com que Washington patrocinasse uma série de ações secretas neste país resultando no dramático afastamento dos comunistas e a subsequente ascensão de Mobutu pro-ocidente e elemento vital para a luta anticomunista na região. O Zaire era também produtor de minerais estratégicos como (cobalto, cobre, diamantes, ouro, cádmio e urânio).

de combate a propagação do comunismo no Mundo. A URSS por sua vez instalou-se no estado vizinho, na Somália. (Namikas, 2008, Hentz, 2008).

Em 1974, Haile Selassie soberano etíope era derrubado por uma junta militar socialista liderada por Mengistu Haile Mariam, apoiada pela URSS, abrindo assim as portas para a influência comunista na Etiópia. Com o colapso do regime de Selassie, os Estados Unidos foram forçados a abandonar a Etiópia. Porém o aparente sucesso da União Soviética na Etiópia acabou por não ser pleno, na medida em que seria também expulsa da Somália em 1977, em retaliação ao relacionamento com a Etiópia e pela influência americana, dando lugar ao conflito de Ogaden (Namikas, 2008: 75-76).

Na África Austral, o epicentro do conflito americano-soviético, foi em Angola, mas a Namíbia, Moçambique, Rodésia (Zimbabué) e África do Sul também ocuparam lugar proeminente neste conflito da Guerra Fria. Cada um desses países, com a notável exceção da África do Sul, foram vistos pelos americanos, como que alinhados com a União Soviética. Shubin (2008: 17) citando Karen Brutents<sup>21</sup>, destaca que Angola se tornou num dos pontos-chave da rivalidade entre URSS e os EUA no terceiro mundo, um lugar completamente desproporcional ao seu significado. Para Malaquias (2010: 39) o grande interesse da União Soviética na região era o de influenciar, particularmente, eventos na África do Sul, tentando implementar seu modelo de desenvolvimento neste estado mais rico e mais desenvolvido na sub-região e ponto estratégico para rotas marítimas importantes.

Na *Proxy War*, que Angola acolheu, importa destacar o papel preponderante dos principais intervenientes utilizados pelas grandes potências nesta confrontação; o Zaire, África do Sul e Zâmbia, bem como os movimentos internos FNLA e UNITA pelos interesses americanos, ao passo que o Congo Brazzaville, Cuba e o MPLA pelos interesses soviéticos. Fruto da intervenção de atores internos, regionais/africanos e de outros continentes, o conflito para independência de Angola, tomou um carácter incontestavelmente internacional (Tucker, 2008, Malaquias, 2010).

A influência soviética na África Austral começou no Zaire (actual RDC) em 1960, porém a partir de Janeiro de 1961, a ajuda soviética ao Zaire começou a diminuir

---

<sup>21</sup> Ex-chefe adjunto do Departamento Internacional do Partido Comunista da URSS.

à medida que sua atenção mudava em outros lugares, particularmente para a vizinha Angola (Namikas, 2008: 75). De 1974-75, se por um lado a URSS, procedia a expansão da sua influência na África Austral, com maior incidência para Angola, os Estados Unidos devido a fatores internos e externos<sup>22</sup>, remetia-se numa posição de displicência, retraimento face as investidas Soviéticas.

Este posicionamento americano é descrito por Tiago Moreira de Sá, (2011) em três vertentes: *Indiferença*, fase de pouco envolvimento, em que os Estados Unidos quase que ignoravam o que se passava em Angola e na região Austral; *Defensiva*, momento em que notam que era preciso agir em função das informações de alguns líderes da região e da CIA; *Derrota*, momento em que o MPLA passou a controlar Luanda e proclamou a independência com o apoio soviético e cubano.

O apoio substancial que a URSS começou a prestar ao MPLA, principalmente de 1974-75, acabou por perturbar os países vizinhos de Angola, principais aliados dos EUA na região (África do Sul, Zaire e Zâmbia), que de imediato apelaram aos americanos dos perigos deste investimento soviético na região (Kissinger, 2003, Moreira de Sá, 2011).

A reconciliação entre o presidente Kaunda e Savimbi pouco tempo antes da concretização dos Acordos de Alvor<sup>23</sup>, fez com que Savimbi granjeasse uma grande simpatia do presidente zambiano, influenciando o apoio americano também para a UNITA, pois que a FNLA já beneficiava do apoio americano desde meados da década de 60. Para Kissinger (2003: 701), a visita de Kenneth Kaunda a Washington a 19 de Abril de 1975, foi o ponto decisivo da viragem da política norte-americana para Angola, ao convencer a administração Ford de que os EUA deveriam agir devido as ações da União Soviética de intervir com conselheiros e armamento e que isso punha em causa a defesa dos países vizinhos de Angola. Para o mesmo autor “*O MPLA não era apenas*

---

<sup>22</sup> Devido essencialmente ao respeito pela política da Détente, de coexistência pacífica, desanuviamento, entre as principais potências, a crise do Vietname, o escândalo de Watergate que levaram a uma crise constitucional e a renúncia do presidente Nixon em Agosto de 1974. Naquela fase nem o congresso, nem a opinião pública americana, eram apologistas de qualquer intervenção no exterior dos EUA, quanto mais numa zona periférica dos seus interesses estratégicos.

<sup>23</sup> Lembrar que em função da violação dos acordos de a UNITA não atacar nenhum ponto do Caminho de Ferro de Benguela/Angola, Savimbi havia sido expulso da Zâmbia em 1967 por influência do governo português e da multinacional Tanganyka Concession que controlava o CFB. Com a aproximação da independência de Angola, a Zâmbia esforçou-se em ajudar um dos movimentos que garantisse seus interesses em Angola; país encravado dependendo do caminho de Ferro de Benguela para a exportação de matéria-prima e importação de produtos essenciais. A UNITA acabou por ser o escolhido.

*um grupo Marxista como a FRELIMO em Moçambique, mas era um instrumento de Moscovo*” (Idem: 705).

Após os relatos do presidente zambiano Kenneth Kaunda, Gerald Ford e Kissinger dedicaram três meses de análise sobre a situação da região, com reuniões dos 40 *Committee* da CIA, reuniões do departamento para os assuntos africanos, bem como a realização de estudos minuciosos sobre os principais aliados que se teriam em conta (Moreira de Sá, 2011).

Não menos importante foi o fato de os Estados Unidos terem perdido um aliado chave no corno de África, Haile Selassie da Etiópia derrubado em 1974, por uma junta militar de influência comunista. Assim com a aproximação da independência de Angola em 1975, com forte envolvimento soviético, a administração Ford/Kissinger decidiu intervir secretamente em Angola para impedir a ascensão do MPLA pro-comunista na região Austral (Saunders, 2008: 77).

Assim em Julho de 1975 era culminado o programa secreto americano para Angola e para região, denominado «Operação IAfeature». De acordo José Patrício (1997: 52) a operação tinha como objetivo “*fornecer material, apoio e assessoria aos movimentos nacionalistas moderados para serem utilizados na criação de um clima estável que permitisse a autodeterminação genuína dos Estados africanos recém-nascidos*”. Esta operação perspetivou-se ser a todos os níveis secreta para os EUA, devido a fatores internos e externo já descritos, Kissinger (2003: 711) destaca que “*Angola pertencia à categoria de operações militares secretas como as da Guatemala, da Baía dos Porcos, da guerra no Laos e da operação curda*”.

A concretização da operação, contaria com a envolvência da África do Sul, Zaire e Zâmbia, principais aliados dos EUA na região. No essencial a ideia era de apoiar a FNLA e a UNITA para neutralizar o MPLA até Novembro, mês previsto nos Acordos de Alvor para a independência. O plano seria coordenado pela CIA, coadjuvada pela BOSS sul-africana e a SDECE francesa, ficando o grupo de trabalho a cargo de William Colby e no terreno a cargo de John Stockwel, contemplava ainda o envio de mercenários para instrução e auxílio aos guerrilheiros da UNITA e a FNLA (Stockwel, 1979, Moreira de Sá, 2011; Patrício, 1997).

A decisão de interferir em Angola ao lado dos rivais do MPLA, não foi universalmente apoiada dentro da burocracia norte-americana. De acordo Shubin (2008:

45), Tom Killoran, cônsul geral americano em Luanda, considerava o MPLA como o movimento melhor qualificado para governar Angola e achava também que seus líderes, queriam relações pacíficas com Washington. Porém, foi quase que de forma acidental que tomou conhecimento da decisão americana de financiar as forças opositoras ao MPLA.

Para além dos objetivos estratégicos dos Estados Unidos em Angola que se traduziram na intervenção dos países vizinhos, tanto o Zaire, África do Sul e Zâmbia, tinham interesses próprios no conflito angolano. O Zaire intervém no conflito, para além da preocupação da penetração e expansão do comunismo na região, que ameaçava a sua segurança interna, pretendia ter uma maior influência em Angola, principalmente no controlo do enclave de Cabinda.

Para a África do Sul, nesta nova vertente de regionalização do conflito angolano, tratou-se apenas de um redirecionamento da sua posição, de colaborador de Portugal, para colaborador dos movimentos oponentes ao MPLA; na medida em que já possuía tropas estacionadas no Cuito Kwanavale para o apoio aéreo a Portugal, contra aos movimentos de libertação (Mateus, 2004). Apesar de não partilhar uma fronteira comum com Angola, a África do Sul entendeu reforçar o seu apoio aos movimentos oponentes ao MPLA, temendo a sua linha política, de forma que não apoiasse a luta dos povos da Namíbia (Monteiro, 2003: 5).

A Zâmbia, por se tratar de um país geograficamente encravado, tendo o caminho-de-ferro de Benguela (Angola), como uma das principais vias para o acesso ao mar, mormente para o escoamento e importação de produtos, a ascensão de um governo a seu favor em Angola era fundamental para a sua estratégia económica (Moma, 2012: 60).

Com a instalação em Luanda dos três movimentos de libertação, no quadro dos Acordos de Alvor, cedo reacendeu o conflito entre eles. O conflito primeiramente, era entre a FNLA e o MPLA, que culminaram com a expulsão da FNLA de Luanda a 14 de Julho de 1975, por conseguinte, temendo um possível confronto com o MPLA, a UNITA retirou-se de Luanda, fixando suas bases no interior do país (Van-Duném, 2008: 208).

A retirada de Luanda não significou derrota, pelo contrário reforçou ainda mais estes movimentos nas suas alianças para o derrube do MPLA nas frentes que se criariam, Norte e Sul. A partir de Agosto, numa perspetiva de confrontação bi-direcionada, as forças aliadas FNLA-Zaire marcharam do Norte para Luanda, enquanto

a coligação UNITA-África do Sul marcharam do Sul para Luanda, com a finalidade de derrubar o MPLA. De acordo Coutinho (1999), o Zaire e África do Sul, constituíam-se nos principais instrumentos de interferência dos Estados Unidos na independência de Angola.

Gomes (2009: 109), citando Macqueen (2006), defende que Angola conheceu «guerras cruzadas», uma guerra colonial que compreendia uma vertente de luta pela libertação, uma vertente associada a conflitos regionais, uma dimensão decorrente da Guerra Fria e uma última dimensão propriamente civil.

A Batalha decisiva no Norte de Angola, decorreu entre 6 a 10 de Novembro na região de Quifangondo<sup>24</sup>, onde se travaram duros combates entre as FAPLA/MPLA com auxílio de tropas cubanos contra as forças do ELNA/FNLA auxiliadas pelo 4º e 7º batalhão de comandos de Mobutu, bem como por mercenários contratados pela CIA e conselheiros sul-africanos. De acordo Holden (1999: 29-31), o Zaire enviou 3 batalhões, a África do Sul 152 soldados e contavam ainda com um batalhão comandado pelo coronel Santos e Castro, que não queria compactuar com o MFA. As 05 horas do dia 10 de Novembro, um dia antes da independência, a coligação FNLA/Zaire, com suporte a canhões de 140mm, blindados AML 60 e 90, procederam bombardeamentos que atingiram alguns pontos estratégicos das FAPLA/MPLA<sup>25</sup> e ações terrestres de grande envergadura (Van-Duném, 2008).

Já na parte Sul de Angola a intervenção da SADF, braço armado da África do Sul, em coligação com a UNITA, começaram de forma tímida em Agosto de 1975 com a ocupação das barragens hidroeléctricas do Ruacaná e do Calueque no Cunene junto a fronteira com a Namíbia. A partir de Outubro de 1975, começa a empreitada da SADF propriamente dita, naquela que ficou conhecida como «*Operação Savana*», que no essencial consubstanciava-se em impedir a ascensão de um governo comunista/progressista em Angola que privilegiasse o apoio aos grupos hostis da sua política na África do Sul e na Namíbia, mormente no apoio ao ANC e a SWAPO. (Monteiro, 2003, Van-Duném, 2008, Shubin, 2008).

---

<sup>24</sup>Localidade situada à 20 quilómetros de Luanda, no sentido Norte, território planáltico, onde corre o rio Bengo, área de lagoas e alguns pântanos. A Batalha de Quifangondo foi a mais significativa pelo fato de ser aquela que maior perigo apresentava para as aspirações do MPLA, por se dar as portas da Capital.

<sup>25</sup>Bombardeamentos sobre a capital, atingindo vários alvos importantes como fábricas, habitações, unidades militares bem como a emissora de Luanda.

Fruto do poderio do exército sul-africano, a força significativa do MPLA que se encontrava em Katengue, região da província de Benguela foi derrotada. Associada a outras derrotas no Norte, em alguns ciclos do MPLA pairava a incerteza dos dias subsequentes. Desta feita no dia 4 de Novembro de 1975, numa reunião de emergência o Bureau Político do MPLA decidiu-se pedir ajuda internacional à Cuba, pois para além de instrutores, que já operavam em Angola, sentiu-se a necessidade do auxílio de tropas nas duas principais frentes de combate Norte e Sul (Van-Dúnem 2008: 224. De acordo Risquet (1999: 343), a resposta cubana não se fez esperar, a 9 de Novembro desembarcavam no aeroporto de Luanda forças especiais compostas por 628 combatentes equipados com artilharia ligeira, e foram chegando até 28 de Novembro de 1975 por diversas vias.

Cuba, intervêm em Angola no âmbito do seu princípio de solidariedade internacionalista, princípio que se constituía num pilar essencial da política externa de Cuba neste período. Assim, Havana prestou auxílio a diversos movimentos revolucionários e independentistas na América Latina, seus vizinhos mais próximos, mas também para a África e Ásia. Gleijeses (2006: 98) destacando o internacionalismo cubano, salienta que, o papel de Cuba na política internacional durante a guerra fria foi único. Nenhum outro país do Terceiro Mundo projetou seu poder militar para além dos seus vizinhos imediato. As intervenções militares extra continentais durante o Guerra Fria foram essencialmente das duas superpotências. Mesmo a União Soviética enviou menos soldados para além das suas fronteiras. A este respeito, Cuba ficou em segundo lugar apenas atrás dos Estados Unidos.

O efetivo solicitado por Angola a Cuba<sup>26</sup> depois de aterrar rumava de imediato para as frentes de combate, mais concretamente para o Keve (região do Cuanza Sul), Quifangondo e Cabinda zonas onde as operações apresentavam maior sensibilidade para o MPLA. Esta intervenção cubana em Angola na véspera da independência resultou na memorável «*Operação Carlota*», que de acordo Van-Duném (2008: 219) traduzia-se “*nos esforços para a reconquista de um conjunto de localidades do território angolano, que se encontravam sob controlo das tropas invasoras*”.

---

<sup>26</sup> Tratou-se apenas de um incremento do efetivo que já se encontrava em Angola, constituído essencialmente por conselheiros que auxiliavam o MPLA na guerrilha. Esta parceria surgiu de uma petição que a direção do MPLA havia feito em Conacri em 1965, na embaixada cubana. Os primeiros cubanos conselheiros enviados nesta fase eram fundamentalmente negros para ludibriarem as autoridades do Zaire, onde se encontravam os campos de treino dos guerrilheiros do MPLA.

Para além do auxílio cubano, na véspera da independência de Angola, a URSS decidiu enviar um contingente bélico significativo. E em função da brevidade da situação o armamento foi transportado via aérea e por meio de um telegrama, foi autorizado aos especialistas militares soviéticos para participarem em ações militares ao lado das FAPLA/MPLA e dos cubanos, o que acabou por ser determinante na vitória das FAPLA nos teatros de operações (Milhazes, 2009: 80 e 83).

As FAPLA com o apoio das forças cubanas e soviéticas, pararam o avanço sul-africano em direção à Luanda em Novembro de 1975. (Gleijeses, 2006: 101) destaca que, certamente, os sul-africanos teriam tomado a capital de Angola, caso Castro não tivesse decidido, em Novembro, enviar tropas em resposta aos apelos desesperados do MPLA. A intervenção Cubana, causou grande admiração e comentários nos governos ocidentais, pelo fato de os cubanos atuarem longe de suas fronteiras, chegando mesmo a concluir que se tratava de manobras indirectas da União Soviética (Noer, 1985, Saunders, 2008).

Em função da intervenção polémica dos cubana no conflito angolano, ainda Noer, (1985), destaca que a intervenção sul-africana no conflito angolano, solicitada pelos EUA, acabou por legitimar a presença cubana no conflito angolano.

Com a aprovação da *Emenda Clark*<sup>27</sup>, a «Operação IAfeature» desmoronou. Fracassada a operação, o regime do apartheid receando uma possível intervenção soviética em seu território, continuou com o desenvolvimento de armas nucleares, como medidas de dissuasão a ameaça soviética (Saunders e Onslow, 2010: 227).

A envolvimento de vários atores regionais com o patrocínio das grandes potências mundiais no conflito angolano por um lado, provocou implicações geopolíticas na região Austral, transformando Angola num campo de batalha da Guerra Fria e por outro lado transformou o conflito anti-colonial em guerra civil (Malaquias, 2010: 35).

O sucesso soviético em Angola estimulou o Kremlin a um incremento do seu envolvimento no Corno de África, numa guerra de fronteira entre a Etiópia e a Somália na região de Ogaden, onde o apoio soviético a Etiópia, ajudou a expulsar as forças somalis de Ogaden (Namikas, 2008: 75).

---

<sup>27</sup> Aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, proibindo o uso de fundos para mais operações secretas.

Com a crescente internacionalização do conflito angolano, o papel de Portugal na mediação do processo de transição para a independência tornou-se insignificante. A internacionalização, retirou à Portugal o protagonismo e a legitimidade para impor uma solução política face a interferência externa, razão que explica claramente o fracasso dos acordos de Alvor. Desta forma a independência de Angola foi proclamada sem a observação linear das cláusulas dos Acordos de Alvor.

## **2.5- A proclamação da independência**

Em pleno clima de guerra que se vivia, a 10 de Novembro de 1975, o General Leonel Cardoso, no palácio do governo de Angola anunciou o fim da presença colonial portuguesa em Angola, entregando a soberania ao povo angolano. Não se registando uma transferência de poderes ao MPLA, nem o reconhecimento de qualquer governo angolano (Monteiro, 2003: 1).

Transferida a soberania ao povo angolano, os integrantes do governo português e alguns colonos “...embarcaram no cais, à noite, escuro, cais abandonado, sem ninguém para despedi-los e o povo de Angola afluíu para a praça da república para ver Agostinho Neto assumir o poder e a declarar a independência à meia-noite” (Ovídeo Melo, 1999: 313). Terminava assim a presença da autoridade portuguesa em África com um saldo qualitativo inquestionável de influência comunista (Monteiro, 2003: 4).

A 11 de Novembro de 1975 foi proclamada em Luanda/Angola a independência do 47º país africano, que na voz do líder do MPLA, António Agostinho Neto, ouviram-se as seguintes palavras; “*Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola*” (MPLA, 1985: 35).

De acordo Edward George (2005: 91), em Luanda o MPLA celebrou a independência de forma delirante por dois motivos; pelo fato de ter vencido o seu opressor, o colonizador português, por outro lado por ter vencido o seu rival mais antigo na luta de libertação, a FNLA.

Paralelamente a independência proclamada em Luanda, no planalto central, no Huambo era também proclamada a República Democrática de Angola, pela UNITA e

FNLA. Holden Roberto (1999: 29) ressalta que “... nós queríamos proclamar uma Angola democrática, para marcar a diferença entre o MPLA e nós... porque nos opúnhamos ao Governo de Luanda, à presença dos comunistas em Luanda”. Porém, a independência proclamada pela coligação UNITA/FNLA, não chegou a ser reconhecida por nenhum país ou organizações internacionais<sup>28</sup> como observou António Monteiro (2003: 4) “A tentativa de coligação anti-MPLA de estabelecer um Governo alternativo da “República Democrática de Angola”, com sede no Huambo, desfez-se com a retirada sul-africana e não obteve apoio de nenhum país”.

A independência marcava assim o concretizar dos desígnios de todos quanto tombaram para a reconquista da liberdade, terminando assim aquele quotidiano de violência descrito por Dalila Mateus (2004: 93), caracterizado pela vigilância, pagamento de impostos, julgamentos arbitrários e outras medidas vexatórias. Na mesma linha de pensamento, Valentim (2005: 251) destaca; “Com a Independência conquistada, embora ainda com o País dividido, a discriminação racial, a escravatura e a humilhação foram banidas. Nasceu um novo país soberano, Angola, e novas esperanças se projectavam no horizonte da vida de todos os cidadãos angolanos”.

Depois da independência como resultado da chamada “Segunda luta de Libertação Nacional”, o MPLA e seus aliados, afastaram a FNLA até a fronteira com o Zaire, associado a este fato em 1976 a FNLA sofre um duro golpe, a perda do apoio externo dos EUA. A partir do Zaire de forma tímida praticavam pequenas ações no interior de Angola; porém com a normalização das relações entre Luanda e Kinshasa, a FNLA perde esta guarita e seu líder Holden Roberto em 1979 abandona o Zaire e asilou-se em França, “Fui expulso do Zaire, digamos contacto entre o Mubutu e o Neto, então, eles pediram para me retirar e eu retirei-me” (Roberto, 1999: 31). Com a “desagregação” da FNLA entre 1978-79, os seus dirigentes asilaram-se em diferentes países e outros por sua vez foram absorvidos pelas estruturas estatais do MPLA e pelas FAPLA.

Com sensação de traição pelos Estados Unidos, criticados em todo o mundo como agressores e ameaçados por um número crescente de soldados cubanos fixados

---

<sup>28</sup>Esta coligação entre a FNLA e a UNITA, tinha pouco para dar certo a julgar pela pressa da criação desta República, onde não ficaram claros os órgãos e atribuições dos respetivos titulares. Por outro lado os ressentimentos da retirada de Savimbi então secretário-geral da FNLA para formar a UNITA, não se tinham esgotado por completo.

em Angola, os sul-africanos desistiram. Em 27 de Março de 1976, as últimas tropas sul-africanas retiraram-se de Angola (Gleijeses, 2006: 102). Já a UNITA, sua principal aliada, remeteu-se as zonas do interior de Angola e a partir dali com o apoio externo principalmente dos EUA<sup>29</sup>, passou a perpetrar confrontos significativos com as FAPLA. Impôs-se como uma força que se deveria ter em conta no processo de pacificação e de construção de Angola, forçando a assinatura de vários acordos com destaque aos de Bicesse em 1991; Lusaka 1994 e Luena 2002.

### **2.5.1. O reconhecimento da independência**

O primeiro estado a reconhecer a independência de Angola foi a República Federativa do Brasil. Este reconhecimento oportuno decorreu de uma promessa feita pelo então embaixador brasileiro em Angola Ovide de Andrade Melo (1999: 313), em que o seu governo reconheceria a independência de Angola nos primeiros momentos da sua proclamação, promessa que se constituiu para o MPLA num grande encorajamento e garantia para futura jovem nação.

Depois do Brasil de acordo Van-Duném (2008), associaram-se ao reconhecimento de Angola como nação soberana: Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, República Popular do Congo, Mali, Guiné-Conakry, Somália, Ilhas Maurícias, Mongólia, Etiópia, Síria, Polónia, Roménia, Bulgária, Checoslováquia, República Democrática Alemã, URSS, Vietname e Cuba. Outros depois de hesitarem viriam a reconhecer como foi o caso de Madagáscar, Ghana, Zâmbia, Níger, Quénia, Tunísia, Burundi, Gabão, Canadá, Índia e China. A OUA e a ONU viriam a reconhecer após uma forte campanha diplomática levada a cabo pelo governo com ajuda dos países que lhe eram próximos ideologicamente e outros amigos de Angola.

A questão do reconhecimento da independência de Angola, por parte de Portugal, de acordo Marcos (2016: 138), gerou um amplo debate interno e dividiu partidos políticos e o setor militar. Se para os militares personalizados por Melo Antunes, o rápido reconhecimento era necessário e seria a melhor estratégia para defender os interesses portugueses no relacionamento com Angola, incluindo a questão

---

<sup>29</sup>Aqui sim louvar a perícia de Jonas Savimbi, líder da UNITA, conseguir desviar-se de uma imagem maoísta, para conseguir o apoio integral dos EUA, em detrimento da FNLA.

dos retornados, para os partidos políticos, reconhecer a independência de Angola, significaria, reconhecer o regime do MPLA, legitimando a intervenção cubana e soviética em Angola. Portugal reconhece a independência de Angola depois de cerca de 85 países terem-no feito, ou seja, reconhece a independência de Angola apenas em finais de Fevereiro de 1976.

O desacordo era também entre os partidos políticos em Portugal. Se por um lado o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, eram favoráveis para um vetor de relacionamento euro-atlântico, o Partido Comunista Português privilegiava também o relacionamento com as ex-colónias e no caso, num relacionamento favorável com o governo do MPLA. Apesar deste posicionamento do Partido Comunista Português, pró MPLA, este, só reconheceria a independência de Angola depois do governo de Angola se estabilizar, afastando os seus inimigos para bem longe das suas áreas vitais (Cunhal, 1999: 254).

Depois da descrição das peripécias da evolução do nacionalismo angolano até à independência, a abordagem a seguir recairá para os grandes desafios da emergência do estado angolano no concerto das nações, seu sistema político, social, económico, bem como as características da sua política externa, formulação, papel do presidente e dos outros atores estatais e não estatais.

## CAPÍTULO III - ANGOLA APÓS A INDEPENDÊNCIA

### 3.1. Órgãos do Estado

O esforço do estado angolano, logo após a independência, girava em torno da construção do socialismo na sua vertente marxista-leninista, cujo objetivo era transformar não apenas a economia e a política mas também de forma muito especial a ideologia do povo marcada com maior ou menor grau pela influência colonialista. Ou seja, estabelecer um corte com o passado e construir uma nova identidade. Este esforço de certa forma acabou não se concretizar de forma efetiva na medida em que, na vertente discursiva era esta a lógica, porém na prática não era tanto assim.

No decurso da construção dos estados pós-coloniais, nas antigas colônias portuguesas em África, o legado colonial acabou por exercer grande influência na estrutura e na forma do exercício do poder. Modelo burocrático, forma de governação não representativa, ausência de realização de eleições regulares e credíveis, bem como a repressão aos movimentos anticoloniais, foram alguns dos elementos que caracterizaram a administração colonial portuguesa e que viriam a ser, de certo modo, replicados pelos estados pós-coloniais, principalmente na vertente política (Gomes, 2009).

Embora com exceções, os líderes construtores dos estados pós-coloniais, enfrentaram uma série de tarefas complexas, herdando instituições colônias que não sabiam ao certo como funcionavam. Associava-se a este fato a inexperiência governativa de muitos líderes, que revelou-se logo após a euforia da independência, problemas ligados fundamentalmente a necessidade da manutenção da autoridade central legítima. Chabal (2002: 43)<sup>30</sup> por sua vez, fazendo alusão ao conjunto dos PALOP, destaca que os povos desses cinco territórios não tinham experiência de política representativa e não tinham meios de expressar suas opiniões políticas, por outro lado, os movimentos anticoloniais procuraram desde o início estabelecer o controlo monopolista do poder, podendo-se ver que havia na África lusófona pouca

---

<sup>30</sup> Tradução livre do autor. No original: “In short, the peoples of those five territories had no experience of representative politics and no means of expressing their political views. Given that the anticolonial movements all sought from the beginning to establish monopoly control of power, it can be seen that there was in Lusophone Africa very little chance that plural, or relatively free, expression of political representation would flourish after independence”.

possibilidade da expressão plural, ou relativamente livre e a representação política florescer depois da independência.

No caso concreto de Angola, a primeira Lei Constitucional, nos artigos 31º a 44º, apresentava como órgãos de soberania do Estado: o Presidente da República, Assembleia do Povo, Conselho da Revolução, Governo, e os Tribunais.<sup>31</sup> Estes órgãos, para além da sua excessiva burocracia, caracterizavam-se por uma forte dependência partidária que excluía quase por completo outras formas de representação política.

O princípio da separação de poderes na Angola independente era pouco claro, registando uma excessiva concentração de poder no topo da hierarquia política, representado pelo Comité Central, Bureau Político e pelo Presidente. O Presidente da República, por exemplo, de entre outras competências que lhe conferiam a Lei Constitucional, era igualmente; o Presidente da República e do MPLA, presidia o Conselho da República, Conselho que acumulava funções legislativas e executivas como se abordará adiante.

Até antes da III reunião plenária do Comité Central do MPLA, realizada de 23 a 29 de Outubro de 1976<sup>32</sup>, o governo era dirigido por um 1º ministro. Depois desta plenária, o governo passou a ser presidido pelo Presidente da República, apesar da existência do cargo de 1º ministro. Com aprovação da lei n.º 1/79<sup>33</sup>, de 16 de Janeiro do Conselho da Revolução, era extinto o cargo de Primeiro-Ministro e de Vice Primeiro-Ministro, passando a chefia e a execução das atividades governativas ao Presidente da República, verificando-se cada vez mais a centralização do poder no topo da liderança.

No que concerne ao poder judiciário, com base nas leis produzidas neste período, não existem indícios legais de interferência direta do poder executivo aos tribunais. Porém, a Procuradoria-Geral da República, esta sim foi criada num cenário de clara dependência à presidência da república, que de acordo o art.º 3º da lei n.º 4/79 de 27 de Abril “*A Procuradoria-Geral da República constitui uma unidade orgânica*

---

<sup>31</sup> Para melhor conhecimento da Lei Constitucional de Angola da 1ª Republica, ver Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

<sup>32</sup> Para melhor conhecimento, ver Resoluções do Plenário do Comité Central do MPLA de 23 a 29 de Outubro de 1976, CDIH do MPLA/Luanda. Este documento revela-se como um dos principais, pois norteou tanto a política interna e externa do país neste período.

<sup>33</sup> Para melhor conhecimento da Lei n.º 1/79, ver Diários da República 1978-1979, 7º Volume, DR 255de 10 de 1978 a DR 201 de 08 de 1979.

*subordinada ao Presidente da República, como Chefe de Estado*”. Apesar da independência que lhe conferia o n.º 1 do artigo 4º da mesma lei, no n.º 2 “*O Procurador-Geral da República recebe do Presidente da República instruções directas e de cumprimento obrigatório*”<sup>34</sup>.

O partido nesta altura, enquanto coordenador de toda atividade governativa e legislativa, possuía o poder decisório do país, bem como a sua respetiva execução. Em função das várias competências atribuídas ao poder executivo, dirigido pelo partido, as fronteiras entre o partido e o Estado acabaram por ser pouco claras, chegando o MPLA, ser considerado como Partido-Estado, regulado por um presidencialismo forte. De acordo (Gomes, 2009: 180) “*O partido possuía um poder quase que absoluto que não se limitava ao governo, mas também as instituições do Estado, bem como as da sociedade civil com destaque as (organizações religiosas, culturais, etc.)*”.

### **3.2. O primeiro Governo de Angola**

Um dia após a proclamação da independência, tomava posse como presidente da República Popular de Angola, António Agostinho Neto, numa cerimónia presidida por Lúcio Barreto Lara em nome do Comité Central do MPLA, que destacou Neto como o mais destacado militante, aquele que sabia defender os legítimos direitos do povo sem indolência e demagogia (Van-Duném, 2008: 238-239).

Por meio da lei n.º1/75 de 12 de Novembro<sup>35</sup>, foram criados 10 ministérios e 7 secretarias de estado e pela mesma lei foram nomeados os membros do 1º governo que tomariam posse a 14 de Novembro de 1975, tendo como figuras de proa; Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento, Membro do Bureau Político do MPLA, Primeiro-Ministro e chefe do Governo; José Eduardo dos Santos, Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro das Relações Exteriores; Henriques Teles Carreira, Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro da Defesa; Alves Bernardo Baptista (Nito Alves),

---

<sup>34</sup> Ver também Diários da República 1978-1979, 7º Volume, DR 255 de 10 de 1978 a DR 201 de 08 de 1979.

<sup>35</sup> Para melhor conhecimento da Lei n.º 1/75, ver Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro da Administração Interna (Van-Duném, 2008: 240)<sup>36</sup>.

Criado o governo, este tinha como tarefa fulcral, repor e assegurar o normal funcionamento do país nos domínios económico, social e político, daí lhe serem atribuídos pela Lei Constituição poderes legislativos em matérias específicas, tendo assim a relativa liberdade de criar e recriar decretos, quase que sem a oposição de outros órgãos do estado.

O jovem governo, para além da sua inexperiência, confrontou-se com grandes problemas no plano interno e externo<sup>37</sup>. No plano interno, o grande desafio consubstanciava-se em fazer voltar a trabalhar a máquina administrativa e económica que ficou destruída e desfalcada devido a retirada de muitos quadros para Portugal e para outros países vizinhos, bem como pela destruição de arquivos que continham os instrumentos administrativos fundamentais. Associadas a esta situação destacam-se as ações perpetradas pelo exército sul-africano e pela UNITA, que fizeram com que o MPLA herdasse um país, mergulhado numa crise sócio-económica notável.

José Eduardo dos Santos (1976: 6), discursando na Assembleia Geral da ONU, replicou que os prejuízos materiais causados pela evasão sul-africana em Angola, estavam calculados aproximadamente em 6.700 milhões de dólares. Já para Van-Duném (2008) a invasão sul-africana causou, a paralisação em todo país de cerca de três mil empresas do setor produtivo, dificultou as comunicações inter-provinciais, fruto da destruição de centenas de pontes, provocou a retirada de quadros, paralisou em grande medida as telecomunicações, rede comercial e desarticulou a rede de ensino.

---

<sup>36</sup> Outros membros do 1º Governo: Carlos Rocha, Membro do Bureau Político do MPLA, Ministro do Planeamento e Coordenação Económica; David Aires Machado, Ministro do Trabalho; António Jacinto do Amaral Martins, Ministro da Educação e Cultura; Diógenes António de Assis Boavida, Ministro da Justiça; Mário Afonso de Almeida, Ministro da Saúde; João Filipe Martins, Ministro da Informação; Saydi Vieira Dias Mingas, Membro do Comité Central do MPLA, Secretário de Estado das Finanças; Augusto Lopes Teixeira, Secretário de Estado da Indústria e Energia; José Carlos Victor de Carvalho, Secretário de Estado das Pescas; Carlos Fernandes, Secretário de Estado da Agricultura; Benvindo Pitra, Secretário de Estado do Comércio; Maria de Assunção Vahekeni, Secretária de Estado dos Assuntos Sociais; Alberto do Carmo Bento Ribeiro, Secretário de Estado das Comunicações; Manuel Alfredo Resende de Oliveira, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Transportes.

<sup>37</sup> Este governo para além das mudanças normais de seus membros, viria a sofrer alterações substanciais depois da intentona de 27 de Maio de 1977, onde muito dos seus integrantes foram mentores e outros acabaram ser vítima da mesma.

A questão da retirada massiva de quadros, já no prelúdio para independência, tinha sido acautelada pelo MPLA e seus líderes, de que a luta não visava o povo português mas sim o sistema colonial, pois os dois povos estavam condenados a viverem em paz em função das ligações fraternas de laços históricos, linguísticos e que tinham o alcance da liberdade como objetivo comum. Agostinho Neto em entrevista a emissora de Angola em Brazzaville 1974, ressaltou “ (...) *eu digo claramente que o nosso Movimento não tem a intenção de expulsar de Angola todos aqueles que saíram de Portugal e vieram para Angola*” (Van-Duném, 2008: 167).

Após a independência o presidente Neto reafirmou sobre o assunto, mas já com uma carga marxista-leninista, de combate ao neo-colonialismo nos seguintes termos, “*Quanto aos portugueses que desejam regressar a Angola é necessário que eles nos convençam primeiro que abandonaram a mentalidade colonialista*” (MPLA, 1985: 57).

Van-Duném (2008), destaca que nunca foi apanágio do MPLA o espírito racista, xenófobo no sentido de expulsar todos aqueles que vieram se instalar em Angola. Foram essencialmente os receios de possíveis represálias por parte de alguns colonos e do governo português, que provocaram o êxodo de quadros para Portugal por meio de uma *ponte aérea* entre Luanda e Lisboa como frisou Tiago Moreira de Sá (2011:244-253), fazendo evacuar cerca de 160 mil pessoas por via aérea e 300 mil por via marítima.

Já no plano externo, como já se frisou depois da independência ainda muitos países não tinham reconhecido o governo de Angola, principalmente os países vizinhos que de forma explícita e implícita ajudavam os grupos internos angolanos hostis ao governo. A diplomacia como uma das ferramentas da política externa, foi a arma fundamental utilizada pelo governo de Angola para o seu reconhecimento internacional tanto para os estados como para as organizações regionais e internacionais.

A III reunião plenária do Comité Central do MPLA, revestiu-se de capital importância pois definiu estratégias ligadas; a organização do estado, das forças armadas e estratégias para a política externa de Angola. Nesta reunião procederam-se também alguns aditamentos a Lei Constitucional, com destaque ao agrupamento de alguns ministérios e secretarias de estado em função das afinidades, por outro lado,

foram reforçados os poderes do presidente que entre outros, passou acumular a partir de 1976 a função de chefe do governo até então exercida pelo 1º Ministro.<sup>38</sup>

Para Marques Guedes (2003: 227), citado por Gomes (2009: 183), “[...] a existência de um Primeiro-Ministro com autonomia executiva face ao Presidente da República criava tensões insustentáveis no seio do MPLA e do Estado. E, na verdade, a convivência política entre o Presidente Agostinho Neto e o seu Primeiro-Ministro Lopo do Nascimento, agravada pela instabilidade interna que assolava o MPLA, esteve de algum modo efectivamente presente na génese das alterações constitucionais”.

Como representantes máximos do Governo, nas diferentes províncias os comissários provinciais, lhes foram reforçados os seus poderes, atribuindo-lhes a coordenação da Comissão Directiva do MPLA, bem como a responsabilidade militar. No exercício das suas funções, os comissários provinciais apoiar-se-iam aos delegados provinciais dos diferentes ministérios ali sedeados.

Assim para contrapor o défice de quadros que se registava no país, o Plenário do Comité Central de 1976, recomendou o governo no sentido da formação rápida e massiva de quadros nos campos político, científico e tecnológico, por outro lado, recorrer à cooperação internacional para alavancar a economia e colocar ao lado de cada técnico estrangeiro, um angolano. A partir de 1976 foram enviados jovens para diversos países socialistas com destaque a Cuba e URSS. Não se descartou a utilização de quadros que serviram administração colonial, porém estes seriam colocados na nova administração popular com a condição de primeiro descolonizarem as suas mentalidades e os que não se adaptassem seriam enviados aos centros de produção como simples trabalhadores (Van-Duném, 2008: 483).

### **3.3. Características do Estado angolano nesta fase**

A implementação do plano de construção do socialismo na sua vertente marxista-leninista, era o objetivo principal do estado angolano nesta fase. E em função a esta tarefa de estado, houve um esforço em várias vertentes para a concretização deste

---

<sup>38</sup> Para melhor conhecimento, ver Resoluções do Plenário do Comité Central do MPLA de 23 a 29 de Outubro de 1976, CDIH do MPLA/Luanda.

desiderato, chegando ao ponto de se pôr em causa de quando em vez, as liberdades fundamentais do Homem. Para Mosca, (1999: 83) no processo para a implementação do socialismo, destaca que *“o plano era obrigatório e possuía força de lei, as decisões não deveriam ser discutidas mas sim implementadas, as políticas eram definidas de forma centralizada e restrita a sua aplicação deveria ser dispersa e contando com a mobilização e fidelidade dos executantes”*

Em Angola, no processo de construção socialista, houve a necessidade de se envolver toda população para os meandros “vantajosos” do mesmo, daí a constituição e expansão das escolas do partido e a introdução no sistema de ensino de conteúdos virados a temática socialista e do partido de orientação marxista, sua importância no mundo e para Angola, bem como a nocividade do capitalismo para o povo. Para Gomes (2009: 179), o processo da transição para o socialismo traduzia-se, num primeiro momento, na destruição do antigo modo de relações de produção e de poder, e a sua substituição por um alternativo que se almejava.

**No campo político**, foi implementado em Angola aquilo que se chamou de Partido-Estado-Nação, ou seja, implementou-se o sistema de partido único, (Damião, 2010: 27). A institucionalização do sistema de partido único, surge não apenas por influência do Marxismo-Leninismo, mas também pelo fato do MPLA não contar com os outros movimentos políticos para a construção do estado, por considera-los, contra revolucionários, aqueles que lutavam contra a libertação de Angola.

A necessidade da implementação do unipartidarismo, para o MPLA, decorre também de uma lógica, de estabilidade da ordem pós-colonial, que para o caso de Angola requeria unidade e coesão nacional, sem lugar a divisão de qualquer natureza no seio do povo. Young (2012: 16)<sup>39</sup>, numa perspectiva mais abrangente, salienta que para os líderes africanos, as profundas divisões de classe que moldavam as classes partidárias nas democracias europeias estavam ausentes na África assim, não havia necessidade social para mais de um partido. Por outro lado, as sociedades africanas eram, por

---

<sup>39</sup> Tradução livre do autor, no original: African leaders argued that the deep class divisions that shaped party divisions in European democracies were absent in Africa; thus there was no social need for more than one party. Further, African societies were by nature communal, operating by consensus, and thus adversarial institutions were inappropriate.

natureza comunitárias, operando por consenso e portanto, as instituições adversárias eram inadequadas.

Nesta altura, combatia-se energeticamente toda e qualquer tentativa que pudesse pôr em causa a unidade, integridade territorial e o processo revolucionário que estava sendo levado a cabo. Em Angola, o autoritarismo foi o apanágio do estado para a prossecução das políticas de concretização do modelo socialista “*O autoritarismo surge, não só como consequência das formas de organização e dos métodos militares próprios do período de libertação, mas como um elementos intrínseco à aplicação do modelo de sociedade e de economia*” (Mosca, 1999: 83).

A introdução do autoritarismo ficou evidente, quando na III reunião plenária do MPLA, foi implementado aquilo que se denominou paradoxalmente por “DITADURA DEMOCRÁTICA REVOLUCIONÁRIA”. Ditadura justificada como necessária em função da fase de reconstrução, consolidação da independência e da generalização do poder popular e que tal ditadura seria exercida pela classe operária e camponesa. Esta política foi reafirmada por Neto em 1977, “[...] *neste momento, em que nós estamos a pôr as primeiras pedras, para o alicerce socialista do nosso País, temos de aplicar a Ditadura do proletariado como uma fase de qualquer tentativa de fraccionismo, de separação de anti-MPLA*” (MPLA, 1985: 81).

Com a implantação da ditadura em Angola, houve continuidade entre as políticas do estado colonial com as do estado pós-colonial, ou seja, o autoritarismo encontrou no pós-independência terreno fértil. Na mesma senda Silveira (2004: 117), citado por Gomes (2009: 165), descreve que “*O Partido Único, conseqüentemente, ao abraçar o conceito monista de poder para justificar o seu exercício de autoridade, encontra-se paradoxalmente numa situação semelhante à do antigo Estado colonial. É forçado a aplicar uma política autoritária face à crise de legitimidade, para manter o poder*”. Ainda Gomes (2009: 224), procurando caracterizar o tipo de ditadura implementada em Angola destaca que tratou-se de uma ditadura não totalitária, na medida em que, comportava e tolerava níveis significativos de “indisciplina” e “ilegalidade”.

O Comité Central do MPLA, no processo de instalação do sistema socialista, e partindo do princípio de que a concretização do socialismo passava pela direção de um partido de orientação ideológica Marxista-Leninista, teve a necessidade de transformar o MPLA de movimento para partido. Assim a III reunião plenária o Comité Central,

decidiu de forma unânime a convocação do 1º Congresso do Partido para o terceiro trimestre de 1977, pois estatutariamente só o congresso tinha legitimidade para o efeito.

Esta ideia não agradou um dos grandes parceiros de Angola naquela altura, a URSS. Moscovo aconselhou a direção do MPLA para transformar o MPLA em uma frente revolucionária, ao invés de Partido, por entender não se encontrarem ainda criadas as condições necessárias para o efeito (Van-Duném, 2008, Milhazes, 2009). Apesar dos apelos de Moscovo, o MPLA partiu para o processo de concretização do seu plano. De acordo Van-Duném (2008: 490), o período que antecedeu o 1º Congresso ordinário do MPLA ficou reservado para a preparação a população e dos quadros do partido para os meandros dos partidos de vertente Marxista-Leninista, bem como o papel da classe operária e camponesa.

Com a participação dos delegados de várias províncias e testemunhado por países amigos da África, América e Ásia, sem oposição interna, no Congresso de 10 de Dezembro de 1977, o MPLA era transformado em Partido do Trabalho, de orientação Marxista-Leninista, azedando de certa forma as relações entre Luanda e Moscovo. Neto no discurso de encerramento do Congresso declarou “*Em 10 de Dezembro de 1977, sob o olhar silencioso de Lénine, fundamos o Partido do Trabalho*” (MPLA, 1985: 117)<sup>40</sup>.

Como partido de vanguarda, o MPLA Partido do Trabalho é formado num período a seguir a crise nitista, ou seja, após a tentativa falhada do fraccionismo de 27 de Maio de 1977, daí o congresso ter entendido centralizar cada vez mais o poder, institucionalizando uma hegemonia elitista, que se consubstanciava na existência de uma elite dirigente a favor do proletariado e dos camponeses. Ainda na senda reformista para se evitar posteriores desvios no seio do partido, surge o *movimento de rectificação*<sup>41</sup>, para melhorar a consistência do partido.

O MPLA-PT nesta altura, funcionava segundo o princípio do centralismo democrático, ou seja, o seu projeto de construção do estado socialista não passava apenas pela vertente económica, mas também pela transformação da sociedade, isto é,

---

<sup>40</sup> O Congresso programou para 1980 e 1985 a realização de um Congresso extraordinário e outro ordinário com a finalidade de balancear o que se delineou neste primeiro congresso.

<sup>41</sup> Processo de análise, censura e escrutínio aos aspirantes à membros do Partido. Surgindo nesta altura a divisa de que “*o partido é para quem merece, não para quem quer*”.

criar as estruturas políticas e administrativas que permitissem ao partido controlar virtualmente todos os níveis da sociedade (Chabal, 2002: 27)<sup>42</sup>.

A implementação do sistema de Partido Único em Angola, acabou por secundarizar o papel do estado e da sociedade em geral, em detrimento do Partido. Ainda assim, os problemas candentes do país eram debatidos de forma aberta no seio do partido, porém a implementação era realizada quase que exclusivamente pela elite dirigente. De acordo Chabal (2002), esta constitui-se numa das marcas significativas do desenvolvimento dos estados pós-coloniais, em que se verificava uma interdependência entre o poder e as elites dirigentes, ou seja uma mescla entre o público e o privado, entre elites políticas e económicas.

Uma das estratégias saídas do I Congresso, foi a necessidade de uma forte educação ideológica. No âmbito da concretização deste desiderato, surgiram um leque de instituições e ferramentas como; as escolas do Partido, círculos de estudo, a emissão e divulgação de periódicos de boletins informativos, panfletos, tudo com vista a criar uma disciplina político-ideológica, aos militantes numa visão ortodoxa da ideologia Marxista-Leninista (Gomes, 2009; Van-Duném, 2008).

Para além da componente educativa, em 1978, numa perspetiva de sancionar os “traidores da pátria”, por meio da Lei 3/78, de 25 de Fevereiro<sup>43</sup>, do Conselho da República, determinava-se a pena de prisão maior para vinte e quatro anos, bem como a introdução da pena de morte por fuzilamento, que de acordo o texto, teria um carácter excepcional e que apenas se poderia aplicar aos crimes expressamente determinados por lei, com as limitações e o cumprimento dos requisitos que se dispunham.

**No campo religioso**, o artigo 7º da Lei Constitucional na República Popular de Angola, definia a laicidade do estado, isto é, a existência de uma clara separação entre a igreja e o estado, sem prejuízo de um cumprimento escrupuloso das leis do estado angolano pelos entes religiosos.

Numa clara tentativa de explicação ao povo para a compreensão do binómio Igreja/Socialismo, o MPLA na sua III reunião Plenária defendia que “*As massas*

---

<sup>42</sup> Tradução livre do autor. No original: “The aim was to establish a socialist state not just to ‘capture’ the economy but also to transform society, that is to create the political and administrative structures to enable the party to control virtually all levels of society”.

<sup>43</sup> Para melhor conhecimento deste despacho, ver Diários da República 1977-1978, 6º Volume, DR 305 de 12 de 1977 a DR 254 de 10 de 1978.

*populares sabem que opor-se a construção do socialismo, pretextando motivos religiosos, equivale a negar os postulados de justiça, paz e fraternidade entre os homens, princípios que formam parte essencial de todas doutrinas religiosas*”,<sup>44</sup> ou seja, as virtudes religiosas equiparavam-nas com as do socialismo.

De forma geral, em Angola as relações entre as igrejas e o estado, revelaram-se um tanto quanto difíceis, a julgar pelo lugar que o Marxismo colocava a religião. Ainda assim as doutrinas que não chocassem com as políticas do estado, gozavam de uma relativa liberdade, porém as Testemunhas de Jeová e outras seitas que não aderiam por exemplo ao serviço militar coercivo, eram perseguidas e as suas atividades reprimidas.

Por força do princípio da laicidade do estado plasmado na Lei Constitucional desta fase, o Decreto presidencial n.º 5/78 de 24 de Janeiro,<sup>45</sup> extinguiu a Emissora Católica de Angola “Rádio Eclésia” e seu património recuperado à favor da Rádio Nacional de Angola, pelo fato de o Comité Central considerar que o monopólio da informação na República Popular de Angola pertencer exclusivamente ao aparelho de Informação e propaganda do partido.

Ainda no tocante a herança colonial, maior realce recai também na componente religioso/cristã, como sendo aquela que maior profundidade alcançou no tecido social angolano. Como já se frisou, a maioria dos dirigentes dos movimentos de libertação de Angola, tiveram com maior ou menor grau uma educação cristã, católica ou protestante. De repente, foram confrontados com uma realidade ideológica, Marxista-Leninista, que os cortava todo uma rotina de vida cristã, para uma vida ateia, o que se revelou utópico.

Se por um lado, no campo político era previsível, natural, a inclinação de Angola ao sistema socialista, em função dos apoios que advinham dos países com este sistema, no campo religioso, de acordo Mateus (2007), a parceria tinha pouco, de natural, em função da influência cristã das elites dos movimentos de libertação.

O paradoxo entre a realidade ideológica Marxista e a continuidade do passado cristão, revelou-se no próprio presidente do MPLA que, no ato central do 10 de

---

<sup>44</sup> Para melhor conhecimento, ver Resoluções do Plenário do Comité Central do MPLA de 23 a 29 de Outubro de 1976, CDIH do MPLA/Luanda.

<sup>45</sup> Para melhor conhecimento deste despacho, ver Diários da República 1977-1978, 6º Volume, DR 305 de 12 de 1977 a DR 254 de 10 de 1978.

Dezembro de 78, aniversário do MPLA, ao evocar a necessidade de se dar mais vida aos comités do Partido, replicou; “*As células do Partido ainda não têm vida suficiente. Segundo a bíblia, deus tirou um pouco do barro do chão, fez uma figura de homem e, depois, assoprou [...] e, aquela figura começou a respirar. Bom, a nós, parece-me, falta assoprar*” (MPLA, 1985: 190). Por outra, muitos dos dirigentes do partido se por um lado não frequentavam as igrejas, por outro lado não proibiam ao todo suas famílias, o que denota que era mais por força do regime e não por convicção.

**No campo económico**, em função do apoio e ligação estreita que mantinha com os estados de orientação socialista, era fácil antever a implementação do socialismo em Angola. Com a proclamação da República Popular de Angola, o governo opta realmente por um sistema de orientação socialista, que de acordo Rosa Coutinho (1999: 274), era natural, para Angola e outros países africanos, numa perspectiva de se arranjar uma estratégia eficaz para o combate ao capitalismo tido como outra forma do neocolonialismo.

Angola caracterizar-se-ia por uma economia centralizada, conduzida maioritariamente pelo estado, afirmando-se como motor do desenvolvimento do país, adoptando um perfil de estado desenvolvimentista/intervencionista (Gomes, 2009: 217). A III reunião plenária do Comité Central do MPLA, definiu a planificação como instrumento orientador da política económica que levaria o país ao socialismo, ou seja, uma política económica centrada no estado, colocando a iniciativa privada quase que inexistente, apesar de estar protegida pela Lei Constitucional no seu artigo 10º.<sup>46</sup>

Para a concretização do centralismo democrático no campo económico, foi criada em 1976, a Comissão Nacional do Plano, que tinha a agricultura como uma das suas principais prioridades, classificando-a como a base e a indústria como fator decisivo para o desenvolvimento do país. Toda estratégia do estado nesta altura, tinha como finalidade aumentar a produtividade de forma a se atingirem os níveis alcançados pelo estado colonial em 1973.

As particularidades da produção africana nos vários domínios, nunca tinham sido estudadas e analisadas pelo Marxismo-Leninismo. Marx e Engels, consideravam

---

<sup>46</sup> “*A República Popular de Angola reconhece, protege e garante as actividades e a propriedade privadas, mesmo de estrangeiros, desde que úteis a economia do país e aos interesses do Povo Angolano*”. Por outro lado o Decreto n.º 70-A/76 de 10 de Julho, exigia o controlo das actividades das empresas privadas, controlo esse que começa necessariamente pelo conhecimento de quem eram os proprietários de tais empresas.

que o comunismo, como fase superior ou fase a seguir ao capitalismo, deveria ser implementado numa realidade de desenvolvimento económico e industrial considerável (Santos, 2010). Já Gomes (2009: 161), destaca que a adoção de regimes socialistas pelas ex-colónias portuguesas, ocorreu num período em que já era plenamente reconhecida a falência das transições socialistas em África e no resto do mundo. Neste contexto, África Lusófona surgia como a esperança renovada do socialismo no Terceiro Mundo.

Clapham (1996: 55), citado por Gomes (2009: 150), destaca que, as estruturas sociais e económicas dos estados africanos (nos anos 70 e 80) não foram suficientemente desenvolvidas para representar uma escolha significativa entre as estratégias socialistas e capitalistas de desenvolvimento económico. Os estados africanos não tinham como se desvincular da economia mundial capitalista, por outro lado as estruturas de classes domésticas não estavam suficientemente articuladas para oferecer oportunidades de revolução em termos marxistas.

Neto, discursando na Universidade de Ibadan, Nigéria, a 20 Janeiro de 1978, considerava que era possível construir o socialismo em África, “*Pensamos que não necessitamos de passar pelo capitalismo nacional, para chegar a uma fase socialista justa. Iremos directamente ao Socialismo científico*” (MPLA, 1985: 128). Assim, o sistema era implementado numa realidade completamente antagónica, caracterizada pela fragilidade económica provocada pela saída massiva de empresários, comerciantes, agricultores, técnicos; situação que vinha desarticulando o mosaico económico, criando roturas no abastecimento de produtos essenciais a população.

Com o fim do sistema colonial, o governo angolano nacionalizou todo património do governo colonial, por outro lado em função do controle estatal da economia, levou acabo uma campanha de nacionalização das empresas privadas, o que proporcionou o aumento do património do estado. De acordo (Van-Duném, 2008), face as diversas dificuldades o estado teve de tomar várias medidas como: Intervir directamente na economia, confiscar e nacionalizar todo património estatal e privado; a banca, as principais empresas de transportes públicos, áreas, ferroviárias, bem como as indústrias pesadas, que vieram a se constituir na UEE (União das Empresas do Estado). Depois de 1976 o estado era já o proprietário de mais de 70% das empresas em Angola.

No que concerne ao comércio e no abastecimento dos produtos básicos as populações, o estado assumiu também tal responsabilidade. Foi criada a EMPA (Empresa Pública de Abastecimento), que daria lugar a EDINBA (Empresa Distribuidora Nacional de Bens Alimentares) e EDINBI (Empresa de Distribuição Nacional de Bens Industriais), para além desta empresa de âmbito nacional, cada província possuía a sua empresa estatal de distribuição.

Paralelamente a esta empresa existiam as célebres «*Lojas do Povo*», direcionadas para o povo em geral, bastando para o efeito possuir o cartão de abastecimento e as «*Lojas Francas*», direcionadas para os quadros do partido, altos e médios funcionários do aparelho do estado, onde para além de existirem uma maior variedade de produto, não se registavam filas significativas, bastando para o efeito possuir o respetivo cartão de abastecimento, onde subtraíam-se produtos em função do *plafond* de cada um. A semelhança de Moçambique, os cidadãos em geral que pretendessem fazer compras à dinheiro nas lojas Franca, tinham de fazê-lo em moeda estrangeira<sup>47</sup> (Mosca, 1999: 130).

A criação da moeda nacional o Kwanza, pela lei n.º 71-A/76 de 11 de Novembro, constituiu-se num dos elementos fundamentais para o reforço da soberania, da independência e do rompimento definitivo com antiga metrópole, como observou Neto «*Chegamos ao momento em que tivemos que modificar a nossa moeda. O escudo colonial que aqui existiu, foi substituído pelo Kwanza nacional. [...], que eliminou de um só golpe muitos milhares de angolanos e estrangeiros que, tinham levado dinheiro daqui*» (MPLA, 1985: 66). Por outro lado a lei nº 1/77 de 7 de Janeiro<sup>48</sup> estabelecia o período de 8 a 10 de Janeiro como o período para a troca da moeda isto é do escudo para o Kwanza, criando-se assim a CNTM- Comissão Nacional para a Troca da Moeda.

Apesar de todo esforço que era empreendido pelo MPLA para o alcance do tão almejado socialismo, durante a administração Neto podemos concluir que o projeto estava ainda longe de ser concretizado<sup>49</sup>, Neto chegou a admitir em 1977 que a

---

<sup>47</sup> Neste período era quase que impossível os nacionais utilizarem moeda estrangeira, principalmente o Dólar Norte americano, eram essencialmente os estrangeiros residente que utilizavam esta moeda. Frisar por outro lado que Neto não deixou esta realidade de Lojas do Povo e Lojas e Francas de forma convenientemente estruturadas; deixou este processo de forma embrionária.

<sup>48</sup> Para melhor conhecimento desta matéria ver, Lei Constitucional de Angola da 1ª República, em Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

<sup>49</sup> Para muitos angolanos a independência tinha significado o agravar das suas condições de vida e para outros a continuidade da sua condição de vida, daí que era apanágio do governo de Neto que se

economia angolana ainda era mista, ou seja, “[...] *uma economia de transição: capitalista por um lado, e socializada por outro lado. Mas este é o período de transição. Um período que é necessário para chegarmos ao socialismo. O que interessa é que se tenha a ideia de onde chegar*” (MPLA, 1985: 72).

Neto admitiu por outro lado que durante o processo da institucionalização do sistema socialista, falhas estavam sendo cometidas mas tranquilizou os angolanos de que faziam parte do processo. Em Agosto de 1978, chegou a chamar atenção que estavam a existir sérios desvios ao sentido do país com práticas de contra-revolução, cometidas por muitos patriotas e seus seguidores e prometeu combater muito seriamente tais tendências de modo a melhorar cada vez mais o partido e a vida do povo.

Em Malanje dias antes da sua partida para Moscovo, Neto ressaltou que “*A Revolução vai continuando, a revolução vai triunfar. Alguns de nós podem desaparecer. Alguns de nós podem ser liquidados na primeira esquina, mas a Revolução vai continuar*” (Idem: 246-247), como que estivesse a adivinhar que de Moscovo não voltaria com vida.

Em função do não reconhecimento do governo de Angola por parte de muitos países e de organizações regionais e internacionais e das agressões sul-africana que sofria, durante o período em análise o governo angolano, no âmbito da sua estratégia política, levou acabo uma intensa luta diplomática, com vista ao reconhecimento e denúncia das ações do regime do Apartheid em Angola. A partir desta luta diplomática é possível identificar os meandros da política externa angolana em função das ideias defendidas e dos parceiros que escolheu para a sua estratégia.

### **3.4. A política externa de Angola**

#### **3.4.1. Idearia da política externa**

As luzes sobre o futuro da política externa de Angola começaram muito antes da independência. A política externa de Angola acabou por ser o reflexo das estratégias

---

trabalhasse para se justificar a mudança de regime, que as pessoas sentissem de fato que se procedeu uma revolução e que valeu a pena.

que o MPLA havia delineado no seu Programa Maior, antes da independência, que no essencial consubstanciava-se pelo:

- Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do Mundo na base do respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não-ingerência nas questões internas, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.
- Respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas e Carta da Unidade Africana.
- Não adesão a um bloco militar.
- Relações de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola.
- Protecção dos angolanos residentes no estrangeiro (Fortunato, 1977; Van-Duném, 2008).

Nos poemas e discursos do presidente António Agostinho Neto, antes da independência, suas ideias por coincidirem em questões essenciais com a linha política do MPLA, depois da independência constituíram-se em verdadeira bússola para o delinear e a execução da política externa de Angola. Por outro lado, no prelúdio para a independência de Angola, nos elementos e símbolos essenciais para a institucionalização do novo Estado-nação; na Lei Constitucional, Hino, Bandeira da República, estavam bem patentes de forma explícita os elementos que orientariam a política externa de Angola.

### **3.4.2. A política externa de Angola na busca do reconhecimento internacional.**

Para debelar as dificuldades internas e externas, o governo de Angola para concretização de seus objectivos neste período, desencadeou uma luta diplomática, que passava pela procura do reconhecimento do estado angolano pela maioria dos estados do Mundo, inserção e um melhor posicionamento do país nas principais organizações regionais, sub-regionais e mundiais.

Desta feita o ano de 1976, pode ser considerado como o ano da diplomacia angolana, na medida em que grandes realizações foram conseguidas; reconhecimento da independência por vários países, admissão em vários órgãos tidos como estratégicos para Angola, OUA, ONU, ELF e assinatura de vários acordos de cooperação com vários países socialistas e não só.

### *Angola/OUA*

O processo de entrada de Angola na OUA, foi uma das questões que mais convulsão causou no seio da organização. O MPLA, desencadeou um vasto movimento a favor do reconhecimento do seu governo, encontrando porém, nesta organização posições contra em função do seu rótulo comunista e da necessidade de se encontrar uma fórmula para a sua reconciliação interna. Assim, aquando da sua sessão ordinária de Janeiro de 1976, em Adis-Abeba, a cimeira da OUA não conseguiu encontrar uma plataforma de entendimento entre o projecto de resolução apresentado pela Nigéria, visando o reconhecimento do governo do MPLA e o projecto de resolução apresentado pelo Senegal, que recomendava a reconciliação das partes em litígio antes de qualquer reconhecimento (Jorge, 1998: 116-117).

Incapaz de impor uma solução satisfatória para o conjunto dos estados-membros, a OUA dividiu-se. A 11 Fevereiro de 1976, apesar da forte pressão de muitos estados-membros, contra o reconhecimento do governo de Angola e a sua consequente entrada a organização, sob grande influência da Nigéria<sup>50</sup> e de outros países africanos, Angola era admitida como membro, passando assim a participar ativamente no concerto das nações africanas. De acordo Wright (2001), para admissão de Angola, 27 membros da OUA votaram a favor e 14 votaram contra. Para o mesmo autor, este reconhecimento permitiu também o reconhecimento do governo de Angola pela Comunidade Económica Europeia (CEE) e de muitos dos seus integrantes, assinalando-se assim uma das grandes conquistas diplomática de Angola na arena africana e internacional.

### *Angola/ONU*

Mais renhido foi o processo para o reconhecimento do governo de Angola e a sua consequente entrada como membro de pleno direito da ONU. A pedido do grupo africano na ONU no início de 1976, no conselho de segurança teve lugar um debate que analisou o pedido de adesão de Angola as nações Unidas. Associada a denúncia da evasão sul-africana a que sofria, resultou na aprovação da resolução n.º 387 de 31 de Março, que no essencial recomendava a Assembleia-Geral da ONU para a admissão de Angola como membro das Nações Unidas, reconhecendo sua independência e

---

<sup>50</sup> De acordo Lopo do Nascimento (TV-Zimbo, 2015), a Nigéria neste período apresentava-se como um dos parceiros estratégicos para Angola. Serviu de guardião dos presos sul-africanos capturados nos combates em Angola e foi a partir dali que se procedeu a apresentação pública dos mesmos, fato que contribuiu decisivamente para a denúncia da presença de forças sul-africanas, contribuindo por outro para o reconhecimento do governo de Angola pela OUA.

soberania, condenar a agressão sul-africana a Angola bem como compensar os danos causados por esta invasão (Van-Duném, 2008: 255).

Angola só seria admitida como membro em pleno direito da ONU, nove meses mais tarde da aprovação da resolução n.º 387, ou seja, a 1 de Dezembro de 1976, onde no discurso de admissão, José Eduardo dos Santos (1976) então primeiro Vice-Primeiro Ministro de Angola, dirigindo-se a Assembleia Geral e em particular ao então secretário-geral da ONU Kurt Waldheim, criticou duramente o exercício abusivo de veto pelos EUA, como aquele que inviabilizou a adesão de Angola e de outros países a organização, constituindo tal exercício, numa verdadeira ofensa à Comunidade Internacional, à Organização de Unidade Africana e ao Movimento dos Países Não-Alinhados, que já tinham reconhecido Angola como estado soberano.

Num claro recado às autoridades norte americanas, José Eduardo dos Santos sublinhou ainda que; *“é surpreendente que aqueles que directa ou indirectamente manobravam a invasão a nosso País viessem depois protestar contra a presença de forças em Angola [...]! Por isso não entendemos como a Administração Ford/Kissinger tenha invocado a presença de Soviéticos e Cubanos no nosso País como justificação do não reconhecimento da República de Angola”*(1976: 10).

Não poupando também críticas à China, lamentando a aliança atípica EUA/China, em que o Povo angolano;

*“Não compreende todavia como um País Socialista que se diz ser a China, apoia os grupos fantoches que pretenderam contrair a libertação do nosso povo e pretendem ainda atentar contra a nossa independência. [...] Esta aliança contra-natureza da República Popular da China com o imperialismo e com o racismo sul-africano tomou a sua forma mais eloquente, no frete mercenários [...], pagos em dólares americanos, estarem a matar o Povo Angolano com armas Chinesas, construídas pelo proletariado chinês.”*(Santos, 1976: 11).

### ***Angola/ ELF***

Para a adesão à comunidade dos Estados da Linha da Frente, Angola contou com a prestimosa ajuda de Moçambique e da Tanzânia e com forte oposição da Zâmbia e do

Botsuana em função da tendência comunista do governo angolano. A entrada de Angola a esta organização, não se revelou fácil, devido a forte influência que estes dois últimos países tinham na organização.

Apesar de Angola e Moçambique terem conquistado a independência no mesmo ano 1975 e terem tendências de orientação Marxista, Moçambique ingressa aos ELF, no período imediatamente a seguir a sua independência, Angola por seu turno, integrou somente meses mais tarde da sua independência,<sup>51</sup> “*Em 1976, Angola juntou-se a aliança, alguns, meses depois da sua independência, seguida pelo Zimbabwe e pela Namíbia*” (Moma, 2012: 48).

A aliança dos ELF e Angola tinham como inimigo comum o regime racista da África do Sul e de Ian Smith da Rodésia, tidos como ameaças para a região Austral e que no fundo estiveram na base da criação da mesma aliança. Assim o alinhamento de Angola a esta aliança, não só favoreceu os interesses estratégicos de Angola, como favoreceu também a estratégia da aliança para a independência do Sudoeste Africano que dependia em grande medida em ter Angola na organização, por ser o estado que partilhava uma longa fronteira Sul com o Sudoeste Africano<sup>52</sup>.

Com a admissão de Angola a esta organização, por um lado engrossou a aliança e reforçou ainda mais a legitimidade das instituições angolanas criando um ambiente mais favorável na região. “[...] *compreende-se que o alinhamento de Angola tinha tido a motivação de balancear a ameaça da África do Sul e amarrar a ameaça da Zâmbia*”, ou seja “*ao aderir aos ELF, Angola estava interessada em contrabalançar a ameaça dos regimes minoritários na região e, concomitantemente, amarrar a ameaça da Zâmbia*”(Moma, 2012: 59-61).

De forma geral as relações de Angola com a comunidade internacional nesta fase foram intensas, contando quase sempre com atores que lhe eram favoráveis e contra, nomeadamente nas Nações Unidas, Estados da Linha da Frente e Organização de Unidade Africana. Porém registaram-se linhas de política externa claras com diferentes atores em África e no Mundo.

---

<sup>51</sup> Como já se frisou, o fato de Angola e Moçambique terem optado pelo marxismo, o caso angolano é aquele que mais preocupava os países da região Austral, os aliados dos EUA, devido ao nível de envolvimento da URSS.

<sup>52</sup> Para Angola, aliar-se a organizações que se opunham ao regime do apartheid era outra forma estratégica de combater este regime e as forças internas que a combatiam.

### **3.4.3. Principais linhas da política externa de Angola (1975-1979).**

De acordo Van-Duném (2008), de Novembro de 1975 a Março de 1976, a política do estado angolano estava virada essencialmente na garantia da integridade territorial do país. Na III reunião plenária do Comité Central do MPLA em Outubro de 1976, foram reafirmadas e reforçadas claramente as linhas mestras para a condução do novo estado ao nível interno e externo. Assim as principais linhas da política externa de Angola se direccionavam para:

#### ***Região Austral de África***

Em função das particularidades da luta para a independência de Angola, que muito cedo assistiu a intervenção direta e indireta de várias forças estrangeiras, com destaque para as forças do Zaire e África do Sul, patrocinadas pelos EUA, que vieram em auxílio a UNITA e a FNLA, transformando a luta de libertação em luta civil de âmbito regional; a política externa de Angola durante este período tinha na perspectiva regional o seu espaço vital em função da forte ameaça de sobrevivência do estado recém-criado. Malaquias (2010: 34), entende que a política externa de Angola após a independência foi formulada de forma a dar resposta à pressões internas e externas que ameaçavam a existência do estado. A pressão interna perpetrada pelos dois movimentos “excluídos” do processo revolucionário de Angola, UNITA e FNLA e a externa constituída pelos países principalmente da África Austral que apoiavam estes movimentos internos de Angola em defesa de seus interesses.

No mesmo sentido, Manuel Paulo (2008: 301-302) descreve que a política externa de Angola foi conduzida com base no objectivo de assegurar a integridade do seu território, o método encontrado pelo governo angolano durante este período, foi o de criar um ambiente regional favorável de forma a garantir a sua integridade territorial através da solidariedade para com os movimentos de libertação nacionais em países vizinhos.

Esta solidariedade para com os movimentos que combatiam os regimes minoritários da região, foi reafirmado por Neto no ato de independência de Angola; “*A RPA ciente da sua importância e das suas responsabilidades que lhe cabem no contexto da África Austral e do Mundo, reitera a sua solidariedade para com os povos oprimidos do Mundo, em especial os povos do Zimbabwe e da Namíbia contra a dominação racial*” (MPLA, 1985: 41). Esta prontidão de Angola em apoiar a luta de libertação dos

seus vizinhos de acordo Malaquias (2010: 35), vem na tentativa de o governo de Angola influenciar o cenário regional a seu favor de forma a frustrar os apoios aos seus adversários diretos, a UNITA e a FNLA.

José Eduardo dos Santos a quando da admissão de Angola como membro em pleno direito da ONU, também reiterou esta solidariedade regional, da necessidade do alcance da liberdade da Namíbia, Zimbabwe, África do Sul e de outros povos oprimidos. Reafirmou de forma aberta o apoio incondicional de Angola aos movimentos que lutavam para independência de seus países.<sup>53</sup> Apesar deste apelo solidário, era apanágio na política externa de Angola e dos Santos deixou bem claro que *“Nunca as FAPLA orientarão os seus esforços para fora do território nacional, antes pelo contrário, manter-se-ão ao serviço do nosso povo, da Reconstrução Nacional e da Paz”* (Santos, 1976: 32).

Com o objectivo de criar um ambiente de segurança interna, que passava por mudanças substanciais na região Austral, nas duas décadas a seguir a independência, Angola esforçou-se no apoio aos movimentos opositores dos países que o desestabilizavam. Fruto desta política, a SWAPO bem como o ANC tiveram o privilégio de instalar suas bases políticas e militares em território angolano, onde com ajuda soviética e cubana planificavam ações a implementar em seus respectivos territórios.<sup>54</sup>

Risquet citado por (Gleijeses, 2006: 113), destaca que; com bravura, Angola prestou apoio real aos movimentos de libertação da Namíbia, Zimbabwe, África do Sul. Prestou este apoio de forma concreta, com a cedência de espaço para o treino em seu território de 20 mil nacionalistas desses três países oprimidos. Ao fazê-lo, correu riscos, mas foram riscos que valeram a pena, foi um dever inevitável de solidariedade e de internacionalismo.

Em resposta a esta política de Angola, a África do Sul implementou a chamada “estratégia total”, com vista a assegurar a sobrevivência do sistema do apartheid através de uma combinação de reformas e repressões. Por outro lado intensificou as invasões

---

<sup>53</sup> Este princípio de solidariedade, alinhava com os princípios da Carta da OUA. Política que vigorou durante a administração Neto e teve continuidade com seu sucessor José Eduardo dos Santos, culminando com as independências do Zimbabwe (1980), da Namíbia (1990) e da abolição do regime do apartheid na África do Sul (1994).

<sup>54</sup> Entre as várias figuras de renome que se instalaram ou passaram por Angola neste período destacam-se; Sam Nujoma líder da SWAPO, bem como Jacob Zuma e Thabo MBenki do ANC.

militares ao território angolano, tendo a UNITA como força desestabilizadora interna de Angola (Malaquias, 2010: 36).

Na vertente regional para além do apoio aos movimentos que lutavam para o alcance da independência de seus países, integração a comunidade dos ELF, a política externa de Angola orientou-se também para a normalização das relações com os países vizinhos, pois alguns desses governos desempenhavam um papel crucial na desestabilização de Angola, permitindo à UNITA estabelecer bases ou corredores de aprovisionamento de material de guerra e logístico (Jorge, 2008: 292).

No processo de normalização das relações com os países vizinhos, o Zaire era aquele que maior preocupação apresentava para Angola pelo fato de partilhar uma enorme fronteira terrestre e por ser aquele que albergava a FNLA e posteriormente a UNITA. Numa perspetiva de melhorar a segurança interna, de acordo Malaquias (2010:37); Neto e Mobutu comprometeram-se em expulsar as forças que desestabilizavam a segurança em cada um dos territórios, ou seja, Neto expulsaria os Katangueses de Angola e Mobutu a FNLA do Zaire.<sup>55</sup>

A partir de 1978, Neto sentia que a concretização da sua política regional estava se efetivando satisfatoriamente, conseguindo a normalização das relações com os países vizinhos, vedando claramente o espaço de manobra da UNITA e FNLA. Em seu discurso em Cabinda em 1978, Neto ressaltou, *“posso hoje dizer que as nossas relações com a Zâmbia são excelentes. Posso dizer que as nossas relações com a República do Zaire são boas e que, dentro em pouco, nós teremos em Angola a visita do Presidente da República do Zaire, o General Mobutu SeseSeko, que virá retribuir a visita que fiz em Kinshasa”* (MPLA, 1985:145).<sup>56</sup>

A perspetiva de Angola de envidar esforços para a libertação da África Austral do colonialismo e de regimes minoritários, bem como a procura da normalização das relações com os países vizinhos já independentes, foi fulcral para a sobrevivência de Angola como estado soberano neste período, sem excluir todavia, a estratégia para a sua inserção nos principais órgãos regionais e internacionais. O relacionamento com os

---

<sup>55</sup> Lembrar que a FNLC, força opositora ao governo de Mobutu, perpetrava as suas ações a partir de Angola, apoio prestado por Angola em retaliação ao apoio zairense à FNLA e a FLEC em primeira instância e posteriormente a UNITA.

<sup>56</sup> Visita que se concretizaria em Outubro de 1978, contribuindo fortemente para a moderação das relações entre Luanda e Kinshasa.

restantes países africanos, países socialistas/progressistas, não-alinhados e os capitalistas, também ocuparam uma posição crucial na política externa de Angola deste período.

### *África*

A África em geral constava da política estratégica de Angola, estratégia que se consubstanciava numa visão para uma independência total para África em vários domínios, daí que uma das prioridades da política externa de Angola, estava centrada na integração a OUA, de forma a legitimar o seu governo e de espelhar na tribuna africana a sua visão sobre o continente. Para César Viana (1996: 475) numa alusão a veia poética de Neto virada para África, descreve que a mensagem de Neto para África “[...]desperta, consciencializa e mobiliza para a acção em prol da liberdade, na sagrada esperança de auto-humanização do povo a partir da própria terra libertada e na fidelidade à personalidade e identidade recuperadas com abolição da submissão do homem”.

Alcançadas a independências da maioria dos países africanos, Angola já como membro da OUA sentia que a organização continuava ainda refém do princípio pelo qual o atraso do desenvolvimento do continente continuava ser o Ocidente. Era necessário que se mudasse o discurso e que nas reuniões dos representantes dos povos existissem motivos fortes e claros. Um destes motivos para Neto, era discutir as formas mais eficazes para o desenvolvimento económico do continente, pois na sua visão é o domínio económico que unia os homens, enquanto que o domínio ideológico dividia os homens e as nações (MPLA, 1985: 135).

Para Angola, muito além da união política entre os povos, a união económica assente numa indústria forte era essencial para dirimir os índices de pobreza e desigualdades face aos antigos colonizadores. E para contrapor as desvantagens nas trocas comerciais entre a África e a Europa, Angola defendia o desenvolvimento do setor industrial em África de forma que a matéria-prima pudesse ser exploradas e transformadas mesmo em África, exportando apenas os produtos acabados, tendo a OUA como a promotora. A este respeito Neto replicava naquela altura que, “*Hoje, África parece um corpo inerte, onde cada abutre vem debicar o seu pedaço. As matérias-primas servem a exportação, enquanto que o nosso interesse fundamental é a transformação*” (MPLA, 1985: 136).

Neto compactuava com a ideia de seu confrade Sekou Touré, sobre a necessidade da criação de um mercado comum em África suportado por uma indústria africana forte e independente. Para ele “*Esse mercado comum, servirá para evitar os contactos bilaterais entre países africanos e de outros continentes, com desvantagens para África*”(Idem: 135).<sup>57</sup>

No âmbito da estratégia da criação de um possível mercado comum em África, para Angola, estava fora de hipótese de adesão a uma possível zona monetária, apesar da inflação que se registava no país após a independência, que no entender do Comité Central do MPLA, passava com aumento da produtividade interna.<sup>58</sup>

### ***Países Socialistas***

Em função das circunstâncias da independência de Angola, em que os países socialistas, ocuparam um lugar basilar na ajuda estratégica para o MPLA alcançar a independência e manter-se no poder, no seu discurso na ONU José Eduardo dos Santos em 1976, ao evocar as balizas que norteavam a política externa de Angola, classificou os países socialistas como aliados naturais do povo angolano. Para sustentar o lado estratégico com estes países, acrescentou “*Perante a violência das invasões a República Popular de Angola não hesitou em fazer apelo a solidariedade internacional dos países amigos e progressistas [...] destacando-se indiscutivelmente o apoio decisivo da União Soviética e da República da Cuba*” (Santos, 1976: 9).

Foi com os países socialistas que o governo angolano se aliou, estabelecendo vários acordos de cooperação por lhe serem próximos ideologicamente. Durante a administração Neto, foram assinados vários acordos com destaque para a formação de quadros com: a União Soviética, Cuba, República Democrática Alemã, Checoslováquia, Roménia, Bulgária, Hungria e Polónia. Sendo os dois primeiros aqueles que mais quadros formaram para Angola (Van-Duném, 2008: 265).

A cooperação com a URSS começa mesmo antes da independência e que depois desta, foi apenas o reforçar desta cooperação que teve como ponto mais alto a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre a URSS e Angola a 7 de Outubro de 1976.

---

<sup>57</sup> Por outro lado Neto, não se conformava com o fato de os europeus e americanos continuarem a ter um espaço privilegiado em África, demonstrava isto mesmo em vários encontros entre africanos com destaque para a reunião do comité de libertação da OUA realizada em Luanda 14 de Junho de 1977.

<sup>58</sup> Para melhor conhecimento, ver Resoluções da III Plenária do Comité Central do MPLA de Outubro de 1976, CDIH do MPLA/Luanda.

Para a formalização deste histórico Tratado, Neto foi a URSS com uma delegação constituída por altos dirigentes do seu governo (Milhazes, 2009: 88-90).

Apesar do grande apoio e relações fluidas com a URSS, é com a Cuba que Angola mantinha relações privilegiadas, estabelecendo-se ao mais alto nível, com visitas constantes dos dois chefes de estado. Ao contrário da URSS, que não se registou porém visita de um chefe de estado soviético para Angola durante a vigência do governo de Neto, o que denota uma cooperação até certo ponto pouco privilegiada por parte da URSS.

A relação privilegiada com a Cuba em detrimento da URSS, foi claramente descrita por Agostinho Neto que no seu discurso, sobre o Fraccionismo, proferido a 12 Junho de 1977, expressou os sentimentos de amizade e de solidariedade com a URSS, porém replicou “[...]. *Mas eu devo dizer que se há um Povo, um Partido, um Governo, que está realmente a contribuir para a realização da nossa vida em todos aspectos aqui em Angola, são os camaradas cubanos. Digo sinceramente, e dilo-ei em cada circunstância da nossa vida, porque a contribuição do povo cubano é de tal maneira grandiosa, que nunca mais na nossa vida nacional a poderemos esquecer*” (MPLA, 1985: 103).

Entre Angola e Cuba imperou sempre o compromisso segundo qual, os cubanos permaneceriam o tempo que fosse preciso em função da vontade de Angola, ou seja, no dia que Angola sentisse que a presença cubana já não era necessária, retirar-se-iam (Risquet, 1999: 336). Ideia que seria reafirmada na Cimeira da OUA, em Kartum em Julho de 1978, em que o Presidente Neto salientou que as tropas cubanas estariam em Angola enquanto persistisse a agressão sul-africana a Angola e que o efetivo cubano provavelmente aumentaria em caso de necessidade (MPLA, 1985: 138).

Sobre as afirmações segundo as quais a presença cubana em Angola era uma estratégia indirecta da política da URSS, Jorge Risquet (1999: 336), salienta que as relações entre Angola e Cuba eram bilaterais e não trilaterais, pois agiam independentes da URSS.

A par desta estreita colaboração com os países socialistas, a questão independência era um elemento que não se podia perder de vistas, deveria ser preservada contra todo tipo de tentativa de dominação. Desde as primeiras horas o Comité Central do MPLA comprometeu-se com o povo angolano de que não trairia o

sagrado princípio da independência nacional, aceitaria a cooperação internacional desde que a chamada “ajuda externa” não devesse ser condicionada ou condicionante (MPLA, 1985: 39).

### *Países Não-Alinhados*

Apesar do forte apoio que advinha dos países socialistas, Angola sempre se afirmou na arena internacional como um país não-alinhado. Este princípio para além de constar da sua carta magna, artigo 16º, foi reiterado no discurso de independência à 11 de Novembro de 1975 por Agostinho Neto; “*A política externa de Angola baseada nos princípios de total independência, seguido desde sempre pelo MPLA, será de não alinhado*” (MPLA, 1985: 42). A política do não-alinhamento, viria a ser reafirmada também nas conclusões da III reunião plenária ordinária do MPLA realizada em 1976.

A continuidade desta política, voltou a ser reiterada por José Eduardo dos Santos no seu discurso na ONU em 1976, onde ao decifrar os meandros da política externa de Angola reafirmou o princípio do não-alinhamento com qualquer um dos blocos antagónicos como um imperativo para Angola, bem como descartou a adesão de Angola a qualquer organização militar internacional, nem permitir a instalação de bases militares estrangeiras em território nacional.

A política de não-alinhamento para a política externa de Angola remonta do discurso de Neto proferido na primeira conferência do MPLA, em Léopoldville em 1962, princípio que se concretizou no pós independência, fato que prova a consistência da política do MPLA para Angola, mesmo com o forte relacionamento com a União Soviética e Cuba.

Angola procurou estar sempre presente em quase todos acontecimentos marcantes do movimento dos países não-alinhados. No reforço desta política, Vanduném (2008: 20), salienta que no plano africano, Angola aderiu ao “Grupo de Casablanca” que defendia uma política de neutralidade positiva ante aos blocos militares (NATO e Pacto de Varsóvia).

A política marxista que refletiu a imagem de Angola durante este período, tem razão de ser, a julgar pelo forte relacionamento que a Angola mantinha com os países socialistas. Costa Gomes (1999: 293) chama atenção que a política marxista que ridicularizava alguns políticos portugueses, não deveria se pôr em causa na medida em

que o MPLA era um partido emancipalista que tinha que ter uma ligação forte com os países comunistas em recompensa ao auxílio prestado por estes países nesta altura.

A própria direção do MPLA nem toda era marxista, existiam diferenças substanciais entre o discurso político da altura que exigia esta pregação Marxista e as vontades de muitos dirigentes. Mateus (2007: 62) sublinha que no “*MPLA proliferam os grupos: soviéticos, maoístas, titistas, terceiro-mundistas, sociais-democratas, nacionalistas das mais variadas tendências*”. Lopo do Nascimento<sup>59</sup> por sua vez, uma das figuras notáveis deste período na política angolana, Primeiro-Ministro, afirmou que Angola estava mais virada para o não-alinhamento do que para o marxismo, daí algum espaço que dava também ao mundo ocidental.

Chabal, (2002), centrando-se especificamente no conjunto dos PALOP, salienta que o seu alinhamento com o bloco de Leste, deveu-se ao próprio processo de descolonização, marcado pelo desacordo entre as autoridades portuguesas e os movimentos de libertação. E para o caso de Angola associa-se, a invasão externa, que foi frustrada com a pronta intervenção cubana e soviética que acabaram por influenciar o seu alinhamento.

Os próprios marxistas não consideravam relevante o marxismo angolano durante a presidência de Neto, que consideravam-no de atípico. Para Malaquias (2010), ironicamente, Agostinho Neto procurava navegar no tabuleiro do período da Guerra Fria, adoptando um discurso político de não-alinhamento, mesmo sabendo que na prática seu governo não sobreviveria sem o braço soviético. Com o desaparecimento físico de Neto “*Dos Santos rapidamente abandonou qualquer pretensão de não-alinhamento em favor dos laços ainda mais estreitos com a antiga União Soviética e Cuba devido a situação interna que se deteriorava rapidamente [...] desapontado com Neto devido ao seu não alinhamento; a antiga União Soviética saudou a nova orientação da Política Externa de Angola*” (Malaquias, 2010: 38-39).

### ***Países Ocidentais “capitalistas”***

Apesar de sua tendência socialista, o governo angolano nunca descartou a possibilidade de estabelecer relações com governos ocidentais. A Lei Constitucional de Angola de 1975 no seu artigo 14º, realçava que Angola manteria relações diplomáticas

---

<sup>59</sup> Em entrevista a TV-Zimbo (2015).

com todos os povos do Mundo, na base dos princípios de respeito mútuo da soberania nacional da não ingerência nos assuntos internos de cada estado, de respeito a integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica.

Contrariamente a retórica política marxista que imperava em Angola, no campo económico registavam-se relações comerciais entre o governo de Angola e as empresas americanas, mormente com a retoma da exploração petrolífera em Cabinda, após um ligeiro interregno, pela Gulf Oil Company em Março de 1976. Lopo do Nascimento<sup>60</sup> destaca que com o controlo de Angola pelo MPLA a Gulf Oil Company havia se retirado, virando as suas atenções a outros pontos de África, com destaque para a Nigéria onde possuía grandes investimentos. Em função das excelentes relações entre Angola e a Nigéria neste período, esta influenciou para que a petrolífera voltasse a operar em Angola sob pena de se rescindir o contrato com a Nigéria.

Van-Duném (2008: 261), destaca ainda a compra para a empresa de transportes aéreos de Angola (TAAG) de aeronaves e equipamento aeroportuário a Boeing com a autorização do governo norte-americano. Wright (2001: 219) por seu turno, sublinha que a administração Reagan incentivava as multinacionais em geral e a Gulf Oil em particular, a trabalharem em Angola, de forma a servirem de força moderadora sobre o governo Angolano, mostrando o ocidente como alternativa eficaz e por outro lado a instalação das mesmas iriam no sentido de desencorajarem a presença soviética e cubana em Angola.

Mesmo sem a existência de embaixadas entre Angola e os EUA, a embaixada Britânica em Luanda constituiu-se no canal privilegiado de comunicação entre americanos e angolanos, principalmente durante o longo processo de negociações sobre a Namíbia (Monteiro, 2003: 6). As relações oficiais entre os dois governos só se concretizaram oficialmente muito depois da morte do presidente Neto, ou seja, o governo americano só reconheceria o governo angolano em 1991, com o fim do regime socialista em Angola, isto é, durante a administração Clinton.

Já com o antigo colonizador, Neto no discurso para a independência, frisou que *“A RPA tratará com especial atenção as relações com Portugal e porque deseja que*

---

<sup>60</sup> Lopo do Nascimento em entrevista a TV-Zimbo Angola (2015).

*elas sejam duradouras, estabelecê-las-á numa base nova despida de qualquer vestígio colonial. O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras”* (MPLA, 1985: 39).

O contencioso entre os dois países agudizou-se ainda mais em 1976 na Guiné-Bissau, num desentendimento entre o presidente português e o angolano. O governo angolano exara posteriormente o despacho 10/76 de 27 de Abril de 1976<sup>61</sup>, do gabinete do primeiro-ministro de Angola, onde eram suspensas a passagem de salvo-condutos a cidadãos portugueses, por outro lado todo os pedidos de vistos de entrada subscritos por cidadãos portugueses nesta altura, seriam apreciados caso a caso pela Direcção de Informação e Segurança de Angola, que deferiria os casos especiais que achasse pertinente.

A tentativa falhada do golpe de estado protagonizado por Nito Alves, afetou também negativamente as relações entre Angola e Portugal, na medida em que o governo de Luanda considerou que alguns portugueses tiveram uma mão invisível nesta tentativa.

Apesar dos receios de uma possível neo-colonização, discurso que imperava no seio dos países do Terceiro Mundo, as relações entre os dois povos foram fluidas. Já no relacionamento entre os governos, destaca-se a assinatura do acordo de cooperação, nos domínios cultural, científico, técnico, económico e social<sup>62</sup>, acordo assinado em 26 de Junho de 1978 em Bissau, por Paulo Teixeira Jorge pela parte angolana e Victor de Sá Machado, pela parte portuguesa. O acordo foi promulgado pelo conselho de ministro de Angola a 28 de Julho de 1978.

Portugal enquanto membro não permanente do conselho de segurança da ONU, durante o biénio 1979-1980, de acordo Mendes, (2012: 73), condenou os ataques sul-africano ao território angolano e exigiu que o CSNU tomasse uma posição firme e resoluto que prevenisse o aumento de tensão na região da África Austral. Por outro lado ao longo de 1979 as discussões que se desenvolveram no CSNU, Portugal votou favoravelmente, contra as agressões sul-africanas à Angola e aos países vizinhos.

---

<sup>61</sup> Para melhor conhecimento deste despacho, ver Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

<sup>62</sup> Para melhor conhecimento deste despacho, ver Diários da República 1977-1978, 6º Volume, DR 305 de 12 de 1977 a DR 254 de 10 de 1978.

Como se pode constatar, os países Ocidentais/capitalistas não ficaram de fora da estratégia da política externa de Angola. Como destacou Chabal (2002: 77-78), após a independência, Angola procurou manter relações paradoxalmente com grupos de países capitalistas e socialistas, por um lado, ligação com os estados das empresas concessionárias da exploração petrolífera no país e com os estados ideologicamente afins, na maioria da Europa Central e do Leste, com Cuba e Brasil por questões históricas.

Em suma, até 1979 fim da administração Agostinho Neto, em virtude de sua morte, Angola tinha sem dúvida assegurada a sua soberania, apesar da continuação da guerra que já não ameaçava grandemente a integridade territorial se comparado ao ano de 1975 e 1976. Estava consumada a sua integração nos principais órgãos africanos e internacionais; considerando-se grosso modo que os objectivos da política externa de Angola neste período teriam sido alcançados com êxito.

#### **3.4.4. Processo decisório na política externa de Angola.**

Para além de delinear os meandros da política externa de Angola, a III reunião plenária do Comité Central do MPLA de Outubro de 1976, tornou também claro o processo de tomada de decisão na política externa de Angola. Assim o processo de tomada de decisão na política externa de Angola obedecia esta ordem; o Comité Central formulava as linhas mestras sobre várias matérias de ordem interna e externa, o Conselho da Revolução discutia e orientava e o Governo por meio do Ministério da Relações Exteriores procedia a sua execução sempre com a tónica do interesse nacional.

De acordo Magalhães (2005: 27), os departamentos dos diversos estados encarregues pela condução da política externa adotam expressões diferentes nomeadamente; *assuntos exteriores, relações exteriores, foreign Office (departamento de estrangeiro), negócios estrangeiros*. Diferente do antigo colonizador, Angola adotou a expressão, Ministério das Relações Exterior, que nesta altura regia-se por um estatuto orgânico próprio, onde constavam os meandros da sua funcionalidade<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Sobre o Estatuto orgânico do Ministério das Relações Exteriores, ver Lei n.º19/77, Diários da República 1976-1977, 5º Volume, DR 277 de 11 de 1976 a DR 304 de 12 de 1977.

Durante o período em análise o Ministério das Relações Exterior conheceu dois Ministros; com destaque a José Eduardo dos Santos de Novembro de 1975 a Outubro de 1976 e Paulo Teixeira Jorge de 1976 a 1984. José Eduardo dos Santos abandona o cargo por força das remodelações do governo operadas por Neto onde passou a exercer a partir de Outubro de 1976 o cargo de Primeiro Vice-Primeiro Ministro. Frisar por outro lado que dos Santos de forma real não se tinha afastado do Ministério das Relações Exteriores, na medida em que da divisão das responsabilidades ministeriais pelo 1º ministro e seus dois vices, a luz da Lei n.º 1/78<sup>64</sup>, coube ao Primeiro Vice-Primeiro-Ministro, dentre outras a coordenação do departamento ministerial das Relações Exteriores.

A formulação da política externa de Angola neste período, decorria sem no entanto a intervenção direta de outros atores ou seja, sem a existência de outros atores para contrabalançarem as decisões governativas. Como se tratará adiante, o poder legislativo e o judiciário, estiveram de certa forma reféns do poder executivo. Quanto aos atores políticos, não estatais, lembrar que fruto do processo de independência, a FNLA e a UNITA, acabaram por ser excluídas da vida política de Angola<sup>65</sup>.

O Comité Central, o Conselho da Revolução enquanto órgãos de formulação e orientação da política externa, eram presididos pelo Presidente da República, que se tornava na figura principal da operacionalização da política externa de Angola deste período. Neste processo, o presidente contava com o auxílio de alguns membros do Comité Central do MPLA, o ministro da defesa, chefe do estado-maior General, comissário político nacional, três não membros do Comité Central designados pelo Bureau Político do MPLA, comissários provinciais designados para o efeito, comandantes e comissários políticos das regiões militares.<sup>66</sup> Este constituía-se no grupo que apoiava e influenciava a tomada de decisão do líder.

Apesar dos vários poderes atribuídos ao Presidente, Agostinho Neto não possuía um poder despótico, pois não agia a seu bel-prazer, antes de qualquer ação no campo

---

<sup>64</sup> Para melhor conhecimento deste despacho, ver Diários da República 1977-1978, 6º Volume, DR 305 de 12 de 1977 a DR 254 de 10 de 1978.

<sup>65</sup> Indiretamente como veremos a diante, a UNITA e a FNLA como atores não estatais, acabaram por influenciar na formulação da política externa de Angola.

<sup>66</sup> Para melhor conhecimento, ver Resoluções do Plenário do Comité Central do MPLA de 23 a 29 de Outubro de 1976, CDIH do MPLA/Luanda e o artigo n.º 38º da Lei constitucional, Diários da Republica 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

interno e externo, tinha de consultar o Comité Central, o Bureau Político e o Conselho da Revolução. Dependência que o deixava de certa forma desconfortável, *“Dirigir Angola, sendo obrigado a ouvir um Comité Central ou um Bureau Político, sempre que fosse necessário agir, não era coisa do gosto de Neto”* (Carreira, 1997: 31).

Em função das incertezas do período que se vivia, nalguns casos houve a necessidade de se tomarem decisões de forma rápida, mas apesar de algumas decisões terem sido tomadas por Neto sem anuência dos seus pares, mesmo antes da independência, quase que nunca se registaram grandes clivagens durante o seu mandato (Idem: 31). Importa ainda destacar que as medidas tomadas por Neto, iam quase sempre de encontro as linhas de política externa de Angola, ou seja, tinham sempre o acordo dos outros dirigentes do partido.

#### **3.4.5. Papel do Presidente na política externa de Angola**

Antes de se compreender a influência de Neto na formulação da política interna e externa de Angola é preciso em primeira instância perceber o seu pensamento antes da independência, refletido essencialmente em seus discursos e poemas, onde o destaque recai no binómio Angola/África, em que denunciava a colonização e o imperialismo. Assim *“A África constituía a razão de ser da mensagem poética de Agostinho Neto”* (Viana, 2008: 456).

Durante e após a guerrilha Agostinho Neto confrontou-se com a existência de vários modelos para combate ao colonialismo e as desigualdades, mas pouco ou nada influenciaram as suas decisões, ou seja, Neto ao elaborar a sua estratégia de luta de libertação para Angola, não primou em seguir as trilhas de nenhum dos teóricos que lhe eram próximos, mormente; Che Guevara e Franz Fanon (Carreira, 1997: 34).

Após a independência, esta estratégia de não seguir modelos pré-definidos, revelou-se como uma constante durante a sua administração, onde procurou sempre conhecer, estudar e produzir modelos adaptáveis a sua realidade. Salientava que;

*“Nós não queremos cópias de outros países. Temos que organizar o nosso próprio País de acordo com as condições que aqui existem. Não*

*queremos cópias, porque não podemos viver de cópias. Vamos, sim, aprender tudo aquilo que existe no Mundo e que seja útil para o nosso Povo. Vamos aprender todos os dias, pedir conselhos. Mas não copiar mecanicamente porque isso seria contraproducente”* (MPLA, 1985: 239).

Na tomada de decisão tanto em política interna como externa, Neto quase que não era questionado das decisões que tomava, não por uma questão de tirania, mas devido a confiança que seus seguidores depositavam nele naquela época de extrema efervescência revolucionária. *“Os seus colegas, na direcção do Movimento, habituaram-se a secundar sempre Agostinho Neto, fosse qual fosse a decisão tomada por ele [...] Havia uma grande confiança entre Agostinho Neto e os outros dirigentes do Movimento, de maneira que estes apoiavam sempre o seu presidente”* (Carreira 1997:32).

Esta aceitação de Neto pelos seus colaboradores e população em geral, acaba por estar em consonância com o que Freire e Vinha (2011:32) defendem, sobre o apoio e ausência de críticas aos líderes políticos quando assumem a liderança após acontecimentos dramáticos. Neto por seu turno, assume a liderança depois de um longo período colonial e durante a evasão sul-africana e zairense, fatos que eram sobejamente conhecidos pela população, pois era ela que sofreu diretamente os horrores do colonialismo e da evasão externa.

A História recente de Angola dispõe de exemplo de patriotas que tentaram se opor à liderança de Neto nomeadamente: Viriato da Cruz, Gentil Viana, Daniel Chipenda, Alves Bernardo Baptista “Nito Alves”. De acordo Iko Carreira (1997: 33) sendo Neto *“[...] um dirigente carismático da luta de libertação do Povo Angolano. Ninguém se opunha a isso, e quem quisesse fazê-lo, acabaria sempre por ser esmagado pela dinâmica da própria luta”*. Dentre as várias tentativas a mais mediática foi a intentona de 27 Maio de 1977<sup>67</sup>, liderada por Nito Alves.

Agostinho Neto apesar de ser um defensor acérrimo do combate ao neo-colonialismo e ao imperialismo, não seguia a risca o modelo socialista, ou seja, a sua

---

<sup>67</sup> Constituiu-se num dos fatos que nenhum angolano que viveu quer recordar, a julgar pelo número de vidas inocentes ceifadas neste triste episódio da História recente de Angola.

relação com Moscovo não era das melhores, sua forma de agir não satisfazia as autoridades soviéticas. O sentimento de desconfiança da figura de Neto para Moscovo, mesmo após a independência de Angola não desapareceu. Serguei Kolomin citado por Milhazes (2009: 94) descreve que “*Agostinho Neto estava longe de servir à direcção soviética, segundo todos os “parâmetros”, como dirigente do novo Estado. [...] a julgar pelas suas ideias, inclinava-se mais para o modelo jugoslavo de desenvolvimento*”<sup>68</sup>.

A desconfiança também de Neto para com URSS intensificou-se meses mais tarde da intentona, Neto deslocou-se à Moscovo talvez para pedir satisfações de uma possível envolvência da URSS naquela ocorrência. “*Eu vim aqui porque ocorreu uma coisa: um levantamento e gostaria de saber pessoalmente de Vocês se Moscovo participou no conluio contra mim ou não. Porque segundo me informaram, muitos dos vossos homens estiveram envolvidos*” Pouco lacónica foi a resposta de Moscovo, deixando de fato muitas dúvidas<sup>69</sup>, Brutentz citado por Milhazes (2009:98). Só mais tarde, um dos soviéticos se pronunciou, rejeitando tal suposição e confirmando que Moscovo não havia afastado seu apoio a Neto (Shubin, 2008: 71).

Jorge Risquet (1999: 339), destaca que o 27 de Maio tratou-se simplesmente da divergência de ideias entre irmãos da mesma pátria. Sobre o papel de Cuba neste cenário destaca que mantiveram-se ao lado de Neto, lamentando que “*Gostamos de disparar contra o imperialismo e não participar em lutas internas de irmãos por diferenças de opiniões*”. Outra das grandes desavenças com Moscovo, foi a quando da transformação do MPLA de movimento para Partido, mudança que não agradou Moscovo, minando cada vez mais as relações entre o Kremlin e o partido de Neto.

Este rol de situações, relações entre Neto e Moscovo, de acordo Milhazes (2009: 99), serviu de pretexto para levar alguns, em particular Eugenia Neto, a supor que a morte de seu esposo em Moscovo a 10 de Setembro de 1979, não ser obra do acaso.

---

<sup>68</sup> O modelo Jugoslavo baseava-se numa perspectiva de autogestão no plano interno ou seja uma clara independência nas questões internas e no plano externo pelo não-alinhamento. Modelo que provocou a ruptura com a União Soviética em 1948.

<sup>69</sup> Ainda de acordo Milhazes, em função da pouca simpatia das autoridades soviéticas para Agostinho Neto, alguns estudiosos entendem que as autoridades soviéticas apoiaram o movimento de 27 de Maio de 1977, dirigidos por Nito Alves, então ministro da administração interna de Angola.

Finalmente Neto não pretendia se eternizar no poder, vários foram os indícios que mostravam esta pretensão, de acordo Iko Carreira (1997: 31), pouco antes de morrer Neto pretendia fazer mudanças radicais na sua governação, que se resumiriam na criação de organismo de consulta em que ele e seus velhos companheiros de luta fariam parte de um órgão similar a «Câmara dos Lordes» da Inglaterra, deixando a governação aos mais novos caso seguissem a linha esquerdista.

#### **3.4.5.1. Visitas de Estado, realizadas pelo Presidente da República**

Ao longo da vigência do 1º governo independente de Angola o presidente da República Popular de Angola, António agostinho Neto, realizou várias visitas entre oficiais e privadas para diversos países, no âmbito do reforça diplomático, onde se destacam as seguintes:

- A 14 de Março de 1976, visitas oficiais a vários países africanos, nomeadamente: a República da Guiné-Konacry, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe.
- A 3 de Abril de 1976, desloca-se a São Tomé e Príncipe em visita oficial.
- 22 de Junho de 1976, desloca-se em visita oficial a República Socialista de Cuba.
- 14 de Agosto de 1976, desloca-se para a República do Sri-Lanka, afim de participar na Conferência dos Países não-alinhados.
- 04 de Setembro de 1976, desloca-se em visita oficial a República Unida da Tanzânia.
- 06 de Outubro 1976, desloca-se em visita oficial a URSS e a República Popular da Bulgária.
- 06 de Novembro de 1976, desloca-se em visita oficial a República Unida da Tanzânia<sup>70</sup>.
- 4 de Fevereiro de 1977, desloca-se em visita oficial a República da Nigéria.
- 14 de Março de 1977, desloca-se em visita oficial a República Popular de Moçambique.

---

<sup>70</sup> Para mais pormenores sobre os despachos das visitas realizadas em 1976, ver Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

- 21 de Abril de 1977, desloca-se em visita oficial a República Socialista Federativa da Jugoslávia.
- 25 de Julho de 1977, desloca-se em visita oficial a República da Zâmbia.
- 22 de Agosto de 1977, desloca-se em visita privada e de amizade para República Socialista de Cuba.
- 27 de Setembro de 1977, desloca-se em visita privada e de amizade a URSS.
- 16 de Dezembro de 1977, desloca-se em visita privada e de amizade a República Unida da Tanzânia<sup>71</sup>.
- 19 de Março de 1978, desloca-se a URSS, em visita privada e de amizade.
- 16 de Setembro de 1978, desloca-se a República Popular de Moçambique, em visita privada e de amizade<sup>72</sup>.
- 21 de Agosto de 1978, desloca-se a República do Zaire, em visita oficial.

Em função das visitas realizadas, pode-se aferir que o ano de 1976 foi de fato o ano da diplomacia angolana. As deslocações ao estrangeiro foram essencialmente para o agradecimento as nações que apoiaram Angola e na busca, como já vimos, de reconhecimento do estado nos principais órgãos regionais e internacionais.

É importante também sublinhar que a esmagadora maioria das visitas do chefe de estado angolano foram para a África, o que denota bem a vocação africana na política externa angolana deste período. A seguir a África, foram as deslocações, como era de esperar, aos países de socialista, com um acento tónico a Cuba em detrimento da URSS, em função dos aspectos já atrás frisados.

A deslocação de 14 de Agosto de 1976, a República do Sri-Lanka, fora da lógica África/Países Socialista, enquadrou-se numa das grandes estratégias da política externa de Angola deste período, no sentido de fortificar a aliança com o movimento dos países não alinhados, no quadro da bipolaridade durante a Guerra Fria entre o EUA e a URSS.

No quadro das suas deslocações ao estrangeiro, o presidente Neto, deixou sempre interinamente como Presidente da República, Lopo Ferreira do Nascimento, então Primeiro-ministro de Angola. José Eduardo dos Santos, primeiro como ministro das Relações Exteriores e depois como primeiro Vice-Primeiro Ministro, quase sempre

---

<sup>71</sup> Para mais pormenores sobre os despachos das visitas realizadas em 1977, ver Diários da República 1977-1978, 6º Volume, DR 305 de 12 de 1977 a DR 254 de 10 de 1978.

<sup>72</sup> Para mais pormenores sobre os despachos para visitas realizadas em 1978, ver Diários da República 1978-1979, 7º Volume, DR 255 de 10 de 1978 a DR 201 de 08 de 1979.

acompanhou o presidente Neto nestas deslocações, tornando-se num dos conhecedores dos *dossiers* essenciais do país.

Estas visitas resultaram na afirmação de Angola como nação independente e soberana, possibilitaram a integração do país a vários órgãos regionais e internacionais, bem como para assinatura de vários acordos de cooperação e amizade com muitos países, com destaque aos países africanos, países socialistas e ocidentais.

Apesar do papel central do Comité Central do MPLA; Conselho da Revolução e Governo, na formulação, orientação e execução da política externa de Angola, personalizado no presidente, importa descrever também o papel do poder judiciário e legislativo bem como de outros atores políticos na formulação da política externa de Angola nesta fase.

#### **3.4.6. O papel do poder judicial e legislativo.**

Como já se frisou, apesar da Lei Constitucional deste período nos artigos 34.º e 35.º, consagrar a Assembleia do Povo, como órgão legislativo esta, estava temporariamente sob alçadas do Conselho da Revolução, que era presidido pelo Presidente da República, *“Enquanto não se verificar a total libertação do território nacional e não estiverem preenchidas as condições para a instituição da Assembleia do Povo, o órgão supremo do poder de Estado é o Conselho da Revolução”*<sup>73</sup>.

Já o poder judicial com excepção dos tribunais, a procuradoria-geral da república estava também sob alçadas do poder executivo. De acordo com a uma das resoluções saídas da III reunião plenária do Comité Central do MPLA, foi criada e deliberado que a procuradoria funcionaria junto da presidência da República<sup>74</sup>.

Destacar também que após a independência, Angola não possuía um número significativo de quadros suficientes para garantir o pleno funcionamento dos diversos órgãos criados para o normal funcionamento do aparelho do estado. A título de

---

<sup>73</sup> Para melhor conhecimento da Lei Constitucional de Angola da 1ª Republica, ver Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

<sup>74</sup> Para melhor conhecimento ver Resoluções do Plenário do Comité Central, 23 a 29 de Outubro de 1976-CDIH do MPLA/Luanda.

exemplo, no pós independência, Angola não possuía por mais incrível que pareça, mais de uma dúzia de juristas, insuficientes para garantir o mínimo da administração judiciária a julgar pela extensão do país, quanto mais para exercerem pressão sobre as questões de política externa? Dos poucos juristas que existiam em Angola neste período com destaque aos advogados Diógenes António de Assis Boavida e Maria do Carmo Medina, estavam intrinsecamente ligados ao MPLA, sendo quase que os mentores da maioria da legislação existente no país nesta altura. Assim como era de esperar, tanto o poder legislativo como judiciário neste período em Angola, não tiveram qualquer relevância no processo da formulação e avaliação da política externa de Angola.

#### **3.4.7. O papel de outros atores políticos na formulação da política externa**

O ordenamento jurídico de Angola deste período consagrava direitos fundamentais no que tange a liberdade de associação, como constava no artigo 22.º da Lei Constitucional angolana que previa que; *“No quadro da realização dos objectivos fundamentais da República Popular de Angola, a lei assegurará livre expressão, reunião e associação”*.

Com a institucionalização do sistema de partido único em Angola nesta fase, não existiam se quisermos ser mais categóricos, associações de carácter política, cultural e económicas que não estivessem acopladas aos órgãos afins do MPLA.

Como já se abordou, fruto do processo que levou Angola a independência, não criou condições para uma política representativa e participação dos vários setores da sociedade. No campo político, a UNITA e a FNLA, não se beneficiaram do disposto legal no artigo 22.º, ou seja, na óptica do MPLA o fato destes atores terem trazido forças estrangeiras para evadirem Angola, mereciam de fato serem marginalizados. Por outra, por força do artigo 4º da Lei da nacionalidade, os integrantes destes movimentos acabaram por ser considerados apátridas pelo MPLA, *“Será negada a cidadania angolana e retirada a quem tenha sido concedida por desconhecimento de factos que se integrem na injunção do presente artigo aos indivíduos que, singular ou colectivamente, tenham praticado actos de oposição à luta de libertação nacional, integrando ou prestando serviços a organizações repressivas do regime colonial, e*

*ainda aos que tenham integrado organizações clandestinas criadas com o fim de contrariar o processo de descolonização*”<sup>75</sup>.

Esta exclusão das forças que se opunham ao MPLA, de acordo Gomes decorre da influência do Estado Novo e do próprio processo de descolonização, ou seja, “[...] *a tradição repressiva e não representativa, presente no legado colonial, veio facilmente a constituir parte integrante do exercício do poder no pós-independência com a adoção da doutrina marxista-leninista*” (2009: 164).

No seu projeto de construção de estado, o governo do MPLA, esforçava-se no máximo em combater as forças fraturantes que comprometiam a unidade nacional. Assim por meio da lei n.º 2/76 de 24 de Fevereiro considerava-se o serviço militar como obrigatório na Angola independente, de forma a reforçar o exército nacional (FAPLA) no combate da FNLA e da UNITA, consideradas pelo MPLA como forças inimigas, fantoches do imperialismo americano.

Para além do rótulo negativo que o MPLA atribuía a estes movimentos, atribuía-lhes ainda a responsabilidade de serem os mentores do terror no país, responsáveis pelas emboscadas, massacres as populações indefesas e pelo caos económico. Desta feita na sua III reunião plenária<sup>76</sup>, o MPLA confiou ao estado a tarefa de aniquilar por completo as organizações fantoches, liquidar qualquer manifestação de resistência de contra-revolução.

O MPLA detinha todo o protagonismo para com a população, não sendo quase escrutinadas as suas ações nesta fase crítica e transitória em que a tónica era o combate aos movimentos antagónicos. De acordo Sarfati (2005:162), quanto mais o Estado dominar a estrutura política, mais difícil será os atores não-estatais influenciarem nas políticas de determinado país.

Com a exclusão, a UNITA e a FNLA nas zonas que controlavam exerciam de fato um poder efetivo, tendo por seu turno uma vocação de governo, desenvolvendo uma diplomacia própria paralela à do governo do MPLA. Por outro lado face ao

---

<sup>75</sup> Para melhor conhecimento da Lei da Nacionalidade angolana da 1ª República, ver Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.

<sup>76</sup> Para melhor conhecimento ver Resoluções do Plenário do Comité Central, 23 a 29 de Outubro de 1976-CDIH do MPLA/Luanda.

carácter autocrático do MPLA, provocou a radicalização dos movimentos de oposição (Gomes, 2009: 94).

A UNITA em função da sua diplomacia, conseguiu cada vez mais granjear prestígios com os países ocidentais com destaque aos EUA, que com Ronald Reagan no poder, aumentou substancialmente os apoios a UNITA no combate ao governo comunista de Angola, apoio enquadrado na política americana de combate e contenção ao comunismo, com a estratégia de ajudar “*ao inimigo dos nossos inimigos*”(Monteiro, 2003: 5-6).

Se de forma retórica por parte do MPLA, estas forças ou atores “não existiam para Angola”, de forma indireta estas forças marginalizadas (UNITA e FNLA), acabaram sim por influenciar na política externa angolana, pois que muitas medidas e redefinições da política externa de Angola foram por ação destas forças. A título de exemplo, destacam-se os esforços da diplomacia angolana em procurar integrar as principais organizações regionais e internacionais de formas a conseguir o reconhecimento internacional de seu governo e o estabelecimento de relações de amizade com os países vizinhos, foram pensadas de formas a diminuir o espaço de manobra da UNITA e da FNLA na região e no mundo em geral.

Já numa perspetiva comparativa entre o papel da UNITA e FNLA no processo de construção do estado, de fato a UNITA terá tido, no que diz respeito à construção do Estado, um papel secundário mais relevante ao contrário da FNLA que depois da independência, foi perdendo gradualmente relevância quer do ponto de vista militar, quer do ponto de vista político,<sup>77</sup> fundamentalmente quando perdeu o apoio do Zaire em 1978.

### **3.5. António Agostinho Neto, personalidade e legado**

O pensamento estratégico de Agostinho Neto para Angola antes e após a independência se refletem na prossecução do alcance da independência total de Angola, dos países vizinhos, da África em geral bem como de todos povos oprimidos, sem espaço para um possível neo-colonialismo, ou seja, não pretendia uma “independência de Bandeira” como frisou César Viana (1996).

Foi coerente consigo próprio na concretização do seu pensamento político para Angola, África e para o Mundo. Ao assumir a liderança do MPLA em 1962, transforma

---

<sup>77</sup> Pode-se afirmar que a aliança da UNITA/FNLA com a África do Sul, prejudicou de certa medida a reputação destes movimentos ante alguma franja da população angolana e não só, legitimando ao MPLA, o convite as forças revolucionárias cubanas para intervirem em Angola.

a sua voz pessoal na voz do líder político (Chabal, 1996). Em função da mensagem que transmitia e do rumo que orientou Angola durante a sua governação, Neto lutou para a alteração do *status quo* dominado pela política colonial e domínio das minorias, que explorava, oprimia as liberdades, tudo mergulhado naquilo que incansavelmente denominou por imperialismo, que não só afetava os africanos como também os povos de outros continentes.

Em conformidade com César Viana, Neto transmitiu uma mensagem de libertação, para a transformação e mudança radical das estruturas de alienação do homem, “*Neto é pessoalmente o mensageiro desta mensagem universal que tem como destinatários Angola, África e o Mundo*” (1996:473). No caso lusófono africano “*Agostinho Neto conseguiu abalar irremediavelmente toda a falaciosa estratégia colonial portuguesa, resumida no “Portugal do Minho a Timor”* (MPLA, 1996: 11).

Neto transformou-se pessoalmente no “Farol” para o povo de Angola, ou seja, não atribuiu a iniciativa da liberdade de seu território a outrem ao frisar, Sou por quem se espera. De acordo Patrick Chabal, “*Agostinho Neto foi acima de tudo um homem de acção, um homem cuja vida foi inteiramente dedicada à luta pela libertação de Angola e à construção de uma nação africana forte e independente*”. Roberto (1999: 31) ao descrever as qualidades de Neto para além de lhe possuir profundo respeito, considerava-o como o mais experiente dentre os três principais líderes independentistas de Angola.

Não é que Neto não tivesse pontos negativos, foi um homem de acertos e erros, como todos humanos; porém qualquer que fosse a sua má atuação, era ofuscado pela sua boa atuação (Carreira, 1997: 41).

Neto deixou um legado incontornável, a independência de Angola, um conjunto de lições para o seu partido, para Angola e para África, estabelecendo para si próprio altos critérios de ação política (Chabal, 1996: 63). Sua grande capacidade de trabalhar para a unidade nacional, fez dele um dos raros líderes africanos a conseguir diminuir profundamente as diferenças étnicas no seio do seu povo, com o seu grande slogan, *De Cabinda ao Cunene Um só Povo, Uma só Nação*, divisa que perdura até hoje no seio dos angolanos. Para Carreira (1997: 69 e 70) “*O problema da Unidade era em Agostinho Neto, uma autêntica obsessão*”, unidade mais para a vertente étnica que política, pois para ele resolvendo a vertente étnica a política estaria mais facilitada.

A sua célebre frase “*O mais importante é resolver os problemas do Povo*” (MPLA, 1985: 231), ultrapassou as fronteiras de seu tempo tornando-se no lema de qualquer líder e para o povo angolano. A mensagem de Neto, transmitida para Angola, África e para o Mundo em geral, apela, congrega, ensina e transforma, na mudança, ao ritmo da história, dos tempos e das gerações, como frisou César Viana (1996).

Pelas suas qualidades na sua trajetória política, Neto foi presidente da República Popular de Angola, do Conselho da Revolução, do MPLA Partido do Trabalho. “*Mas foi presidente de facto. Presidente de verdade [...] António Agostinho Neto foi o PRIMEIRO PRESIDENTE DE ANGOLA quer queiramos, quer não. E foi-o até ao dia da sua morte*” (Carreira, 1997: 39).

Deixou fundamentalmente como legado; uma Angola independente, com órgãos do estado convenientemente estruturados e estáveis, um exército forte capaz de garantir por si só a soberania nacional. No campo externo deixou uma Angola soberana com assento nos mais importantes órgãos regionais, continentais e internacionais. Estabeleceu alianças e tratados em vários domínios, com muitos estados do mundo no sentido do progresso de Angola.

Foi um grande líder, fez discípulos que continuaram com a sua obra. Para Carlos São Vicente (1996: 490) “*o chefe é o sustentáculo do tempo colectivo; a sua morte constitui uma ruptura do tempo que paralisa as actividades sociais; só o advento do novo chefe recria o tempo social que reanima novamente*”. Com a morte de Neto, contra todas a expectativa de declínio do país e do sistema socialista, o país resistiu e avançou com seu sucessor José Eduardo dos Santos.

## Conclusão

O estudo sobre a política externa de Angola durante o primeiro governo, administração Neto 1975-1979, procurou mostrar fundamentalmente a essência, os meandros da formulação da política externa de Angola, os seus atores, com destaque para o papel do presidente na formulação e condução da mesma.

Tomou-se como pressuposto teórico a teoria realista, em função do período da bipolaridade durante a Guerra Fria, fase em que Angola lutava para sua independência e os seus atores internos envidavam esforços para o alcance de objetivos que gravitavam em torno da luta pelo poder, fazendo atrair atores externos que da luta anticolonial, evoluiu-se para um conflitos regiões e internacional.

O trabalho teve como foco principal a análise da política externa de Angola durante o primeiro governo. Contudo, para uma melhor compreensão desta política, recorreu-se à uma abordagem histórica para se perceber o contexto em que se desenrolou o processo para a independência, pois que, o ápice do desenvolvimento da luta para a independência de Angola coincidiu com o auge da Guerra Fria, fase que influenciou decisivamente este processo. Apesar da fase da *détente*, em que deveria se registar um relaxamento na tensão entre os EUA e a URSS, estes no âmbito da estratégia de procura de zonas de influência para a implementação da sua política, influenciaram e apoiaram partidos que lutavam para a independência nos países do Terceiro Mundo, bem como criaram aliados nos continentes em que pretendiam atuar, resultando em muitos casos em violentos conflitos.

Em Angola, a FNLA e a UNITA acabaram por beneficiar do apoio dos países ocidentais com destaque para os EUA e de alguns países africanos. O MPLA, por sua vez, beneficiou do apoio de países africanos e de países comunistas, com destaque para a URSS e Cuba, que o ajudaram a alcançar a independência e a se manter no poder.

Alcançada a independência, apesar da continuidade da guerra, o governo de Angola desenvolveu uma diplomacia intensa, conseguindo alcançar quase que em tempo *record* alguns dos seus principais objetivos de política externa como; o reconhecimento da sua independência e do seu governo por parte de muitos países

africanos e não só, ingressar na comunidade dos Estados da Linha da Frente, na Organização de Unidade Africana, na Organização das Nações Unidas, tudo isso só no ano de 1976. Nos anos a seguir, a administração Neto, dedicou-se no esforço para a normalização das relações com a república da Zâmbia, Zaire e com outros países cruciais para a estabilidade interna de Angola, objetivos que também alcançou com êxito até 1979. Por outro lado o apoio prestado por vários países ao MPLA para o alcance da independência e para se manter no poder, acabaram por contribuir para o alinhamento paradoxal de Angola, com os países socialistas, não alinhados, bem como no relacionamento com alguns países ocidentais.

Apesar do rótulo Socialista do governo angolano deste período, marcado pelo forte envolvimento de Cuba e da URSS e do fato de o governo seguir no campo ideológico, político e económico o modelo Socialista, este era retoricamente Socialista porém, realisticamente era Não-alinhado, daí o espaço para o relacionamento com os países que lhe eram contrários ideologicamente; com destaque para os EUA.

Partindo do princípio segundo o qual, o comportamento de um determinado estado não é exclusivamente dependente do ambiente internacional, mas também do ambiente interno, no processo de formulação da política externa de Angola durante este período, apesar da condicionante da política internacional marcada pela Guerra Fria, a luta para a integridade territorial e a salvaguarda do poder, ameaçadas pela ação de outros atores internos FNLA e UNITA, foram determinantes para o processo de formulação e desenvolvimento da política externa de Angola durante o período em análise. Assim para a análise do tema em causa é possível retirar-se as seguintes conclusões:

Primeira, Angola após o alcance da independência a sua política externa foi caracterizada essencialmente pela manutenção das suas fronteiras e pela legitimação da sua soberania no contexto internacional.

Segunda, no processo de formulação da política externa de Angola, durante este período, o Comité Central do MPLA traduzia-se no principal órgão para a formulação da mesma, cabendo ao Conselho da Revolução a sua orientação e ao Governo, mais concretamente ao Ministério das Relações Exteriores, a sua execução, tendo o presidente um papel central neste processo.

Terceira O esforço diplomático do governo angolano passava em integrar os principais órgãos regionais, continentais e internacionais nomeadamente, ELF, OUA e ONU, de forma a legitimar o seu governo.

Quarta , apesar da forte concentração de poderes e da certa dependência das políticas do governo de Angola ao nível interno e externo ao presidente da república, este não agia a seu bel-prazer, dependia do Comité Central e do Conselho da República.

Quinta, no que tange a influência de outros atores estatais e não estatais na formulação da política externa de Angola, os estatais com destaque ao poder legislativo e judiciário, estes por se encontrarem claramente dependentes do poder executivo não exerciam nenhuma influência neste processo. Porém os atores políticos não estatais, FNLA e UNITA, apesar de o governo do MPLA considera-los como forças excluídas do processo de construção de estado, acabaram sim por influenciar a política interna e externa de Angola, na medida em que muitas medidas tomadas pelo governo foram em função das ações destas forças no campo interno e externo. Por exemplo a estratégias de o governo procurar normalizar as suas relações com os países vizinhos e de ajudar os movimentos antagónicos dos países que o desestabilizavam, foi pensada na perspectiva de diminuir a pressão destes sobre Angola e bloquear o apoio destes países para a FNLA e UNITA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Primárias

- Lei Constitucional da República de Angola, Diário da República, I Série N.º 1, Terça-feira, 11 de Novembro de 1975.
- Diários da República 1975-1976, 4º Volume, DR 001 de 11 de 1975 a DR 276 de 11 de 1976.
- Diários da República 1976-1978, 5º Volume, DR 277 de 11 de 1976 a DR 304 de 12 de 1977.
- Diários da República 1977-1978, 6º Volume, DR 305 de 12 de 1977 a DR 254 de 10 de 1978.
- Diários da República 1978-1979, 7º Volume, DR 255 de 10 de 1978 a DR 201 de 08 de 1979.
- Resoluções do Plenário do Comité Central, 23 a 29 de Outubro de 1976- CDIH do MPLA/Luanda.
- TV-Zimbo (2015) entrevista com Lopo do Nascimento: Jornalista Galiano no Memórias da independência. Luanda: TV-Zimbo, CD nº 1/2015.

### Fontes Secundárias

- ALMEIDA, João Ferreira; PINTO, José Madureira. 1995. *A Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- ARON, Raymond. 2002. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília. São Paulo: IPRI, UnB e Imprensa Oficial de São Paulo.
- BALL, Dewi I. 2008. North Atlantic Treaty *In*: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc.
- BARNHILL, John H. e TUCKER, Spencer C. 2008. *Decolonization*. *In*: TUCKER, Spencer C. *Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc.
- BENDER, J. Gerald. 2009. *Angola sob o Domínio Português Mito e Realidade*, 2ª Edição, Luanda: Editora Nzila.
- BERRIDGE, G. R. and JAMES, Alan. 2003. *Dictionary of Diplomacy*, Second edition, New York: published by PALGRAVE MACMILLAN.

- BORISSOV, E.F e LIBMAN G.I. 1988. *Marx, Engels, Lénine Sobre a Sociedade*. Moscovo: Editora Progresso.
- BURCHILL, Scott, et al. 2005. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan.
- CAMPOS, Armando. 1996. *África do Sul, Potência Regional*, Universidade Técnica de Lisboa.
- CARNEIRO, A. S. Soares. 1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, Iº Volume. Luanda: S/Editora.
- CARREIRA, Iko. 1996. *Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Luanda: Editora Dom Quixote.
- CASTRO, Thalles. 2012. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG.
- CHABAL, Patrick. 1996. O evangelismo poético de agostinho Neto. In: MPLA, *A Voz Igual - Ensaios sobre Agostinho Neto*. Luanda: S/Editora.
- CHABAL, Patrick. 2002. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company.
- CHICOADÃO. 2007. *Angola...Ontem! Cronologia de Passos a Caminho da Libertação*. Luanda: Editora Nzila.
- CORREIA, P. J. Pizarat. 1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, Iº Volume. Luanda: S/Editora.
- COUTINHO, Rosa. 1999. Entrevista In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, Iº Volume. Luanda: S/Editora.
- CUNHAL, Álvaro. 1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, Iº Volume. Luanda: S/Editora.
- DAMIÃO, João. 2010. *Conheça a Constituição da República de Angola: Contribuições para a sua compreensão*. Luanda: Casa das Ideias.
- DONNELLY. 2005. Realism. In: BURCHILL, Scott, et al. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan.

- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF JR., Robert L. 2003. *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- EISENHOWER, John S. D. 2008. The Early Days of the Cold War. In: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc.
- FORTUNATO, José. 1977. *Angola: Documentos da Independência*. Lisboa: Edições Cadernos Ulmeiro.
- FREIRE, M. R. & VINHA, L. 2011. *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FREITAS, A. José de. 1975. *Angola: O Longo Caminho da Liberdade*. Editora Moraes, Lisboa.
- GEORGE, Edward. 2005. *The Cuban intervention in Angola, 1965–1991: from Che Guevara to Cuito Cuanavale*. New York: By Frank Cass 270 Madison Ave.
- GOMES, Costa. 1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, 1º Volume. Luanda: S/Editora.
- GRIFFITHS, M. 2004. *50 grandes estrategistas das Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto.
- GRIFFITHS, Martin. 2007. *International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction*. New York: Taylor & Francis e-Library.
- GUEDES, Armando Marques. 2011. As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na política externa de Angola, 1975-2002. In PAVIA, José Francisco (coord). 2011. *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Sociedade Editora Ld.<sup>a</sup>.
- HENDERSON, Lawrence W. 2001. *A Igreja em Angola*, 2ª Edição. Luanda: Editora Além Mar. Luanda.
- HENTZ, James J. 2008. África In: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, Inc.
- HERZ, J. H. 1976. *The Nation-State and the Crisis of World Politics: Essays on International Politics in the Twentieth Century*. New York: D. McKay.
- JAIME, Drumond e BARBER, Helder. 1999. *Angola: Depoimentos para a História Recente-1950-1976*, 1º Volume. Luanda: S/Editora.

- JORGE, Manuel. 1998. *Para compreender Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- JORGE, Paulo, 2008. Angola e a Comunidade Internacional passado, Presente e Futuro. In: VIDAL, Nuno & ANDRADE, Justino Pinto de; *O processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*, 3ª edição, Luanda e Lisboa: Edições firmamento & Livrarias Nobel.
- KAMABAYA, Moisés. 2007. *Os Heróis da Baixa de Kasanji*. Luanda: Editora Nzila.
- KANDA, Almeida. 2005. *Repensar a História de Angola*, Uige: Editora Gráfica Luz.
- KISSINGER, Henry. 2003. *Anos de Renovação*. Lisboa: Gradiva.
- KI-ZERBO, Joseph. 1972. *História da África Negra*, vol.-I, 2ª Edição, Lisboa: Publicações Europa - América.
- LEFFLER, Melvyn P and WESTAD, Odd Arne. 2010. *The Cambridge History of the Cold War*. New York: Published in the United States of America by Cambridge University Press.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. 2000. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962 – 1971)*. Luanda: Editorial Nzila.
- MAGALHÃES, Jose Calvet de. 1996. *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 2005. *A Diplomacia Pura*. 1ª Edição, Lisboa: Bizâncio.
- MATEUS, Cabrita, Dalila; MATEUS, Álvaro. 2007. *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem. O 27 de Maio de 1977*. Porto: Edições Asa.
- MATEUS, Dalila Cabrita. 2004. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Editora Terramar.
- MAXWELL, Kenneth. 1980. *A New Scramble for Africa*, in *The Conduct of Soviet Foreign Policy*. New York: Aldine Publishing Co.
- MAXWELL, Kenneth. 2006. *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MEARSHEIMER, John. 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: WW Norton.

- MEDINA, Maria Do Carmo. 2005. *Angola. Processo Políticos da luta pela Independência*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- MELO, Ovídeo Andrade. 1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, Iº Volume. Luanda: S/Editora.
- MILHAZES, José. 2009. *Angola, O princípio do fim da União Soviética*. Lisboa: Nova Vega Lda.
- MINTZ, Alex e DeROUEN, Karl (2010). *Understanding Foreign Policy Decision Making*. New York: Cambridge University Press.
- MOMA, José Abel. 2012. *Os Estados da Linha da Frente e a Gestão de Ameaças na África Austral*. Luanda: Mayamba.
- MOREIRA, Carlos Diogo. 2007. *Teorias e Práticas de Investigação*, 1ª Edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- MORGENTHAU, H. 1948. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Knopf.
- MOSCA, João. 1999. *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MOUGEL, Charles-François e PACTEAU, Severine. 2009. *História das Relações Internacionais, Séculos XIX e XX*, Publicações Europa-América Lda.
- MPLA. 1985. *Agostinho Neto: Textos Políticos Escolhidos*. Luanda: Edições DIP-MPLA.
- MPLA. 1996. *A Voz Igual - Ensaios sobre Agostinho Neto*. Luanda: S/Editora.
- MUACA, André. 2001. *Breve História da Evangelização de Angola*. Santarém: Editora da CEAST.
- N'GANGA, João Paulo. 2008. *O Pai do Nacionalismo Angolano*. São Paulo: Editora Parma.
- NAMIKAS, Lise. 2008. Warsaw Pact. In: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc.
- NOER, Thomas. 1985. *Cold War and Black Liberton*, University of Missouri, Columbia.
- NUENLIST, Christian. 2008. Warsaw Pact. In: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc.
- PATRÍCIO, José. 1997. *Angola - EUA: caminhos do Bom Senso*. Luanda: Maiadouro.

- PAULO, Manuel. 2008. A Política externa angolana entre 1975 e 2002. In: Vidal, Nuno & Andrade, Justino Pinto de; *O processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*, 3ª edição. Edições firmamento & Livrarias Nobel- Luanda e Lisboa.
- PÉLISSIER, René & WHEELER, Douglas. 2009. *História de Angola*, 1.ª ed. Lisboa: Edições Tinha-da-China.
- PIERPAOLI Jr, Paul G. 2008. Containment Policy In: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, Inc.
- READER, John. 2002. *África, Biografia de um Continente*. Lisboa: Publicações Europa - América; Editor Tito Lyon de Castro.
- RISQUET, Jorge .1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, 1º Volume. Luanda: S/Editora.
- ROBERTO, Holden. 1999. Entrevista. In: JAIME, Drumuond e BARBER, Helder: *Angola: Depoimentos para a História Recente (1950-1976)*, 1º Volume. Luanda: S/Editora.
- ROCHA, Edmundo. 2009. *Angola Contribuições ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, período de 1950 a 1964*. 2ª Edição, Lisboa: Editora Dinalivro.
- SÁ, Tiago Moreira de. 2011. *Os Estados Unidos e a independência de Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SANTOS, José Eduardo dos. 1976. *Admissão de Angola na ONU*. Luanda: Colecção Assistência DIP-MPLA.
- SARFATI, Gilberto. 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva.
- SAUNDERS, Chris & ONSLOW Sue. 2010. The Cold War and southern Africa, (1976–1990). In: LEFFLER, Melvyn P and WESTAD, Odd Arne. *The Cambridge History of the Cold War*. Cambridge University Press, New York.
- SAUNDERS, Christopher, 2008. Africa, U.S. Interventions. In: TUCKER, Spencer C. 2008. *Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, Inc.
- SHUBIN, Vladmir. 2008. *The Hot Cold War, the USSR in southern Africa*, University of KwaZulu-Natal Press.

- SILVA, Guilherme. A e GONÇALVES, William. 2010. *Dicionário das Relações Internacionais*. 2ª Edição, Revista e Ampliada, São Paulo: Manole.
- SNYDER, BRUCK e SAPIN. 2002. *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)* New York: Palgrave Macmillan.
- STOCKWEL, John. 1979. *A CIA Contra Angola*. 1ª Edição. Lisboa: Ulmeiro.
- TRAÇA, Mbeto. 2013. *Do EPLA às FAPLA: Apontamentos para a História das Forças Armadas de Angola*. Luanda: Mayamba Editora.
- TUCKER, Spencer C. 2008. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, Inc.
- VALENTIM, Jorge. 2005. *Esperança: Época de Ideais da Independência e Dignidade*. Luanda: Editora Nzila.
- VAN- DUNÉM, Afonso et al. 2008. *História do MPLA*, Volumes I e II, Luanda: Editora CDIH.
- VIANA, César. 1996. O evangelismo poético de agostinho Neto. In: MPLA, A *Voz Igual - Ensaios sobre Agostinho Neto*. Luanda: S/Editora.
- VICENTINI P. F e Pereira A. D. 2012. *História mundial contemporânea (1776-1991). Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. 3ª Edição. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- VIDAL, Nuno & ANDRADE, Justino Pinto de. 2008. *O processo de Transição para o multipartidarismo em Angola*, 3ª edição, Luanda e Lisboa: Edições firmamento & Livrarias Nobel.
- VINCENTE, Carlos São. 1996. Do Caos para o Começo. In: MPLA. *A Voz Igual - Ensaios sobre Agostinho Neto*. Luanda: S/Editora.
- WALTZ, Kenneth. 1991b. Realist Thought and Neo-Realist Theory', in R. L. Rothstein (ed.), *The Evolution of Theory in International Relations*. Columbia: Essays in Honor of William T. R. Fox.
- WALTZ, Kenneth. 2002. *Teoria das Relações internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- WHITE, Joseph Robert. 2008. Non-Aligned Movement. In: TUCKER, Spencer C. *The Encyclopedia of the Cold War*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, Inc.
- WRIGHT, George. 2001. *A Destruição de um País (A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945)*, Lisboa: Editorial Caminho S.A.

- YOUNG, Crawford. 2012. *The Postcolonial State in Africa*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data.

### Artigos

- ALVES, J. L. 2010. *Subversão e Contra-subversão - As Forças Armadas portuguesas em 1961*. (E. d. militar, Ed.) Revista Militar nº12, pp. 1289-1315.
- BREWER, Cecily G. 2011. *Peril by Proxy: Negotiating Conflicts in East Africa*. Washington, DC: International Negotiation 16 (2011), 137–167.
- GASPAR, Carlos. 2002. *A Aliança Atlântica e o método dos alargamentos*. IPRI, Lisboa, p. 1: Disponível em: [ipri@ipri.pt](mailto:ipri@ipri.pt). (Consultada a 15 de Maio de 2015).
- GLEIJESES, Piero. 2006. *Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975–1988*. In: Journal of Cold War Studies. Vol. 8 Issue 4. 2006, 98-146. 49. Disponível em: <http://eds.b.ebscohost.com>. (Consultado em 26 de Dezembro de 2016).
- MALAQUIAS, Assis. 2010. *Angola's foreign policy since independence: The search for domestic security a Department of Government*, St Lawrence University, Canton, New York: Published online. Disponível em: <http://dx.doi.org>. (Consultado a 21 de Maio de 2014).
- MARCOS, Daniel. 2007. *Salazar e De Gaulle: A França e a Questão colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, Instituto Diplomático, pp. 235-239.
- MARCOS, Daniel. 2010. *Ensaio bibliográfico: do Ultimato à transição para a Democracia*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais. 139-159.
- MARCOS, Daniel. 2016. O «terceiro mundismo» na política externa portuguesa após o 25 de Novembro: Consequências para as relações pós-coloniais. In: BARRETO, António et al. *25 de Novembro e a democratização portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- MENDES, Pedro Emanuel. 2014. *A decisão em política externa: propostas para um modelo de análise*, CEPESE Working Paper Disponível em: [www.cepese.pt](http://www.cepese.pt). (Consultado a 4 de Janeiro de 2016).
- MONTEIRO, António. 2003. *Portugal, os Estados Unidos e Guerra Angolana*, comunicação apresentada na conferência internacional Portugal, Europa e os Estados Unidos, Lisboa. Disponível: <http://www.tpissarro.com/portugal.htm>. (Consultado a 27 de Julho de 2015).

- PISSARROS, T. A. 2005. “Memórias. Angola 1951-1975”. Editora Rubens Petrinus, Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://pissarros.home.sapo.pt>>. (Consultado a 11 de Abril de 2014).
- RAIMUNDO, António. 2012. Recensão: O estudo da política externa combinar teoria e contexto. IPRI-UNL. Disponível em: [ipri@ipri.pt](mailto:ipri@ipri.pt). (Consultada a 15 de Maio de 2015).
- SANTOS, R. I. M. da Rocha. 2010. As contribuições de Marx e Lenine para o estudo teórico das RI. Rio de Janeiro: PPGHC/UFRJ. Disponível em: <https://seer.ufs.br>. (Consultado a 22 de Junho de 2015)

### **Monografias**

- DOMINGOS, Carlos. 2006. *O mundo Pós Segunda Guerra Mundial no Quadro da Guerra Fria*, Monografia de Licenciatura, ISCED Lubango.
- FONSECA, A. F. Pinto da. 2012. *Emprego Tático de uma Companhia de Infantaria na Guerra Subversiva em Angola*: Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Lisboa: Academia Militar. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream>. (Consultado: 22-01-2016).
- GOMES, Catarina Antunes. 2009. *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. Dissertação de Doutoramento Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra.
- MENDES, J. R. Calado. 2012. *Portugal e as Nações Unidas: O papel do Conselho de Segurança na Política Externa Portuguesa*. Dissertação de Mestrado- FCSH-UNL.